

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo



DA VILA OPERÁRIA À  
REGIÃO METROPOLITANA:  
uma análise sobre Ipatinga (MG)

---

Moizés Rodrigues da Silva

MOIZÉS RODRIGUES DA SILVA

DA VILA OPERÁRIA À REGIÃO METROPOLITANA:  
uma análise sobre Ipatinga (MG)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial obrigatório do programa de mestrado acadêmico.

Linha de Pesquisa 1: Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares.

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Eliza Alves Guerra.

Uberlândia  
(2020)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586d Silva, Moizés Rodrigues da, 1992-  
2020 Da vila operária à região metropolitana [recurso eletrônico] : uma análise sobre Ipatinga (MG) / Moizés Rodrigues da Silva. - 2020.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.

Coorientadora: Maria Eliza Alves Guerra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.6031>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. I. Soares, Beatriz Ribeiro, 1952-, (Orient.). II. Guerra, Maria Eliza Alves, 1956-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

CDU: 72

DA VILA OPERÁRIA À REGIÃO METROPOLITANA:  
uma análise sobre Ipatinga (MG)

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/FAUeD/UFU)

---

Profa. Dra. Maria Eliza Alves Guerra (coorientadora)

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/FAUeD/UFU)

---

Prof. Dr. Fernando Garrefa (membro interno)

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/FAUeD/UFU)

---

Prof. Dr. Fernando Araújo Sobrinho (membro externo)

Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO/UNB)

Uberlândia, 22 dezembro de 2020.

Resultado:

---





## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Sala 234 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4433 - www.ppgau.faued.ufu.br - coord.ppgau@faued.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	vinte e dois de dezembro de 2020	Hora de início:	9hs	Hora de encerramento:	11hs
Matrícula do Discente:	11822ARQ023				
Nome do Discente:	Moizés Rodrigues da Silva				
Título do Trabalho:	<b>Da Vila Operária a Região metropolitana: uma análise da cidade de Ipatinga-MG.</b>				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e cidade: teoria, história e conservação				
Projeto Vinculado	Urbanização Contemporânea: reestruturação e desigualdades socioespaciais				

Reuniu-se em web conferência pela plataforma Mconf-RNP, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Fernando Luiz Araújo Sobrinho - IH.UNB; Fernando Garrefa- PPGAU.FAUed.UFU; Maria Eliza Alves Guerra (Orientador(a)) - PPGAU.FAUed.UFU e Beatriz Ribeiro Soares - PPGAU.IG.UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Beatriz Ribeiro Soares, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Ribeiro Soares, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/12/2020, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eliza Alves Guerra, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/12/2020, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Garrefa, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/12/2020, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Luiz Araujo Sobrinho, Usuário Externo**, em 23/12/2020, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moizés Rodrigues da Silva, Usuário Externo**, em 25/12/2020, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2470803** e o código CRC **DABFCCBA**.

## **AGRADECIMENTOS**

Frente a tantas dificuldades, incertezas e conflitos, cheguei até aqui mesmo tão obtendo o resultado esperado. Entretanto, por mais difícil que seja, temos a possibilidade de nos fortalecer, evoluir, construir novas amizades e fortificar as já existentes. Expresso meus agradecimentos aos meus pais pela força e incentivo.

A minha imensa Gratidão pela minha orientadora, Beatriz Ribeiro Soares, uma pessoa muito especial, alegre, solidária, generosa e sempre disposta a ajudar e aconselhar. Nessa reta final quando achei que não havia mais jeito ou saída, lá estava ela sempre disposta. Muito obrigado!

Agradeço também os AMIGOS “Mosqueteiros”: Ana Laura, Josimar, Tatiana e Paulo pela amizade, companheirismo, conversas e principalmente pela força que vocês deram nessa reta final. Não sei o que teria sido tudo isso se não fosse vocês. GRATIDÃO!

A minha amiga e companheiro de moradia Érica, que nos momentos difíceis, estava no quarto ao lado, mandando força e positividade.

Ao meu amigo Café, pelas análises dos diálogos da teledramaturgia, amizade, por compartilhar aflições, acalorar os debates, queixas, incentivos e por solucionar problemas. Obrigado mana!

Aos amigos do PPGAU, as “P.P” ou “R.P”: Isabela, Juliane e Luís Felliipe pelas conversas calorosas, piadas e principalmente pela amizade.

Aos membros da banca: o Professor Dr. Fernando Araújo Sobrinho e o Professor Dr. Fernando Garrefa pela disponibilidade em avaliar a pesquisa.

A Professora Dra. Maria Eliza pelas aulas e palavras de incentivo.

Ao PPGAU pelo conhecimento, ao LAPUR pela oportunidade, vivências e aprendizado e também a CAPES pelo pequeno período de posse da bolsa.

## RESUMO

Ipatinga é um município localizado no Vale do Rio Doce, estado de Minas Gerais, a leste da capital mineira e pertence à Região Metropolitana do Vale do Aço. Seu espaço urbano tem intrínseca relação com a implantação da Usiminas (1956), uma empresa siderúrgica, que lhe deu origem como uma cidade-empresa projetada nos moldes de uma cidade aberta. A instalação da indústria proporcionou rápidas transformações no espaço urbano de Ipatinga, sobretudo a partir da década de 1970, quando houve um acelerado crescimento populacional aliado a uma expansão urbana nos moldes de urbanização periférica. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi compreender a produção do espaço urbano de Ipatinga a partir do plano urbanístico no contexto da urbanização contemporânea, considerando a constituição da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) e o seu significado regional por meio dos fluxos de saúde, educação e comércio. Concluímos que esse processo desencadeou contradições espaciais em Ipatinga, ao mesmo tempo em que teve a cidade planejada ocorreu a ocupação “espontânea” em áreas do município, gerando assim uma ocupação desigual do espaço. A partir desse trabalho chegamos à conclusão que a área de influência e dos fluxos estabelecidos pela cidade de Ipatinga e sua importância na sua região imediata, nota-se um maior protagonismo deste município em relação aos demais que compõem a sua rede de influência. A dinâmica territorial demonstrada com base nos fluxos estabelecidos pelos estudos recentes do REGIC (2018), mostrou que Ipatinga estabeleceu uma dinâmica significativa de deslocamentos por motivos de saúde, educação e comércio/serviços com os municípios da RMVA e do Colar Metropolitano. A cidade caracteriza-se como uma Capital Regional - Nível C, onde possui uma boa capacidade de gestão bem como uma influência em âmbito regional. Os planos não levaram a dispersão urbana, mas possibilitaram para que as desigualdades socioespaciais ocorressem na dinâmica intraurbana, sendo aumentada ainda mais nos municípios do Colar Metropolitano.

**Palavras-chaves:** cidade-empresa; plano urbanístico; região metropolitana.

## ABSTRACT

Ipatinga is a municipality located in the Vale do Rio Doce, state of Minas Gerais, east of the capital of Minas Gerais and belongs to the Metropolitan Region of Vale do Aço. Its urban space has an intrinsic relationship with the implantation of Usiminas (1956), a steel company, that gave rise to it as a company-city projected along the lines of an open city. The installation of the industry provided rapid changes in the urban space of Ipatinga, especially from the 1970s, when there was an accelerated population growth coupled with an urban expansion along the lines of peripheral urbanization. In this sense, the objective of the research was to understand the production of the urban space of Ipatinga from the urban plan in the context of contemporary urbanization, considering the constitution of the Metropolitan Region of Vale do Aço (MRVA) and its regional significance through flows of health, education and trade. We concluded that this process triggered spatial contradictions in Ipatinga, at the same time that the city was planned, there was a “spontaneous” occupation in areas of the municipality, thus generating an uneven occupation of space. From this work we came to the conclusion that the area of influence and the flows established by the city of Ipatinga and its importance in its immediate region, there is a greater role of this municipality in relation to the others that make up its network of influence. The territorial dynamics demonstrated based on the flows established by the recent studies of REGIC (2018), showed that Ipatinga established a significant dynamic of displacements due to health, education and trade / services with the municipalities of RMVA and Colar Metropolitano. The city is characterized as a Regional Capital - Level C, where it has a good management capacity as well as a regional influence. The plans did not lead to urban dispersion, but made it possible for socio-spatial inequalities to occur in intra-urban dynamics, being further increased in the municipalities of the Metropolitan Necklace.

**Keywords:** company-city; urban plan; Metropolitan region.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tipologia de cidades latino-americanas (século XVI-XXI). .....	30
Figura 2. Esquema de expansão, crescimento extensivo por dispersão urbana. ....	32
Figura 3. Ipatinga – MG: Localização do município (2017). .....	1
Figura 4. Ipatinga – MG: Delimitação da Zona Rural e Urbana (2019). ....	38
Figura 5. Ipatinga e Região Metropolitana do Vale do Aço: Localização (2019). .....	41
Figura 6. Estrada de Ferro Vitória – Minas. ....	48
Figura 7. Ipatinga – MG: Foto aérea da cidade. ....	48
Figura 8. Ipatinga – MG: Centro antigo da cidade (1960). ....	50
Figura 9. Ipatinga – MG. Ao redor da Usina surge uma Vila Operária (1960). .....	50
Figura 10. Timóteo– MG: Construção do Alto forno da ACESITA (1948). ....	51
Figura 11. Timóteo - MG: Cidade Operária da ACESITA (1957). .....	52
Figura 12. Timóteo – MG: Vista parcial. ....	54
Figura 13. Timóteo - MG: Vista parcial da Prefeitura de Timóteo (década 1970). ....	54
Figura 14. Ipatinga – MG: Estação Pedra Mole na Vila. ....	56
Figura 15. Ipatinga – MG: Pequena ponte improvisada de madeira que ligava o Centro ao B. Veneza (década de 1950). .....	58
Figura 16. Ipatinga – MG: Vista parcial do povoado (década de 1930). ....	58
Figura 17. Ipatinga - MG: Rua do Centro (década de 1960). .....	59
Figura 18. Ipatinga – MG: Rua do Comércio, atual Avenida 28 de abril (1958). .....	59
Figura 19. Ipatinga – MG: Rua do Buraco no centro de Ipatinga (atual São José) em 1960 e 2011, respectivamente. ....	60
Figura 20. Bacia do rio Doce: indústrias implantadas e Parque Estadual do Rio Doce. ....	62
Figura 21. Cerimônia de construção da Usina Intendente Câmara (USIMINAS). ....	63
Figura 22: Cerimônia de Inauguração da USIMINAS. ....	63
Figura 23. Esquema do perfil básico do pré-plano urbanístico proposto por Raphael Hardy Filho (1958) entre a Usina e o Rio Piracicaba. ....	67
Figura 24. Pré Plano de Urbanização da Vila Operária da USIMINAS. ....	68
Figura 25. Ipatinga – MG: Vista aérea do entorno dos bairros Castelo e Cariru atualmente (2020). ....	69
Figura 26. Ipatinga – MG: Avenida Itália no Bairro Cariru (2020). ....	69
Figura 27. Ipatinga – MG: Residências multifamiliar no bairro Cariru (2020). ....	70
Figura 28. Ipatinga – MG: Residência unifamiliar no Bairro Castelo .....	70
Figura 29. Ipatinga – MG: Construção dos núcleos residenciais multifamiliares no Bairro Cariru. ....	71
Figura 30. Ipatinga – MG: Hospital Márcio Cunha em 1965. ....	71
Figura 31. Ipatinga – MG: Foto área do Bairro Castelo. ....	72
Figura 32. Ipatinga – MG: Bairro Cariru. ....	72
Figura 33. Ipatinga – MG: Colégio São Francisco Xavier, localizado no bairro Cariru. ....	73
Figura 34. Ipatinga – MG: Antigo Ambulatório do bairro Cariru (1965). ....	73



Figura 35. Ipatinga – MG: Antigo Cine-Horto no bairro Areal. Hoje, no local está sendo construído um supermercado.....	73
Figura 36. Ipatinga – MG: Bairro Bom Retiro. ....	74
Figura 37. USIMINAS: Planta de Equipamento Social. ....	75
Figura 38. USIMINAS: Croqui da área.....	76
Figura 39. Ipatinga – MG: Hospital Marcio Cunha (1969).....	77
Figura 40. Ipatinga – MG: Cariru Tênis Clube - Bairro Cariru.....	77
Figura 41. Ipatinga – MG: Clube Morro do Pilar - Bairro Castelo. ....	78
Figura 42. Ipatinga - MG: Setores da vila operária. ....	79
Figura 43. Ipatinga - MG: Figura x: Ordem de implantação dos bairros da Vila Operária. ....	80
Figura 44. Ipatinga – MG: Av. José Cândido de Meire no Bethânia. ....	85
Figura 45. Ipatinga - MG: Vista dos Bairros Bom Retiro/Imbaubas e Areal a direita e dos campos de futebol do Clube Jabaquara em Ipatinga (1970).....	87
Figura 46. Ipatinga – MG: Bairro Bela Vista. ....	87
Figura 47. Ipatinga – MG: Av. Gerasa no Canaã / Bethânia (década de 1970). ....	90
Figura 48. Ipatinga – MG: Avenida Gerasa, Bairro Bethânia (2020). ....	91
Figura 49. Ipatinga - MG: Av. Roberto Burle Marx antes do Parque Ipanema e do estacionamento do Ipatingão. ....	92
Figura 50. Ipatinga – MG: Início da implantação do Parque Ipanema e o primeiro edifício de Ipatinga, no bairro Veneza, feito em estrutura metálica e popularmente conhecido como Balança-mas-não-cai (década de 1980).....	92
Figura 51. Ipatinga – MG: Início da implantação definitiva do parque Ipanema (1996).....	93
Figura 52. Região Metropolitana do Vale do Aço: Localização. ....	100
Figura 53. Relações/fluxos estabelecidos entre Ipatinga e demais municípios.....	107
Figura 54. Configuração da saúde na área de estudo. ....	110
Figura 55. Relações/fluxos estabelecidos pela saúde de média complexidade entre Ipatinga e demais municípios. ....	112
Figura 56a. Relações/fluxos estabelecidos pela saúde de alta complexidade entre Ipatinga e demais municípios. ....	113
Figura 57. Relações/fluxos estabelecidos pela educação entre Ipatinga e demais municípios. ....	119
Figura 58. Ipatinga – MG: Faculdade de Medicina UNIVAÇO, bairro Veneza, ao Lado a faculdade de Direito de Ipatinga (FADIPA).....	122
Figura 59. Ipatinga – MG: Centro médico e escritórios corporativos. ....	123
Figura 60. Relações/fluxos estabelecidos pela compra de calçados e vestuário entre Ipatinga e demais municípios. ....	125
Figura 61. Ipatinga – MG: Avenida 28 de abril (principal avenida comercial da cidade). ....	127
Figura 62. Ipatinga – MG: Centro Comercial do Bairro Horto.....	127
Figura 63. Ipatinga – MG: Centro Comercial de bairro no Bairro Cariru.....	128
Figura 64. Ipatinga – MG: Rua Comercial, Avenida Selim Jose de Sales, Bairro Canaã.....	129
Figura 65. Ipatinga – MG: Rua Comercial, Avenida Selim Jose de Sales, Bairro Canaã.....	129
Figura 66. Ipatinga – MG. Comercio Local bairro, Bom Jardim, Av. das Flores.....	130
Figura 67. Relações/fluxos estabelecidos pela compra de móveis e eletrodomésticos entre Ipatinga e demais municípios .....	132

Figura 68. Relações/fluxos estabelecidos pela compra de produtos/serviços do agro entre Ipatinga e demais municípios. ....	133
Figura 69. Ipatinga - MG: Hipermercado Coelho Diniz. ....	134
Figura 70. Ipatinga – MG: Shopping do Vale do Aço na Avenida Pedro Linhares Gomes (BR 381).....	134
Figura 71. Ipatinga - MG: Loja da franquia O Boticário e Agências do Banco Itaú, Banco do Brasil (fundo) na Av. Selim José de Sales, bairro Canaã. ....	134
Figura 72. Ipatinga – MG: Farmácia Indiana na Avenida Brasil, bairro Iguaçu e Garcia Supermercado na Avenida Livramento, bairro Veneza.....	135
Figura 73. Ipatinga – MG: Mart Minas (Parque Caravelas – Santana do Paraíso). ....	135
Figura 74. Ipatinga – MG: Consul - Cooperativa unidade Bairro Ideal (Rede de supermercado criada pela Usiminas). ....	135
Figura 75. Ipatinga – MG: Avenida Brasil, bairro Iguaçu.....	136

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1. Ipatinga – MG: PIB (1999-2015). .....	45
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Região Metropolitana do Vale do Aço: Configuração hierárquica da rede Urbano-regional (2018). .....	106
Quadro 2. Ipatinga – MG: Instituições de ensino superior. ....	121

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil: proporção da População Urbana em relação a População Total (1872-1980). .....	23
Tabela 2. População do Vale do Aço por município (2010-2019). ....	43
Tabela 3. Ipatinga – MG: PIB (1999-2015). ....	44
Tabela 4. Região Metropolitana do Vale do Aço: Crescimento populacional das cidades (2020). .....	104
Tabela 5. Ipatinga (MG): Especialidades médicas. ....	114
Tabela 6. Ipatinga (MG): Estabelecimentos de saúde. ....	115

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACESITA – Aços Especiais Itabira

ACP – Áreas de Concentração de População

ARMVA – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço

AUVA – Aglomerado Urbano do Vale do Aço

BA – Bahia

BNH – Banco Nacional de Habitação

CENIBRA – Celulose Nipo Brasileira

CIAM's – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DF – Distrito Federal

DHU – Departamento de Habitação e Urbanismo

EFVM – Estrada de Ferro Vitória Minas

FSFX – Fundação São Francisco Xavier

GO – Goiás

MG – Minas Gerais

RJ – Rio de Janeiro

SP – São Paulo

DESA – Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PMO – Prefeitura Municipal de Ipatinga

REGIC – Região de Influência de Cidades

RIDI – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico

RMVA – Região Metropolitana do Vale do Aço

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UBS – Unidade de Atenção Básica a Saúde

USIMINAS – Usina Siderúrgica de Minas Gerais

UV – Unidade de Vizinhança



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM IPATINGA	18
1.1. Aspectos da Urbanização Contemporânea.....	18
1.2. A Urbanização Contemporânea Recente: Retomando a urbanização brasileira.....	20
1.3. Formas espaciais do processo de urbanização contemporânea.....	26
1.4. Contextualizando o Município de Ipatinga e a Região Metropolitana do Vale do Aço	34
2. DA USIMINAS À VILA OPERÁRIA.....	47
2.1. A formação territorial e o processo de urbanização de Ipatinga.....	47
2.1.1. A evolução urbana do núcleo espontâneo de Ipatinga.....	55
2.1.2. A importância da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS) .....	61
2.1.3. A Cidade de Ipatinga Planejada: A Vila Operária da USIMINAS .....	64
2.2. Ipatinga e a “Cidade Espontânea”.....	81
2.3. As contradições em Ipatinga e o Programa CURA .....	88
3. REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO E IPATINGA: da formação territorial aos fluxos estabelecidos.....	97
3.1. Formação da Região Metropolitana do Vale do Aço .....	98
3.2. Histórico da Região Metropolitana do Vale do Aço.....	101
3.3. Os fluxos estabelecidos entre Ipatinga e a região metropolitana .....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	137
REFERÊNCIAS .....	139

## INTRODUÇÃO

As cidades contemporâneas, sobretudo médias e grandes, configuram-se a partir de uma multiplicidade de condições culturais, sociais, econômicas e políticas. Esses fatores somados ou não, torna as cidades cada vez mais complexas e dinâmicas.

No Brasil, assim como boa parte dos países periféricos houve um processo de urbanização, que ocorreu de maneira rápida e acelerada, que originou sérios problemas no que diz respeito ao planejamento e ordenamento territorial.

A história do Brasil, está intimamente ligada a Minas Gerais – que completou seu tricentenário no dia 02 de dezembro 2020 – e teve e tem suma importância no desenvolvimento do país. O processo de ocupação e formação territorial do estado de Minas está relacionado primeiramente com o ciclo da mineração de ouro, diamantes e ferro e, posteriormente, com a pecuária. A influência da mineração e da pecuária na economia do estado contribuiu para o desenvolvimento de diferentes formas e expansão das cidades

No contexto da mineração está Ipatinga, município localizado no Vale do Rio Doce no estado de Minas Gerais, a leste da capital mineira e pertence à Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA). Seu espaço urbano tem intrínseca relação com a implantação (1956) da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), uma empresa siderúrgica, que lhe deu origem como uma cidade-empresa projetada nos moldes de uma cidade aberta, sendo atualmente uma cidade polo de uma região metropolitana.

A instalação da USIMINAS proporcionou rápidas transformações no espaço urbano de Ipatinga, sobretudo a partir da década de 1970, quando houve um acelerado crescimento populacional aliado a uma expansão urbana nos moldes de urbanização periférica. Esse processo desencadeou contradições espaciais em Ipatinga, pois ao mesmo tempo em que teve a cidade planejada ocorreu a ocupação “espontânea” em áreas do município, gerando assim uma ocupação desigual do espaço<sup>1</sup>.

Com a ocupação completa da Vila Operária, Ipatinga apresenta em um mesmo território, duas realidades distintas: uma projetada, sob influência da Indústria, da Carta de Atenas e dos preceitos de Cidade Jardim. E a outra sem um plano geral, configurada por loteamentos independentes, e crescimento urbano espontâneo, com problemas que se verificam também em diversas outras cidades brasileiras (MENDONÇA, 2006).

---

<sup>1</sup> As fotografias da capa retratam esse processo da seguinte forma: a maior em destaque retrata parte da vila operária em 1968; as fotografias menores apresentam a planta industrial da USIMINAS e fotografia recente da área urbana de Ipatinga. Ambas fazem parte do acervo fotográfico da Prefeitura de Ipatinga (2020).

A infraestrutura urbana implantada pela indústria e administração municipal não atenderam as demandas da população recém-chegada à cidade, como também não houve uma distribuição espacial de forma igualitária para seus munícipes.

Diante do exposto, o presente trabalho justifica-se pela necessidade compreender a expansão urbana de Ipatinga a partir do plano urbanístico proposto pela Usiminas (Pré-plano de urbanização da Vila Operária da USIMINAS), a constituição da Região Metropolitana do Vale do Aço e a influência de Ipatinga na RMVA a partir de fluxos de saúde e educação.

Para sustentar a análise, existem questionamentos que permeiam a pesquisa: Como a Usiminas contribuiu para a consolidação do espaço urbano de Ipatinga e da RMVA? Qual é o papel de Ipatinga na organização do espaço metropolitano a partir de seus fluxos? As questões levantadas são de grande importância para a compreensão da realidade estudada, pois orientam o desenvolvimento da pesquisa, o referencial teórico e metodologia.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é compreender a produção do espaço urbano de Ipatinga a partir do plano urbanístico em um contexto da urbanização contemporânea, considerando a constituição da RMVA e o seu significado regional por meio dos fluxos de saúde, educação e comércio.

A justificativa do estudo está pautada em diversos motivos, o primeiro diz respeito a experiência vivida na cidade desde a infância, em que a observava as diferenças no espaço urbano da cidade de Ipatinga, que possuía uma “vila operária” ou a chamada cidade planejada, com característica especial na paisagem urbana. Essa paisagem era muito diferente do restante da cidade quanto à forma da sua expansão ou crescimento urbano e consolidação da “cidade espontânea”. Além do mais, ali foi criada a única região metropolitana de Minas Gerais, além de Belo Horizonte, a Região Metropolitana do Vale do Aço.

Para atingir o objetivo apresentaremos a metodologia desenvolvida para se chegar aos resultados pretendidos. Em primeiro lugar, foi necessário fazer um levantamento de um referencial teórico-metodológico para identificar os conteúdos necessários para o desenvolvimento do estudo. Desse modo, a realização de pesquisas teóricas e documentais se deu por meio de: leituras, análise de artigos científicos, dissertações, teses e livros sobre os temas urbanização contemporânea; industrialização; cidade na contemporaneidade; produção do espaço urbano; dispersão urbana e planejamento urbano, bem como o conhecimento de leis federais e municipais concernentes ao tema.

Também foi realizada a coleta de dados secundários em órgãos públicos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação João Pinheiro – FJP; Prefeitura Municipal de Ipatinga (PMI), Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale

do Aço– ARMVA, USIMINAS, entre outros) com o intuito de analisar a atuação do Poder Público e Privado na expansão urbana da cidade, bem como investigações do processo dos estudos de expansão do perímetro urbano, nos planos urbanísticos para compreender a dinâmica urbano-regional.

Em decorrência da Pandemia do Covid-19 desde o início do ano de 2020, a pesquisa de campo foi prejudicada no que diz respeito à proposta inicial de fazer entrevistas com técnicos da administração municipal e representantes da USIMINAS. Diante deste fato, optamos por trabalhar com dados secundários disponíveis nas plataformas da empresa, da prefeitura municipal e nos bancos de dados e estudos do IBGE, por exemplo, bem como com o material referente ao planejamento e implantação da “Vila Operária”

Após os levantamentos e análises dos dados e informações obtidos com alguma dificuldade partimos para um levantamento de recursos iconográficos que registraram momentos históricos importantes de Ipatinga. O uso de material cartográfico e iconográfico como figuras, fotografias, gráficos, quadros e tabelas estão presentes ao longo de todo trabalho a fim de espacializar, ilustrar, quantificar, qualificar e embasar as informações apresentadas.

Para a análise dos fluxos estabelecidos entre Ipatinga e sua área de influência foram utilizados os resultados do estudo realizado pelo IBGE da Região de Influência de Cidades (REGIC), com ano-base 2018. Tal pesquisa se configura como principal norteador dos estudos urbano-regionais, fato que tornou essencial sua análise nesse trabalho. Os dados foram tabulados e a partir deles foram produzidos mapas, utilizando o software *ArcGis 10.2*. Acerca dos fluxos, optamos por: saúde de média e alta complexidade; educação superior; comércio relacionado a compra de calçados, vestuário, móveis e eletrodomésticos; e comércio relacionado a atividades agropecuárias. Para auxiliar na análise foram utilizados dados das plataformas DATASUS, do Ministério da Saúde e do e-MEC, Ministério da Educação, além de fotografias de diversos elementos existentes em Ipatinga, que são responsáveis pelos fluxos estabelecidos em nível regional.

Faz-se necessário reiterar que a pandemia do Covid-19 trouxe uma realidade muito diferente para o mundo. As limitações físicas e orçamentárias foram as principais dificuldades enfrentadas pela maioria dos estudantes da pós-graduação, seja no âmbito profissional ou pessoal, as restrições da quarentena trouxeram consequências e conflitos emocionais, em que foram apresentadas dificuldades de concentração, dedicação e, conseqüentemente, problemas na produção acadêmica. Deste modo, aliar a rotina doméstica, trabalho em “home office”, juntamente com os estudos da pós-graduação foi um dos principais desafios enfrentados para

concluir a pesquisa, motivando inclusive a alteração de seu objetivo e procedimentos metodológicos.

Além da Introdução e Considerações Finais, este trabalho está organizado em três seções. Na primeira seção “*Urbanização Contemporânea e Produção do Espaço em Ipatinga – MG*”, de caráter teórico conceitual, buscamos discutir aspectos da urbanização contemporânea, principalmente no que diz respeito às suas formas espaciais, cujos apontamentos condicionam ao processo de dispersão urbana. Para tal foi necessário remontar às questões históricas de urbanização brasileira, de forma acelerada e recente, características marcantes da urbanização periférica. Nessa mesma seção é contextualizado o recorte espacial da pesquisa, o município de Ipatinga.

A segunda seção “*Da Usiminas a Vila Operária*” apresentará o plano urbanístico (Pré-plano de urbanização da Vila Operária da Usiminas) e tem a proposta de discutir como o plano atuou na produção do espaço urbano de Ipatinga. Para fundamentar a seção serão realizadas discussões dos aspectos do urbanismo; implantação da Usiminas no Vale do Aço bem como concepção urbanística da Vila Operária da Usiminas.

Por fim, a última seção “*Região Metropolitana do Vale do Aço e Ipatinga: da formação territorial aos fluxos estabelecidos*” teve como objetivo contextualizar a Região Metropolitana do Vale do Aço sobretudo a partir de dois aspectos: 1) sua área de influência, isto é, a porção geográfica acometida pelos efeitos positivos e/ou negativos em decorrência de alguma atividade específica - nesse caso, a influência que o município de Ipatinga e sua Região Metropolitana exerce sobre o colar metropolitano localizado na mesorregião do Vale do Rio Doce e 2) as redes de influência formada a partir dos fluxos apontados nos estudos recentes do IBGE (2018) que abordam a REGIC.

## SEÇÃO 1

### URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM IPATINGA

A presente seção busca compreender os processos de urbanização contemporânea em seus múltiplos aspectos dando ênfase ao processo de urbanização da cidade de Ipatinga – MG. A discussão aqui realizada buscou compreender os aspectos da Urbanização Contemporânea bem como os processos da urbanização recente as formas espaciais de expansão urbana no sentido de compreender os processos observados nas cidades brasileiras.

Neste tópico realizamos uma discussão teórico-conceitual com vistas a auxiliar no entendimento da temática proposta, a partir do contexto da urbanização contemporânea e seus reflexos espaciais, sobretudo no que diz respeito aos problemas urbanos. A construção do pensamento apresentado visa entender alguns aspectos do processo de urbanização contemporânea e sua manifestação sobre o espaço e a sociedade em que vivemos.

#### 1.1. Aspectos da Urbanização Contemporânea

A intensificação das redes, fluxos, pessoas, mercadorias, informação, entre outros aspectos marcaram o início do século XXI. Neste contexto, as cidades têm assumido o papel de *locus* central das atividades econômicas, sociais e culturais, com muito mais intensidade do que nos séculos anteriores tendo em vista que o processo de urbanização vivenciado pós-Segunda Guerra Mundial, preparou terreno para a consolidação das cidades como as conhecemos hoje. De forma geral, são nas cidades que estão localizadas mais da metade da população mundial, as principais empresas, indústrias, comércio, serviços e são nelas também que os fluxos materiais e imateriais se concretizam.

Em sua pesquisa, Neil Brenner (2014, p. 16) concentra suas reflexões nas dimensões teóricas, conceituais e metodológicas das questões urbanas, destacando que conceituar o urbano “é uma ferramenta crucial para investigar o processo de urbanização planetário. Para tal, deve-se escapar das condições urbano-cêntricas, metodologicamente territorialistas e predominantemente demográficas, que até agora monopolizam seus usos”.



A partir do ponto de vista do autor, cabe salientar que, as abordagens sobre este processo e suas representações incrementaram a urbanização com o crescimento de determinados tipos de assentamentos (cidades, áreas urbanas, metrópoles) onde se reduz a urbanização a um processo em que cada território nacional, as populações dos lugares densamente habitados, ou seja, das cidades de modo geral, parecem expandir-se em termos relativamente absolutos.

Para este estudo, partimos da perspectiva, que a urbanização no nível atual atingiu patamares nunca vistos antes, que podem ser encontrados nos estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), que desde o começo da década de 1970 começou a produzir dados sobre o crescimento da população urbana no mundo. De acordo com o relatório produzido pela ONU, edição publicada pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) para 2014, cerca de 54% da população mundial vivia em áreas urbanas e até o ano de 2050, este número pode aumentar para 66% (ONU, 2016). A partir dessas informações, Brenner (2016, p.17) declara que estamos vivenciando uma “era urbana”, porque mais da metade da população mundial aparentemente mora em cidades.

De fato, o fenômeno da urbanização aqui apresentado é acompanhado também por uma série de características que está presente no seio da sociedade contemporânea, que amplia a difusão dos valores e do modo de vida urbano.

Ainda no que tange a urbanização recente, denota-se que o avanço do sistema de mobilidade e acessibilidade, de utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano; entre outros fatores que incrementam a expansão cada vez mais crescente de cidades dispersas e fragmentadas no século XXI, resultado da forma de morar e viver à cidade. Neste sentido, ao se referir sobre a escala urbana na cidade contemporânea, Muñoz (2008) aponta para o surgimento de uma nova forma urbana, caracterizada pela hibridização, da concentração e da dispersão, que para o autor, são frutos das alterações sistêmicas da era da informação.

Para Reis (2006) ao longo da segunda metade do século XX, em todos os continentes, ocorreu a elevação acentuada dos índices de urbanização. Deste modo, como consequências, surgiram os sistemas urbanos com formas mais complexas e as áreas metropolitanas, mesmo em países com nível médio de industrialização como é o caso das regiões metropolitanas de países periféricos.

Outra consequência apontada pelo autor, nos países e regiões que já apresentavam índices elevados de urbanização, a ocorrência de um adensamento maior, atingindo níveis próximos de 100%. Reis (2006) coloca que esse adensamento pode ser constatado em metrópoles tão distintas entre si como: Nova York e Buenos Aires. Nessas regiões, nas quais

os índices de natalidade já eram baixos e os índices de urbanização elevados, revelando maior estabilidade, ocorreu uma nova onda de migração rural-urbana, com fluxos polarizados por cidades médias e metrópoles, que em alguns casos dobraram sua população, forçando significativas mudanças internas em sua estrutura (REIS, 2006, p. 22).

## **1.2. A Urbanização Contemporânea Recente: Retomando a urbanização brasileira**

Os processos desencadeados pela Revolução Industrial influenciaram de forma significativa na formação das cidades contemporâneas em seus múltiplos aspectos. Sobre este processo, destacamos que o fenômeno da urbanização é muito mais complexo que a sua compreensão conceitual do que o crescimento da população em uma cidade ou transformação do espaço rural em urbano ou vice-versa.

A urbano-industrialização, principalmente nos países do Sul de economia emergente, como no caso do Brasil se processou tardiamente em relação aos países do Norte, tendo como característica marcante desse processo o seu ritmo acelerado e o crescimento urbano desordenado.

No que tange ao contexto histórico, desde o século XVI, é possível reconhecer o processo de urbanização no território brasileiro. Quando pensamos nesse processo, consideramos que mesmo durante colônia, o Brasil, já possuía algumas cidades. E ao tratar dos primórdios da urbanização brasileira, Nestor Goulart Reis (1968 *apud* Santos, 1993) estuda o período de 1500 e 1720 em que destaca três principais etapas da organização do território brasileiro. A primeira etapa ocorre entre 1530 a 1570, com a fundação de cidades como Salvador – BA (1549) e Rio de Janeiro – RJ (1667); o segundo momento destacado por Reis, ocorre “entre 1580 e 1640, dando ênfase aos anos de mineração espanhola, onde ocorre a urbanização sistemática na costa norte, em direção à Amazônia”, e o terceiro momento entre 1650 e 1720, onde foram fundadas 35 vilas e duas delas elevadas à categoria de cidade: Olinda e São Paulo. No século XVIII o período ficou marcado pela mineração, atividade econômica muito forte no país dando origens a cidade de Goiás (GO) e Vila Rica (MG) entre muitas outras. Um século mais tarde, já no século XIX, a economia cafeeira contribuiu substancialmente para o aumento de várias cidades, principalmente na região Sudeste, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo (SP).

Consideradas como a emanção do poder longínquo da coroa portuguesa, e a vontade de marcar presença num país distante, as cidades brasileiras exerciam consideravelmente uma função de caráter político-administrativo da metrópole portuguesa enquanto que outras cidades

tinham funções específicas como; a produção agrícola, aurífera, como bases de defesa militar e outras voltadas para o escoamento de mercadoria. Diante deste cenário, a urbanização ocorreu em pontos isolados, e durante muitos séculos o Brasil foi um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior (SANTOS, 1993, p. 26). Todavia, o processo de urbanização brasileiro, só ocorreu de forma intensa e completa após o processo de industrialização iniciado no século XX.

O fenômeno da urbanização brasileira mais completo ocorreu a partir da década de 1950, como resultado de uma série de acontecimentos que marcaram as décadas anteriores. Sobre a urbanização no Brasil contemporâneo, Monte-Mor (2006), salienta que:

A urbanização brasileira intensificou-se na segunda metade do século XX, quando o capitalismo industrial ganhou momento no País e dinamizou a economia a partir da consolidação das grandes cidades industriais, particularmente São Paulo, o grande pólo industrial do Brasil. A transformação de uma economia agroexportadora em uma economia centrada na substituição de importações para o mercado interno redefiniu a cidade industrial como pólo de dinamização e de transformações seletivas no espaço e na sociedade brasileira (MONTE-MOR, 2006b, p. 15).

A rápida industrialização vivenciada no Brasil promoveu também o processo de interiorização e o fortalecimento de outros setores da indústria, com destaque para as atividades secundárias e terciárias. A busca pelo desenvolvimento através da industrialização foi promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek (1955), e expressou mudanças estruturais através de frase símbolo de sua gestão “Vamos prosperar, cinquenta anos em cinco”, em que se exigia uma concentração de capitais em infraestrutura regional, como implantação de rodovias, construção de hidroelétricas, aeroportos, sistemas de comunicação e também nos setores produtivos da indústria de base, como siderúrgicos e petroquímicos.

Outro fator a ser evidenciado é a modernização da produção agrícola no meio rural, a partir da década de 1960 denominado de Revolução Verde e a aprovação do Estatuto da Terra em 1964. As consequências deste processo resultaram na dificuldade da permanência do homem no campo, gerando desemprego, êxodo rural e crescimento das cidades.

Os processos recentes vivenciados no Brasil motivaram a concentração de capital. Neste sentido, no âmbito das cidades, o rápido desenvolvimento industrial e a concentração de receitas provocaram grandes impactos no que diz respeito às questões sociais. Sobre este contexto, Campos Filho (1992) ao tratar sobre o processo geral de urbanização no Brasil salienta que,

O processo migratório campo-cidade, dado por pressões positivas, através de melhores condições de emprego nas cidades, e negativas ou expulsaram do campo tanto por crescimento vegetativo dessa população como por alteração na tecnologia agrícola e formas organizacionais da produção e da criação de tipos de produtos liberadores de mão de obra[...] Na maioria das cidades latino-americanas, a oferta de empregos urbanos não se faz ao mesmo ritmo que a chegada dos migrantes, gerando bairro de extrema miséria conhecidos por *barriadas*, favelas, mocambos etc. (CAMPOS FILHO, 1992, p. 30).

Nesse contexto, ocorreu o processo de metropolização no país em um período marcado pela urbanização concentrada, que se consolidou, com o aumento no número de cidades com mais de 1 milhão de habitantes, especialmente na região Sudeste e do aumento da população urbana (Tabela 1). Entre os fatores que podem ser destacados como influenciadores para o crescimento populacional e a constituição das regiões metropolitanas neste período, destacam-se a redução da mortalidade; aumento da expectativa de vida; a melhoria das condições sanitárias; os avanços da Medicina com novas técnicas, fármacos e vacinas; movimentos migratórios; a concentração de população nas grandes cidades; concentração de atividades e serviços nos grandes centros, entre outros aspectos.

Para Alves (2013), as transformações no campo também atuaram no deslocamento campo/cidade, pois o campo deixou de ser o local de residência para se tornar o local da produção, necessitando cada vez menos da mão de obra humana e investindo na mecanização.

Santos (1993) expõe que a partir dos anos 1970 o aumento no consumo de energia elétrica, a construção de rodovias e a modernização dos sistemas de telecomunicações, que entre outras ações criam uma verdadeira fluidez no território.

Tabela 1. Brasil: proporção da População Urbana em relação a População Total (1872-1980).

<b>Ano/ Década</b>	<b>População Urbana</b>
1872	5,90%
1890	6,80%
1900	9,40%
1920	10,70%
1940	31,24%
1950	26,16%
1960	45,08%
1970	56,00%
1980	65,10%

Fonte: Santos (1993).

A urbanização brasileira caracterizada ainda por ser recente e acelerada pelos processos elencados apresenta questões de difícil resolução. Cabe destacar que as políticas públicas no âmbito das cidades brasileiras não conseguiram encontrar um equilíbrio entre o número de habitantes e a oferta de infraestrutura, bem como formas de absorver a mão de obra migrante para o mercado de trabalho. Neste sentido, nossas cidades, em especial os grandes centros são marcados pela falta de estrutura em determinadas áreas e também pelo inchaço e esgarçamento do tecido urbano (REIS, 2006).

Neste âmbito, Santos (1993) ao abordar sobre a organização interna das cidades brasileiras considera que,

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região que se insere etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como o de emprego habitação, dos transportes do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade mais se torna visível essas mazelas (SANTOS, 1993, p. 95).

A região Sudeste do Brasil por concentrar a maior parte das indústrias foi a que mais recebeu fluxos migratórios vindos da área rural e também de diversas regiões brasileiras, especialmente do Nordeste. Consolidada também como a região mais densamente povoada, suas cidades, em especial as metrópoles expressam grandes contrastes.

O processo de urbanização visto no interior das cidades brasileiras é marcado pela produção, apropriação e consumo do seu espaço. Ao analisar tal processo, Campos Filho (1992, p. 45) destaca que a concentração de renda em poucas parcelas da população provocou uma concentração espacial, em algumas partes da cidade, especialmente naquelas mais centrais. No contexto das cidades brasileiras, entre as consequências deste processo contemporâneo, podemos destacar: a metropolização; a verticalização e adensamento das áreas já urbanizadas e a dispersão urbana para as áreas periféricas.

Diante deste cenário, nas grandes cidades brasileiras, o esgarçamento do tecido urbanos apresenta vastas superfícies entremeadas de vazios e neste sentido, a produção do espaço urbano, nos moldes da expansão urbana por crescimento de áreas periféricas podem conter relação com a valorização e especulação imobiliária. Sobre este processo Santos (1993) coloca que,

Nessas cidades espalhadas, característica de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia [...]. As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua (SANTOS, 1993, p. 95-96).

No contexto contemporâneo, destacamos que a distribuição da população e das atividades econômicas nas cidades segue a regra básica do poder de comprar, ou seja, as áreas

dotadas de melhores infraestruturas, com oferta de serviços em geral e, especialmente os de cultura e lazer tendem a ser mais valorizadas. No que tange a isso, um fator agravante é a especulação imobiliária tanto com a terra rural localizada nas áreas circunvizinhanças das cidades com a expectativa que se tornem urbanas, bem como a especulação imobiliária com as terras urbanas no interior das cidades, que se apresenta com tanta intensidade nos países capitalistas periféricos.

Reis (2006) coloca que é no tecido urbano que se concretizam as formas de desigualdade na apropriação e uso dos espaços, as formas de segregação social e apropriação de valores econômicos pelo uso social. Em nosso país a produção do espaço urbano é marcada pela busca crescente do lucro auferido pelo valor de troca da terra urbana. Este processo contribuiu para a criação de um espaço urbano entremeado por vazios, espreado, segregado e fortemente polarizado, que enriqueceu poucos e deixou muitos sem acesso às oportunidades da vida urbana (ALVES, 2013).

No ponto de vista espacial, as cidades brasileiras são estruturadas de modo mais ou menos bastante claro, um centro caracterizado pelo acesso facilitado pelo carro, uma periferia pobre, um bairro de rico e uma área comercial, entretanto, nas cidades maiores este processo se torna mais complexo, especialmente no processo de descentralização, diversificação das atividades econômicas, coesão e segregação espacial intensificada com a aceleração do crescimento urbano (CAMPOS FILHO, 1992; SANTOS, 1993; ALVES 2013).

Devido ao processo de urbanização recente, as características visíveis nas cidades brasileiras são notáveis pela crescente massa populacional, pelos serviços e atividades produtivas, e também pela dispersão da malha urbana por um território bastante vasto. Além deste processo difuso, Alves (2013, p. 193) coloca que a cidade brasileira, especialmente devido à especulação imobiliária, tem produzido crescentes espaços vazios especulativos e uma periferia pobre e desconectada praticamente do tecido urbano, não raro se confundindo com zona rural.

Ana Fernandes (2013) ao tratar dos aspectos da urbanização contemporânea no Brasil, da ênfase sobre as novas cidades e ou aglomerados urbanos produzidos através do urbanismo corporativo, dando sentido à expansão dispersa e infindável de muralhas urbanas, quando se refere aos loteamentos privados e fechados.

Neste sentido, Fernandes (2013) chama atenção para a cidade corporativa, e o tipo de cidade a ser produzida, quando se refere ao urbanismo feito por empresas hegemônicas cujo modo de produção reflete as desigualdades no território brasileiro.

A expansão da cidade por extensão, contínua ou dispersa, ancorada nos vazios urbanos – lotes ou glebas deixadas vagas à espera de valorização - combina-se, crescentemente com a expansão urbana por sobreposição e densificação de áreas já ocupadas e o abandono de regiões inteiras, muitas delas precocemente tornadas obsoletas. [...] As situações urbanas esvaziadas resultantes deste processo chamamos de vazios urbanos construídos onde áreas inteiras das cidades perdem funções e vitalidade, [...] ou já são construídas como áreas que não conseguem ser preenchidas por dinâmica social e urbanas (FERNANDES, 2013, p. 86).

São vários os processos entremeados no fenômeno da urbanização brasileira. Sua forma de reprodução é produto e resultado de um sistema econômico vigente que conforme coloca Corrêa (2000), o espaço urbano é produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Muitas são as dinâmicas de urbanização que se desenvolvem nas cidades brasileiras.

Na busca de compreender os fenômenos contemporâneos da urbanização no contexto das cidades brasileiras, a urbanização dispersa é um aspecto visível desse processo de expansão urbana e este conceito será trabalhado no próximo item.

### **1.3. Formas espaciais do processo de urbanização contemporânea**

As transformações e mudanças recentes na constituição das cidades e do modelo de urbanização têm produzido outras configurações no mundo urbano. O crescimento das áreas urbanas segue o modelo da urbanização periférica, e este processo marca a gênese dos problemas ambientais e urbanos na contemporaneidade, principalmente pelo espraiamento do tecido urbano e formação de vazios, como também a ocupação das áreas de riscos e pela precariedade na qualidade da infraestrutura urbana. Diversos autores tais como Sposito (2007); Botelho (2012) e Nascimento Júnior (2011) consideram que atualmente a cidade se constitui pela expansão da mancha urbana em direção às áreas vizinhas, diferente de outros momentos da história nos quais ela foi caracterizada de forma compacta e territorialmente restrita

A cidade contemporânea para Secchi (2015) muitas vezes interpretada como dispersão caótica de coisas e pessoas, [...] caracteriza-se por certo grau de fragmentação, produto de racionalidades múltiplas e legítimas, mas muitas vezes simplesmente encostadas umas às outras, atravessadas por limites não só invisíveis, como fáceis de superar.

Deste modo, a partir de seus diversos elementos – as suas dimensões, a distância recíproca, o período de construção, seus habitantes – mostram uma cidade despedaçada que, em diversos níveis, induz sua própria organização, a identidade e legibilidade da própria forma,



por meio de um variado conjunto de estruturas que, em uma espécie de sincretismo popular, remete a princípios e modelos diversos (SECCHI, 2015, p. 90).

Neste sentido, Santos (1993, p. 68) salienta que a urbanização brasileira ocorreu de forma espalhada e acrescenta ainda que “esse espalhamento por sua vez configurou um tipo de cidade que se caracteriza pela periferização, fragmentação e dispersão”.

São constantes os grandes vazios urbanos encontrados entre a malha urbana e as novas ocupações. Se isto já era uma realidade desde os anos 1960 quando se iniciam as construções dos grandes conjuntos habitacionais nas cidades brasileiras em diferentes escalas, permanece como realidade atual. Muito embora os processos de urbanização apresentem particularidades, essa é uma tendência geral que se constata seja nas metrópoles, seja nas denominadas cidades médias. O período de rápido crescimento das cidades gerou sérias consequências, entre estas se destacam a precariedade da habitação e uma forte tendência à periferização (SANTOS, 1993, p. 163).

Para Botelho (2009), em seus estudos sobre dispersão urbana, também caracteriza esse processo:

- a) pelo espaçamento dos tecidos urbanos dos principais centros;
- b) pela formação de constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados em uma área metropolitana ou em um conjunto ou sistema de áreas metropolitanas;
- c) pela transformação de um sistema de vias de transporte diário inter-regional, ferroviário e rodoviário, em apoio ao transporte diário intrametropolitano de passageiros;
- d) pela adoção de modos metropolitanos de consumo, também este disperso pela área metropolitana ou sistema de áreas metropolitanas (BOTELHO, 2009, p. 275).

Nota-se que em diferentes escalas, estes fatores estão presentes em todos os países cujas cidades têm passado pelo processo de dispersão. No que se refere aos países cujo processo de industrialização ocorreu tardiamente, embora as condições não sejam idênticas, esta escala na divisão social efetiva-se de maneira mais intensa principalmente nos grandes centros.

Reis (2015) salienta que dispersar significa estabelecer uma área com menor adensamento urbano. Para o autor, a urbanização dispersa aparece como uma característica física das áreas de expansão em determinadas aglomerações urbanas, deste modo, entende-se que o fenômeno resulta na formação de áreas que se estende por um vasto território, separadas no espaço, mas mantendo estreitos vínculos entre si, como partes de um único sistema urbano.

Ainda de acordo com Reis (2006) o processo de dispersão urbana, deve considerar duas escalas:

A primeira diz respeito às áreas metropolitanas, que vêm mostrando uma dispersão crescente de núcleos ou pólos, entremeados de vazios, com redução

de densidades de ocupação, no todo e em partes importantes (inclusive em partes do tecido tradicional), formando o que alguns autores chamam de nebulosa urbana (MUNARIN e TOSI, 2001). A segunda refere-se às que os arquitetos chamam de tecido urbano, ou seja, a escala a qual se definem as relações físicas e jurídicas entre espaços públicos e espaços privados, em que se definem as ruas e as praças, as quadras e lotes, a propriedade (ou posse) do espaço urbano, sua produção material, bem como sua apropriação, uso e transformação (REIS, 2006, p. 13).

Para Botelho (2009), este processo de espraiamento da cidade está relacionado a questões ideológicas,

No caso de países marcados pela iniquidade social, como o Brasil, as formas nas quais a dispersão se materializa se revelaria ainda mais perversa para a vida urbana: para os mais ricos, a dispersão significa a reclusão em condomínios murados, a dependência do automóvel, a perda de preciosas horas no trânsito, o confinamento em shopping centers e o abandono dos centros históricos; para os mais pobres, significa morar em casas auto-construídas em loteamentos quase sempre irregulares, sem infra-estrutura e equipamentos adequados, distantes das opções de emprego, consumo e lazer (BOTELHO, 2009).

Para Sposito (2009) a cidade dispersa e o processo de urbanização difusa, nos termos como se constituem, [...] caracterizadas por amplo gradiente de disparidades, são a face da vida urbana que nega a própria memória da cidade como espaço de vida coletiva e continente das diferenças.

A cidade dispersa é o ambiente de novas práticas socioespaciais, marcadas pela fragmentação, pela seletividade socioespacial e justificadas pelo espectro da (in) segurança urbana, a urbanização difusa é, ela mesma, um atalho para a negação da própria cidade, compreendida nos termos em que, na longa duração, podemos percebê-la como espaço das diferenças (SPOSITO, 2009, p. 50).

Neste sentido, a constituição de uma cidade dispersa é parte do processo de conformação de uma urbanização difusa, [...] propiciada pela intensificação da circulação, dada pela ampliação e aceleração das formas de se deslocar e de se comunicar (SPOSITO, 2009). Barbosa (2005) entende urbanização difusa como “crescimento urbano descontrolado”, com o crescimento de conjuntos urbanos com relativa proximidade das áreas urbanas dotadas de equipamento e infraestruturas urbanas.

Desse ponto de vista,

a urbanização difusa pode ser vista mais como tempo do que como espaço, ou seja, são as novas temporalidades urbanas, que possibilitam a ocupação de tecidos urbanos cada vez mais extensos e em descontínuo à cidade, cuja

morfologia era mais integrada ou compunha, em algum nível, uma unidade formal e de funcionamento (SPOSITO, 2009, p. 43).

Neste sentido o processo de urbanização difusa é resultante de um desordenado crescimento urbano acelerado disseminado no território de forma heterogênea.

Barbosa (2005) aponta que o processo de urbanização dispersa ocorre de forma combinada, a partir do crescimento extenso e acelerado. Para Limonad (2005) esta configuração espacial está relacionada a uma nova forma de urbanização, de uma nova morfologia urbana, tratando-se de uma nova forma de expansão das áreas urbanas, notoriamente conhecidas como *urban sprawl*.

No delinear da história, sobre o espraiamento do tecido urbano, as cidades dos países centrais e periféricos possuíam diferentes formas de ocupar a franja urbana. Enquanto nos países centrais havia os “subúrbios” destinados a uma classe média de renda alta, em busca de uma localização residencial para o qual se deleitem de espaços confortáveis e de ambientes saudáveis. Nos países subdesenvolvidos, os “subúrbios” foram designados à periferia das cidades ou aglomerados de terrenos de difícil acesso e utilização, áreas carentes em serviços, baixo valor da terra e transporte público precário, sendo, por isso, seu valor imobiliário o único acessível às classes menos abastadas.

Para Ricardo Ojima (2007, p. 279), o termo *Urban Sprawl* que traduzido significa espraiamento urbano, é utilizado para explicar as características da urbanização norte-americana, e segundo o mesmo autor, também pode ser importante para entender o processo no contexto brasileiro.

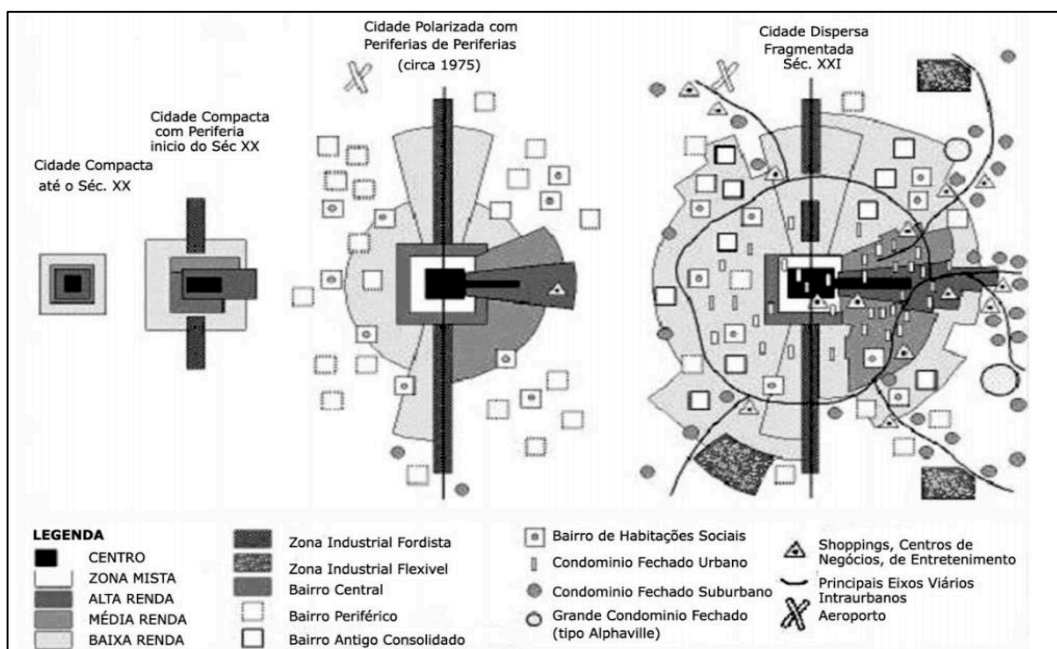
Harvey e Clark (1965, *apud* Limonad, 2005, p. 33) indicam que o *urban sprawl* se caracterizaria por três tipos de expansão do tecido urbano, que corresponde (1) a uma expansão contínua acompanhada de uma densificação e verticalização da malha urbana, (2) a uma multiplicação de anéis concêntricos periféricos e (3) a um crescimento tentacular. Deste modo, nota-se que este processo ocorrendo de forma intensificada, em certo período de tempo, desencadeia a formação de macro-aglomerações, dando forma a uma malha urbana densa e conurbada, constituindo assim, aglomerações urbanas, aglomerados contínuos, Áreas de Concentração de População (ACP), áreas metropolitanas, entre outras denominações.

Essas tendências, características do processo de urbanização contemporâneo está presente em diversas localidades geográficas. Neste sentido, a Figura 1 ilustra esquematicamente o processo da distribuição espacial da população e a complexa estrutura urbana nas cidades latino-americanas.

Conforme se observa, o primeiro esquema refere-se à cidade compacta que se apresenta com uma estrutura simples. No segundo nível, caracterizando o início do século XX, aumentam suas atividades industriais e conseqüentemente o surgimento de periferias. O terceiro nível exemplificado no diagrama aponta que o crescimento urbano permite a polarização, a concentração dos bairros de alta e média renda próxima à área central, e a dispersão de bairros de habitação de interesse social em áreas periféricas e o crescimento de bairros de baixa renda situados nos arrabaldes da cidade.

Na última etapa, verifica-se o êxodo das atividades produtivas (indústria, comércio e serviços) bem como dos diferentes grupos sociais, assiste-se o aumento da expansão urbana e a crescente fragmentação espacial que caracterizará a cidade do século XXI. A urbanização na atual etapa [...], é entendida, como um processo que não está mais restrito à cidade, neste sentido, Limonad (2007) salienta que nesta fase a urbanização extravasa os limites da aglomeração física de edificações, infraestruturas e atividades, de fixos e fluxos, através das diversas práticas, táticas e estratégias dos distintos capitais e do trabalho para garantir sua reprodução.

Figura 1. Tipologia de cidades latino-americanas (século XVI-XXI).



Fonte: Elaborado com base em diagrama extraído de BORSDORF (2003) apud. LIMONAD (2005).

Por conseguinte, nota-se que a rápida transformação no perfil demográfico em um país, é marcada pela passagem de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade, o que gerou uma forte pressão sobre a oferta de imóveis residenciais, bem como da ineficiência do

Estado em fornecer infraestrutura. Ao mesmo tempo, o aumento da oferta de novos lotes urbanos, cada vez mais distantes, reflete o ritmo mais acelerado com que essa produção de novos espaços se realiza, comparativamente à evolução do crescimento demográfico (SPOSITO, 2009, p. 40).

Neste sentido, nota-se que o crescimento das áreas urbanas segundo o padrão de expansão periférica não é novidade, o que parece ser novo são as formas espaciais que as ocupações urbanas passam a assumir, principalmente a partir do final do séc. XX (OJIMA, 2007; FARIAS, 2014).

No caso do Brasil, tanto nas metrópoles como em aglomerados urbanos não metropolitanos, identificam-se, além das manchas contínuas urbanizadas, identifica-se também, formas e processos descontínuos de urbanização dos espaços.

Sobre a urbanização dispersa denominada por Anjos e Oliveira (2009), destacam que este processo,

[...] se caracteriza pelo esgarçamento das bordas dos tecidos urbanos; pela formação de redes de núcleos urbanos ou de bairros isolados situados em meio a uma área não urbanizada, mas integrada a uma área metropolitana; pela transformação de vias expressas regionais em vias de mobilidade diária da população e pela difusão do modo metropolitano de vida e consumo (ANJOS e OLIVEIRA, 2009, p. 200).

Neste sentido, destacamos que no processo de dispersão da urbanização sobre o território brasileiro pode conter diferentes manifestações em termos de sua localização. Para Limonad (2007), essa dispersão assume diversas manifestações em termos de localização espacial,

Seja enquanto forma de expansão das periferias metropolitanas, seja através da multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, seja sob a forma de clusters industriais, de serviços ou turísticos acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou mega-condomínios fora das áreas urbanas (LIMONAD, 2007, p. 35).

Essas formas de dispersão manifestam-se não só no entorno de áreas metropolitanas, como também em cidades que se localizam próximas das rodovias que são importantes eixos de ligação, como também em cidades médias.

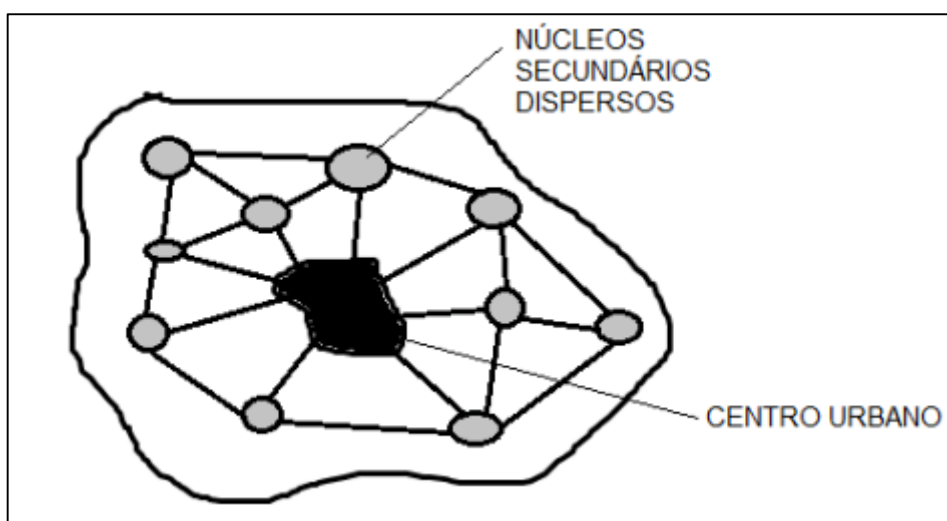
No Rio de Janeiro, Limonad (2007) aponta que por pressão do turismo, há uma escassez de terrenos disponíveis nas áreas concentradas da zona sul e isso tem contribuído para um êxodo demográfico para a zona oeste do Rio de Janeiro e a região oceânica de Niterói e Maricá. Em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, a intensa expansão urbana ocorre de modo relativamente disperso com a ocupação ao longo dos principais eixos viários da região

sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. No que se refere ao Eixo Brasília- Goiânia – Anápolis, ressalta-se o caráter disperso com a criação de aglomerações insulares após a fundação da capital federal em 1960 e pela dispersão que agora se verifica através da multiplicação de condomínios e loteamentos na área da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Distrito Federal (DF) (LIMONAD, 2007).

Pode-se observar a partir do exposto, é que além de uma tendência ao crescimento demográfico há a realocação da população de diferentes faixas de renda em áreas periféricas. Neste sentido, a produção da chamada periferia urbana é além da localização das camadas mais pobres e marginais na distribuição de renda, é também nas últimas décadas do século XX, áreas em que as camadas de maior poder aquisitivo buscam para desfrutar de um novo estilo de vida.

Deste modo, essa localização geograficamente periférica, além de expandir a malha urbana, fragmenta o território e produz áreas vazias e descontínuas (Figura 2). De acordo com Farias (2014) neste processo morfológico, chama atenção a ocorrência de trechos urbanizados intercalados por trechos vazios de diferentes dimensões, cuja fragmentação produz áreas construídas descontínuas. Essa configuração às vezes ambígua e contraditória ocorre sem planejamento, sem manejo ambiental, sem coerência formal e funcional entre os projetos de infraestrutura e as zonas habitadas (FARIAS, 2014).

Figura 2. Esquema de expansão, crescimento extensivo por dispersão urbana.



Fonte: Elaborado com base no diagrama extraído de Japiassú e Lins (2014).

Com base na representação acima, o modelo de crescimento extensivo por dispersão urbana, caracteriza-se pela dispersão de núcleos urbanos secundários integrados por sistemas viários que os conectam com o centro urbano e entre si. E no que se referem os núcleos urbanos

secundários, estes se caracterizam pela diversidade de usos, mas numa escala menor do que os que se encontram nos centros urbanos (JAPIASSU e LINS, 2014).

Em Ipatinga e no Vale do Aço, com a consolidação da Região Metropolitana do Vale do Aço, este processo pode ser verificado, a partir do maior desenvolvimento das cidades sedes da RMVA em relação aos municípios do Colar Metropolitano que exercem influência menor.

A forma com que a urbanização se orienta, assume um papel importante no processo de expansão urbana e se apresenta de forma complexa. Denota-se que há condicionamentos naturais e antrópicos para se desenvolver as aglomerações urbanas, e a forma com que se constitui leva em consideração também fatores políticos, econômicos e sociais. Como bem esclarece Secchi (2006), a urbanização dispersa é movida por novas práticas cotidianas e novas temporalidades, em que o habitante está à procura de uma “justa distância”, ou, mais precisamente, de novas relações espaciais, e de uma possível “nova estética urbana”.

Consideramos que a produção do espaço urbano contemporâneo, marcado pela dispersão, está intrinsecamente relacionado com a nova escala de reprodução do capital, e pela crescente concentração e centralização do capital e pela sua mundialização. Como fenômeno complexo Botelho (2009) afirma que não se pode buscar uma causa única para o fenômeno da urbanização dispersa.

Com base ao que foi apresentado, a produção do espaço urbano, mediante a lógica da expansão territorial sinaliza uma descontinuidade em relação à ocupação de novas áreas, caracterizando assim a produção do espaço urbano a partir das cidades dispersas e destacamos que este processo pode ser observado em Ipatinga e na região do Vale do Aço, a partir do processo recente de metropolização e com a conurbação urbana desta cidade com os municípios vizinhos.

Destacamos, portanto que algumas cidades que estão de fato estruturadas sob o modelo de urbanização dispersa, que em linhas gerais se desenvolvem de maneira mais desigual, uma vez que a dispersão do tecido urbano se dá na constituição de cidades territorialmente fragmentadas e sócio espacialmente diferenciadas (NASCIMENTO JUNIOR, 2017). Nessa perspectiva, salienta-se que este processo favorece situações como rupturas e descontinuidades urbanas, onde redefinem as lógicas da distribuição espacial e com ele seus usos (sejam eles residenciais, industriais, comerciais e de serviços), indicando transformações profundas no uso da cidade e no modo de vida urbano.

Tendo este referencial teórico como norteador deste estudo, a compreensão dos aspectos de urbanização contemporânea, bem como o fenômeno da urbanização tendo o contexto brasileiro como referencial e os processos espaciais da urbanização contemporânea, dando

destaque para a urbanização dispersa e a questão metropolitana, elementos necessários para entender o processo urbano-industrial de Ipatinga em sua recente e acelerada urbanização, bem como a RMVA, em seus fluxos e redes.

#### **1.4. Contextualizando o Município de Ipatinga e a Região Metropolitana do Vale do Aço**

O Município de Ipatinga (Figura 3) encontra-se localizado no Vale do Rio Doce no estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil e pertence a Região Metropolitana do Vale do Aço<sup>2</sup>. Situado a leste da capital mineira (Belo Horizonte), na região intermediária e imediata<sup>3</sup> de Ipatinga, que juntamente com Coronel Fabriciano e Timóteo, são considerados pelos estudos de hierarquia das cidades da REGIC<sup>4</sup> (IBGE, 2007), como uma Capital Regional - Nível C, isto é, com capacidade de gestão em nível imediatamente inferior ao das metrópoles, sendo influência em âmbito regional e referido como destino, para um conjunto de atividades, por um grande número de municípios circunvizinhos.

---

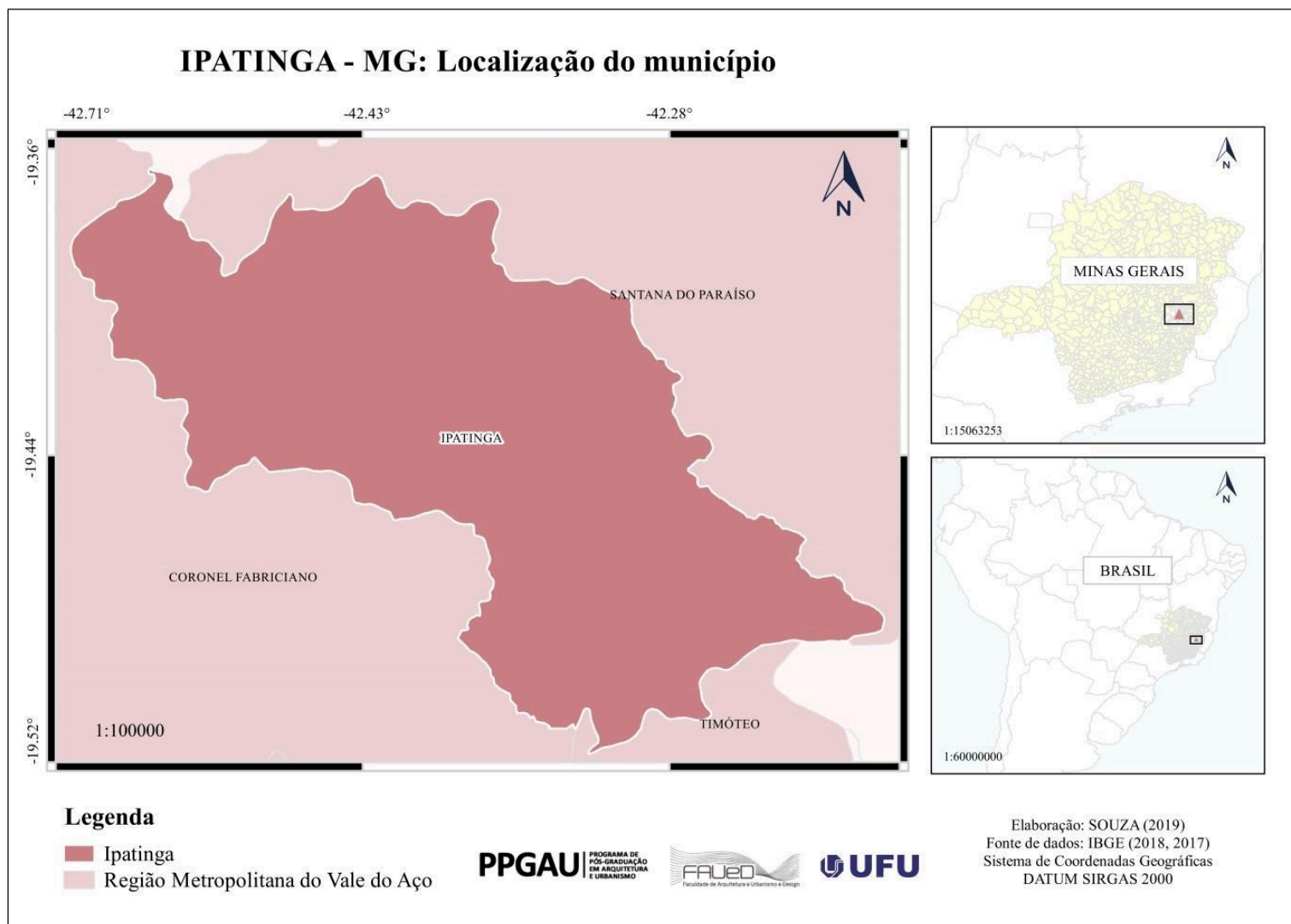
<sup>2</sup> A Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) é composta pelos municípios de Timóteo, Ipatinga, Coronel Fabriciano e Santana do Paraíso possuindo uma população de mais de 490 mil habitantes, numa área de 807.000 km<sup>2</sup>.

<sup>3</sup> Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias – IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>> Acesso em: 09 de agosto de 2019.

<sup>4</sup> Regiões de Influência das Cidades - REGIC é uma pesquisa do IBGE, define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros além de delimitar as regiões de influência a eles associados. São identificadas as metrópoles e capitais regionais brasileiras, o alcance espacial de sua área influência, e também a oferta de bens e serviços oferecidos pela localidade e sua capacidade de atrair deslocamento das populações.



Figura 3. Ipatinga – MG: Localização do município (2017).



Elaboração: SOUZA, T. S. (2019).

Em aspectos relativos à formação territorial, a região antes era conhecida como Arraial de Antônio Dias e a população original nesta porção do território foram os índios da etnia “Botocudos”, sendo posteriormente desbravada e colonizada pelos bandeirantes que estavam à procura de riquezas minerais, entre fins do século XVII e início do século XVIII, quando começou a ser explorada economicamente.

O processo de urbanização recente tem como principal ponto que incentivou a nova ocupação na região, a construção da Estrada de Ferro Vitória - Minas (EFVM) em 1903, com itinerário inicial entre Vitória a Diamantina, passando por Peçanha (MG), mais tarde, altera-se o trajeto que antes passaria pelas matas de Peçanha para acompanhar o percurso dos rios Doce e Piracicaba devido o descobrimento de jazidas de minério de ferro próximo à cidade de Itabira. O desenvolvimento urbano no que viria a ser Ipatinga teve seu ponto inicial a partir da construção de uma estação ferroviária instalada no KM 475, um pouco mais abaixo do rio Piracicaba às margens do ribeirão Ipanema, inaugurada em agosto de 1922<sup>5</sup>.

A inserção de Ipatinga e do Vale do Aço na economia nacional está relacionada a fatores históricos, que contribuíram para o desenvolvimento e ocupação da região associando, sobretudo, com a instalação da Estrada de Ferro Vitória Minas (1903) atualmente é operada pela Companhia Vale S/A, responsável pelo escoamento de produtos e transporte de passageiros entre Espírito Santo e Minas Gerais, com a implantação das indústrias Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (1934), em João Monlevade, Aços Especiais Itabira – ACESITA<sup>6</sup> (1944) em Timóteo, a USIMINAS (1956) em Ipatinga e também com a implantação da Celulose Nipo Brasileira – CENIBRA (1973) em Belo Oriente. Dentre outros fatores, deve ser destacado a implantação da rodovia BR 381 na década de 1960 e a implantação das usinas hidrelétricas, ao longo dos principais cursos d'água que passam pela região.

Conforme as estimativas populacionais do IBGE (2019), Ipatinga possui uma população de 263.410 habitantes. A extensão territorial total do município abrange uma área de 166,6 km<sup>2</sup>, sendo 74,4 km<sup>2</sup> de área urbana e 92,2 km<sup>2</sup> de área rural.

A divisão administrativa de Ipatinga segue a mesma legislação do ano de 1980, e sendo assim em 2010, a cidade de Ipatinga era composta por 35 bairros oficiais (incluindo o distrito de Barra Alegre), além de povoados rurais, do distrito industrial, de loteamentos e bairros não-

---

<sup>5</sup> Até este ano, a área do atual Município de Ipatinga não passava de uma densa floresta com uma pequena clareira no local denominado Córrego de Nossa Senhora (nas proximidades da atual cidade da Usiminas) aberta por um empreiteiro da Estrada de Ferro Vitória-Minas, Sr. Antônio Marques, para construção de um acampamento para seus trabalhadores (FJP, 1978).

<sup>6</sup> Atualmente parte do Grupo *Aperam*, opera sob o nome *APERAM South America* do Brasil.

oficiais. Deste total, na zona urbana estão 32 bairros oficiais<sup>7</sup> e 10 não oficiais<sup>8</sup>, sendo o restante bairros da zona rural (PMI, 2017). Para facilitar a administração, a cidade foi dividida em nove regionais compostas pelos bairros reconhecidos oficialmente e por localidades não formais, que serão apresentados posteriormente nesta dissertação.

No que se refere à descrição física da municipalidade, na extremidade norte está situada a Serra de Pedra Branca que faz divisa com o Município de Santana do Paraíso, na direção noroeste se encontra Serra dos Cocais que se limita com o Município de Coronel Fabriciano, nesta região a ocupação é menos intensa, composta por vilarejos, residências unifamiliares e sítios (DIAS, 2011).

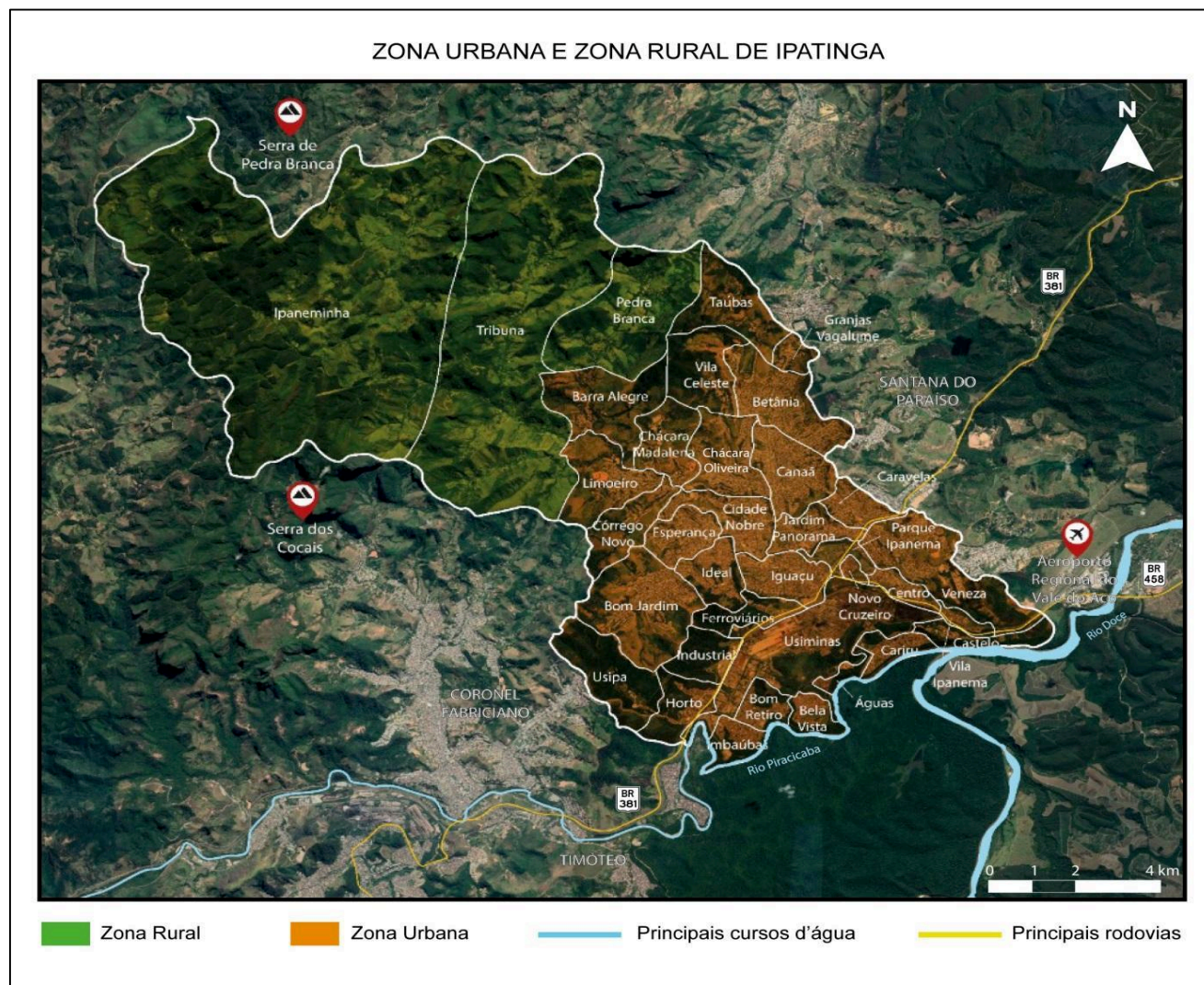
Na extremidade centro-sul do município, a ocupação urbana é mais intensa devido à geomorfologia favorável. Nesta porção territorial, encontra-se os bairros da zona urbana, a USIMINAS, a EFVM, as rodovias BR-381 e a MG-458 e mais ao sul, o Município limita-se com o Parque Estadual do Rio Doce no encontro do rio Piracicaba com o Rio Doce – conforme visualizamos na Figura 4 a seguir.

---

<sup>7</sup> Embora exista 62 localidades reconhecidas pelos moradores.

<sup>8</sup> São os principais bairros não-oficiais da cidade: Canaãzinho (extensão do Canaã); Planalto (Veneza); Vila Militar (Betânia); Vila Formosa (Cidade Nobre); Tiradentes (Vila Celeste); Caçula (Jardim Panorama), além do Distrito Industrial.

Figura 4. Ipatinga – MG: Delimitação da Zona Rural e Urbana (2019).



Elaboração: Souza, L. F. D. (2019).

Entre os aspectos físico-geográficos, Ipatinga está inserida no “Domínio dos Mares de Morros<sup>9</sup>” e situada nos Planaltos e Serras do Atlântico Leste – Sudeste. Sua vegetação natural é típica das Florestas Estacionais Semidecíduais (dupla estacionalidade climática), pertencentes ao bioma da Mata Atlântica. E com relação a essa fisionomia, Brandt (2005) apud Dias (2011), descreve que:

O clima da região de Ipatinga é quente e úmido, com temperaturas bastante elevadas no verão, devido à intensa radiação solar incidente, e elevado grau de umidade do ar. Há duas estações bem definidas: uma chuvosa, que ocorre de outubro a abril, com níveis elevados de precipitação e altas temperaturas; e uma estação seca, no período de maio a setembro, quando há menor nebulosidade, associada à freqüente ocorrência de frentes frias que contribuem para a redução da temperatura. (BRANDT, 2005).

Deste modo, destaca-se ainda que essa região no interior do Estado de Minas Gerais foi esculpida sobre as rochas predominantemente graníticas-gnáissicas do Embasamento Cristalino, ou seja, a formação rochosa e de acordo com Vasconcelos (2002), apresenta uma particularidade geomorfológica, representada pelos espessos pacotes de sedimentos aluviais e uma morfologia de planícies no conjunto da área urbana.

A geomorfologia da área urbana foi mais propensa à urbanização por sua localização em extensa área de planície. Para melhor compreensão dos termos geográficos no âmbito da pesquisa, a porção territorial junto às áreas de planícies nas proximidades com os cursos d’água foram mais propensas à ocupação devido à sua disposição mais aplainada.

Outra observação notável que se faz, é a forma urbana que se desenvolve não só em Ipatinga, mas também outros municípios do Vale do Aço, se tratando de uma urbanização que apresenta um caráter disperso, que devido das condições físicas do relevo, a ocupação concentra-se em sua maioria nas áreas de fundo de vale, próximos aos córregos e ribeirões que seguem contornando as áreas de maior declividade (DIAS, 2011).

Ainda sobre Ipatinga, outras informações podem ser também analisadas a partir da formação da RMVA e do seu Colar Metropolitano. A mesma é composta por quatro municípios e possui uma população estimada em 497 800 habitantes (IBGE, 2019) e uma área territorial total de 807 Km<sup>2</sup> (FJP, 1990). Ipatinga aparece como a mais populosa, seguida por Coronel Fabriciano, com 109.885; Timóteo com 89.842 e Santana do Paraíso, com 34.663.

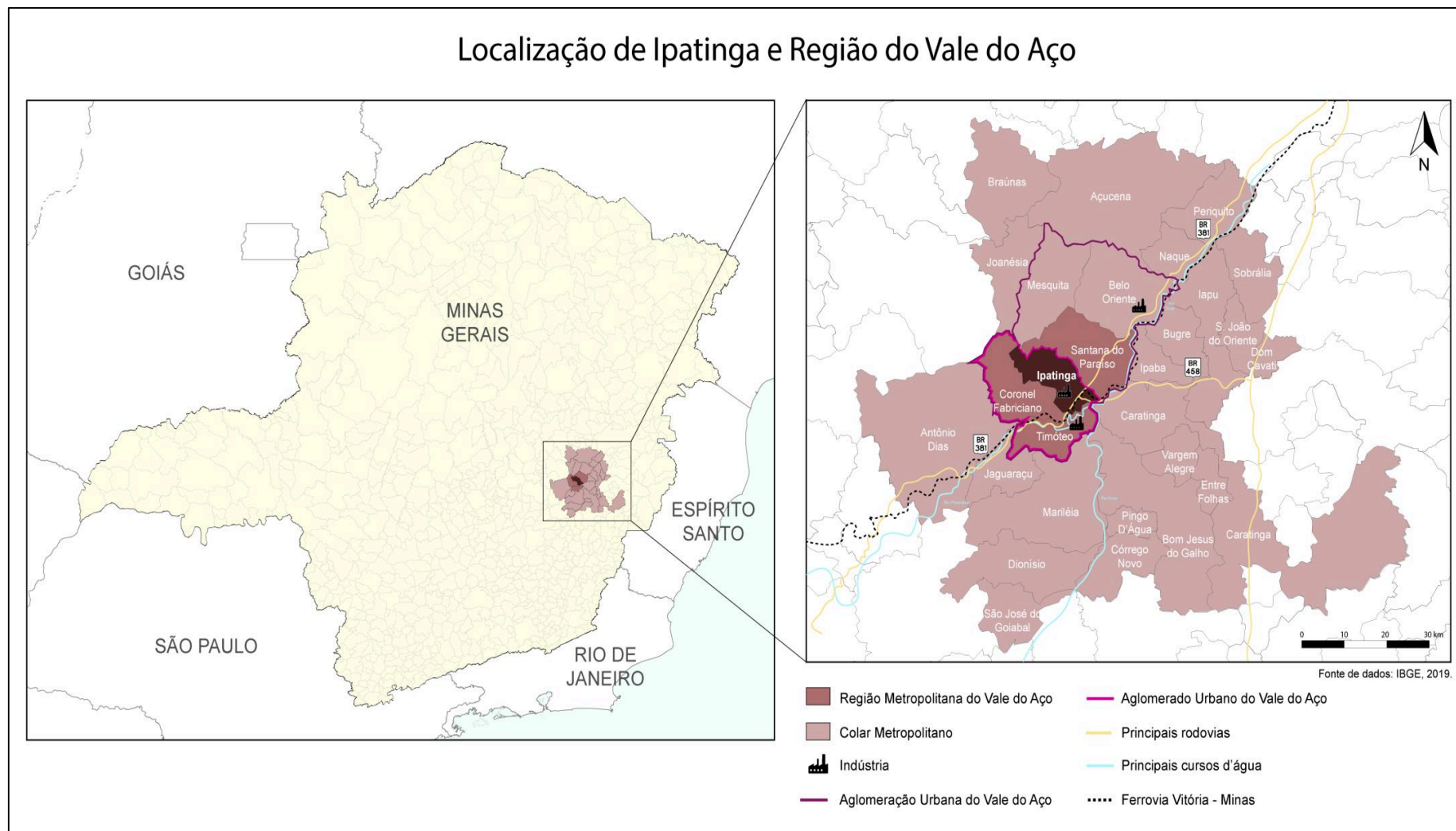
---

<sup>9</sup> Domínio morfoclimático (que reúne relevo, clima, vegetação e hidrografia) presente no Brasil, o qual é formado pela união de diversas elevações. O nome está associado a um grande conjunto de morros arredondados formados pelo intenso processo de erosão (AB’ SABER, 2003).

No que tange ao Colar Metropolitano da RMVA, este é composto por mais 24 municípios (além dos municípios Sede) e soma-se a uma população de 268.463 habitantes (IBGE, 2019), conforme visualizamos na Figura 5 a seguir.



Figura 5. Ipatinga e Região Metropolitana do Vale do Aço: Localização (2019).



Elaboração: SOUZA, L. F. D. (2019).

Para fins de entendimento, torna-se importante a distinção de alguns aspectos relacionados à região metropolitana. Deste modo, diferencia-se o Aglomerado Urbano do Vale do Aço (núcleo original formado por Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo), de Região Metropolitana do Vale do Aço (que seria Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo mais Santana do Paraíso<sup>10</sup>), da Aglomeração Urbana do Vale do Aço (que são os Municípios que compõem a RMVA, somando Belo Oriente e Mesquita) e do Colar Metropolitano do Vale do Aço<sup>11</sup> (sendo os Municípios da RMVA mais Belo Oriente e Mesquita e outros 20 Municípios).

A partir do exposto, a Tabela 2 apresenta o crescimento populacional dos municípios que compõem o Vale do Aço. Em suma, denota-se o crescimento populacional positivo dos Municípios da RMVA se comparado aos municípios do Colar Metropolitano que apresentam um decréscimo populacional. As estimativas apresentadas pelo IBGE referente à Projeção da População para os municípios em 2019, se comparado ao Censo Demográfico de 2010 apontam que, a taxa de crescimento da população no Vale do Aço é de aproximadamente 7,70% em relação ao Censo anterior.

Outro fator constatado foi a perda populacional dos municípios menores do Colar Metropolitano, que podem ser observados e podem estar relacionados, como a saída dos jovens em busca de novas oportunidades nos centros maiores, procura por melhor infraestrutura urbana como acesso a emprego, educação, saúde e lazer, entre outros fatores.

---

<sup>10</sup> Emancipado do Município de Mesquita em 1992.

<sup>11</sup> São eles: Açucena, Antônio Dias, Braúnas, Bugre, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Dom Cavati, Entre Folhas, Iapu, Ipaba, Jaguarauçu, Joanésia, Marliéria, Naque, Periquito, Pingo D'Água, São João do Oriente, São José do Goiabal, Sobrália, Vargem Alegre.



Tabela 2. População do Vale do Aço por município (2010-2019).

MUNICÍPIOS	CENSO 2010	ESTIMATIVAS 2019	VARIAÇÃO
Açucena	10.276	9.470	-806
Antônio Dias	9.565	9.318	-247
Belo Oriente	23.397	26.700	3.303
Bom Jesus do Galho	15.364	14.935	-429
Braúnas	4.801	5.030	229
Bugre	3.992	3.982	-10
Caratinga	85.239	92.062	6.823
Coronel Fabriciano	<b>103.694</b>	<b>109.855</b>	<b>6.161</b>
Córrego Novo	3.127	2.771	-356
Dionísio	8.739	7.729	-1.010
Dom Cavati	5.209	5.072	-137
Entre Folhas	5.175	5.370	195
Iapu	10.315	11.004	689
Ipaba	16.708	18.607	1.899
Ipatinga	<b>239.468</b>	<b>263.410</b>	<b>23.942</b>
Jaguaraçu	2.990	3.133	143
Marliéria	4.012	4.039	27
Mesquita	6.069	5.605	-464
Naque	6.341	6.996	655
Periquito	7.036	6.810	-226
Pingo D'Água	4.420	4.941	521
Santana do Paraíso	<b>27.265</b>	<b>34.663</b>	<b>7.398</b>
São Joao do Oriente	7.874	7.498	-376
São Jose do Goiabal	5.636	5.420	-216
Sobralia	5.830	5.553	-277
Timóteo	<b>81.243</b>	<b>89.842</b>	<b>8.599</b>
Vargem Alegre	6.461	6.480	19
<b>TOTAL</b>	<b>710.216</b>	<b>766.233</b>	<b>56.017</b>
% Crescimento Populacional no Vale do Aço (2010-2019)			<b>7,70%</b>

Fonte: IBGE Cidades (2019).

Org.: SILVA, M. R. (2019).

Conforme apontado, o processo de urbanização de Ipatinga teve seu advento a partir de dois fatos importantes: o primeiro com a implantação da Usiminas e segundo, com o

desenvolvimento do plano urbanístico da Vila Operária que foi executado, todavia a cidade cresceu para além do limite projetual, fruto da imigração causada pela atração do desenvolvimento industrial emergente no período (DIAS, 2011).

No que tange aos aspectos econômicos, Ipatinga sendo uma cidade média e cidade polo em uma região metropolitana tornou-se atrativa também para novos investimentos em outros setores. A Tabela 3, apresenta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais e de Ipatinga, entre os anos de 1999-2015. Dados demonstram que o PIB de Ipatinga cresceu mais quatro vezes, acompanhando o PIB mineiro Unidade: R\$ x1000).

Tabela 3. Ipatinga – MG: PIB (1999-2015).

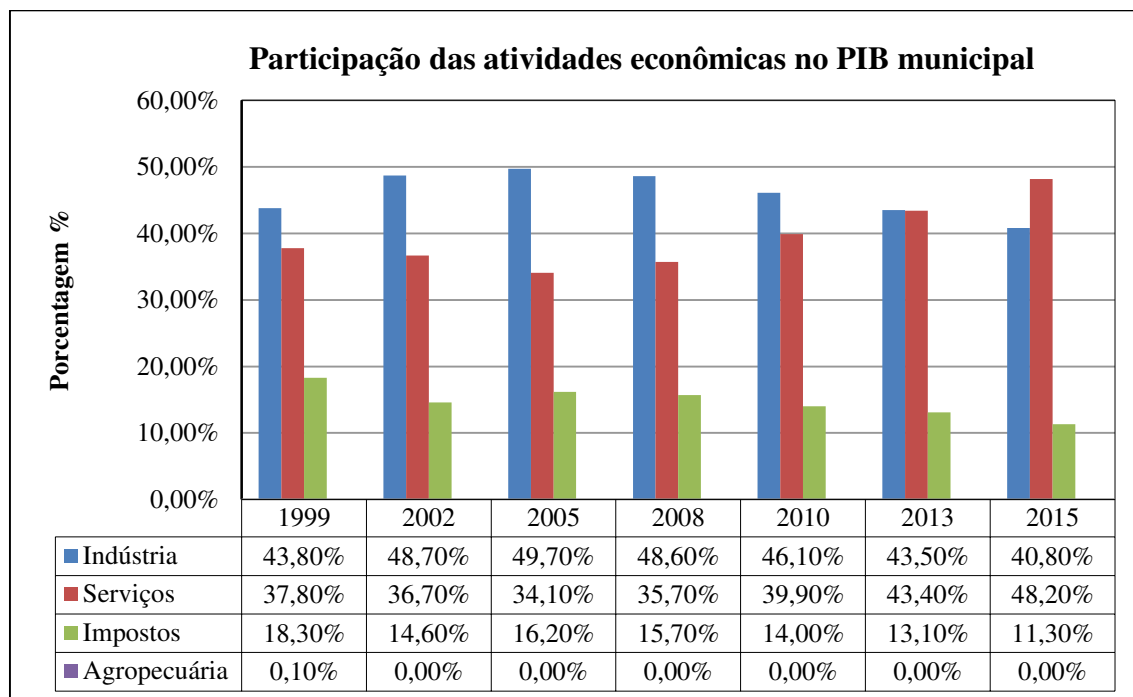
	1999	2002	2005	2010	2015
<b>Minas Gerais (total estado)</b>	89.789.782	127.781.907	192.639.256	351.380.905	519.326.359
<b>Ipatinga</b>	1.868.095	2.694.850	5.267.485	7.520.604	8.481.490

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), 2017; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

Desde sua gênese, Ipatinga teve a produção de aço como principal atividade econômica, entretanto nos últimos anos os setores da economia vêm apresentando mudanças, tendo destaque às atividades econômicas relacionadas ao terceiro setor (Gráfico 1). O setor de Serviços, no ano de 1999 contava com 37,80% de participação na atividade econômica, tendo um declínio até 2005, e contava com 34,10% de participação. A partir deste ano o setor tem apresentado um crescimento de 15% entre os anos de 2005 a 2015. O setor industrial apresentou um aumento entre 1999 a 2005 e desde este ano até 2015 tem apresentado uma queda de aproximadamente 9%. Os dados da FJP (2017) apontam também que a arrecadação de impostos é uma importante fonte para o município.

Em relação ao setor primário como agricultura e pecuária, estes não apresentaram participação significativa no PIB municipal. De acordo com o IBGE Cidades (2019), Ipatinga ocupa uma das últimas posições em relação à produção agropecuária, dos 853 municípios do estado de Minas Gerais, a cidade ocupa a 845ª posição.

Gráfico 1. Ipatinga – MG: PIB (1999-2015).



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), 2015.

De acordo com Oliveira e Beltrame (2005),

O setor de comércio e serviços de Ipatinga se encontra estruturado abrigando a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) do município, fenômeno incrementado pela privatização da USIMINAS em meados da década de 1990, que obrigou o município a procurar alternativas econômicas e sociais (principalmente de emprego) para diminuir a dependência da indústria que sistematicamente vem reduzindo o número de empregados, apesar de não diminuir a sua presença no cotidiano do município.

Deste modo, a partir destes aspectos, Ipatinga apresenta características recentes do processo de urbanização contemporânea devido às rápidas transformações em sua paisagem urbana e no dinamismo de sua economia no período recente.

Na seção 2, a seguir, a análise será realizada a partir da implantação da base industrial da USIMINAS, sendo concomitante com a construção de sua Vila Operária, onde a discussão será concentrada sobre as “ações planejadas”. Sendo assim, torna-se oportuna a compreender as especificidades de uma cidade-empresa<sup>12</sup>, bem como os processos engendrados que se fizeram presentes no processo de produção desta cidade. Neste sentido, serão discutidos os

<sup>12</sup> Termo estudado a partir das análises de PIQUET (1998).

preceitos e modelos estabelecidos no período do Urbanismo Moderno para entender a concepção urbanística da Vila Operária da USIMINAS.

## SEÇÃO 2

### DA USIMINAS À VILA OPERÁRIA

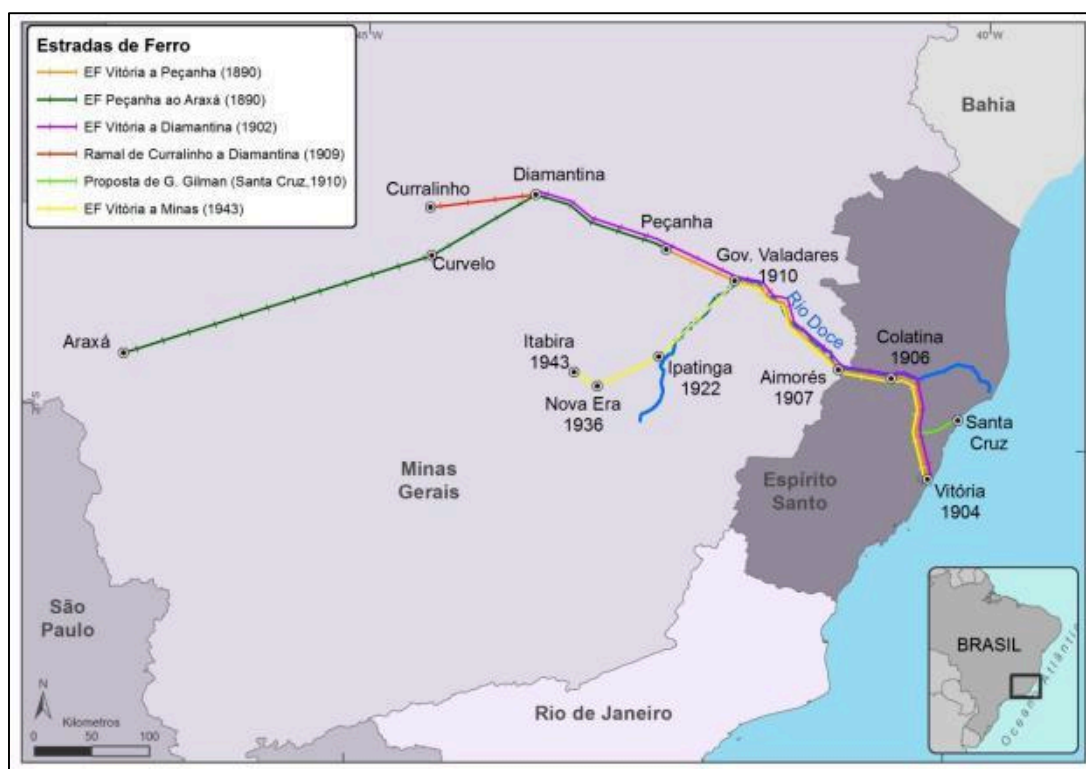
A partir da implantação da base industrial da USIMINAS, que ocorreu de forma concomitante com a construção de sua Vila Operária, essa seção pauta-se na discussão sobre as “ações planejadas”. Desse modo, é necessário compreender as especificidades e processos engendrados da cidade-empresa em estudo. Nas linhas que seguem serão discutidos os preceitos e modelos estabelecidos no período do Urbanismo Moderno para entender a concepção urbanística da Vila Operária da USIMINAS.

#### 2.1. A formação territorial e o processo de urbanização de Ipatinga

Para falar sobre a ocupação territorial na porção leste do estado de Minas Gerais, especialmente, na região em que atualmente se encontra a Região do Vale do Rio Doce, destaca-se a princípio que os primeiros habitantes foram os índios “Botocudos”, conhecidos pelos adornos arredondados utilizados nos lábios inferiores e nos lóbulos da orelha (DIAS, 2011).

No entanto, para compreender o processo de urbanização recente é necessário apontar os principais pontos que incentivaram a ocupação na região e que começa a partir da construção da EFVM. Projetada no ano de 1890 por iniciativa do Governo da Província de Minas Gerais, teve sua construção iniciada em 30 de março de 1903, com itinerário entre as cidades de Vitória com destino a Diamantina, passando por Peçanha (MG), de forma a promover o escoamento da produção cafeeira do norte de Minas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978). Vide figuras 6 e 7.

Figura 6. Estrada de Ferro Vitória – Minas.



Fonte: FALHEIROS (2015).

Figura 7. Ipatinga – MG: Foto aérea da cidade.<sup>13</sup>



Fonte: Acervo Digital da Estação Memória (s/d).

<sup>13</sup> No meio da foto a Usiminas. À esquerda temos o bairro Cariru. À direita o Centro. À esquerda no topo o bairro Bom Retiro. No canto inferior esquerdo o bairro Castelo.

Anos mais tarde, o traçado da ferrovia seria modificado devido o descobrimento de jazidas de minério de ferro próximo a Itabira, neste sentido, altera-se o trajeto que antes passaria pelas matas de Peçanha para acompanhar o percurso dos rios Doce e Piracicaba. Por influência direta da passagem da ferrovia na região do Alto Rio Piracicaba, bem como no médio curso do Rio Doce, mostrou-se uma sensível alteração populacional e maior dinamismo na estruturação de seu espaço urbano.

O desenvolvimento urbano da cidade de Ipatinga teve seu ponto inicial a partir da construção de uma estação ferroviária instalada no KM-475, um pouco mais abaixo do rio Piracicaba às margens do ribeirão Ipanema, inaugurada em agosto de 1922<sup>14</sup>. Em 1924 foi inaugurada a estação ferroviária Raul Soares ou Calado<sup>15</sup> próximo ao KM-491, antes pertencente ao Município de Antônio Dias. Até este período, as atividades econômicas baseavam-se na agricultura de subsistência e pecuária.

A partir da década de trinta do século XX este quadro será alterado, após a implantação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM) nos Municípios de Sabará e em João Monlevade<sup>16</sup>. Como podemos observar na Figura 8, o centro antigo da cidade tinha vista do famoso Morro do Geo; ao lado o Colégio Estadual de João Monlevade; a linha de ferro Vitória a Minas; o Mercado antigo e ao fundo acima a Belgo-Mineira em 1960. A Figura 9 apresenta a usina e a vila operária também em 1960.

---

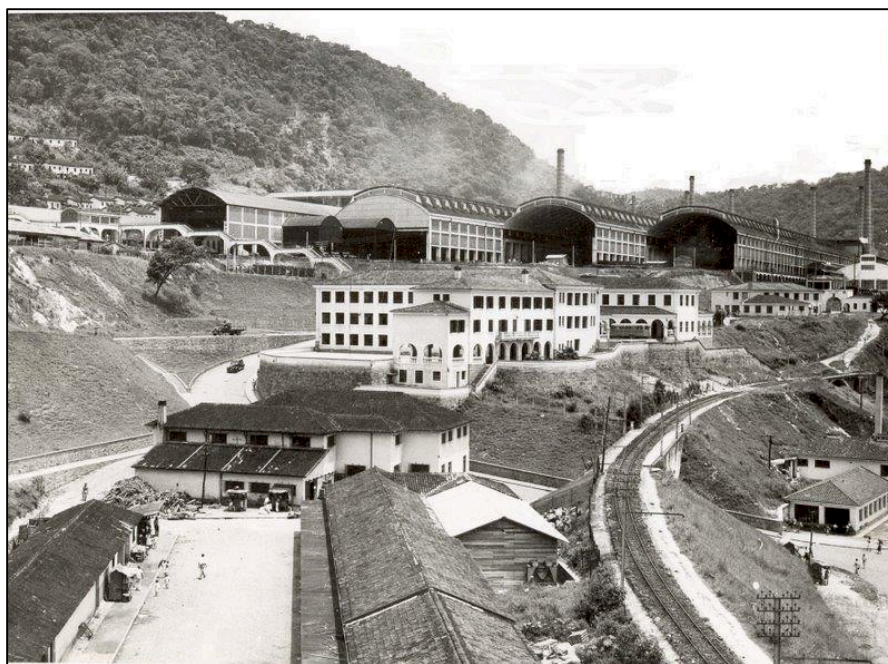
<sup>14</sup> Até este ano, a área do atual município de Ipatinga não passava de uma densa floresta com uma pequena clareira no local denominado Córrego de Nossa Senhora nas proximidades da atual cidade da USIMINAS (Usina Siderúrgica de Minas Gerais).

<sup>15</sup> Localizada próxima às margens do rio Piracicaba, deslocou-se para este local o ponto central do distrito onde se desenvolveu posteriormente a cidade de Coronel Fabriciano (FJP, 1978).

<sup>16</sup> A fundação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em 1921, é resultado do aporte de capitais estrangeiros, representados pela ARBED (*Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange*), em Sabará (MG). Em 1934, a cidade de João Monlevade, a 100 km de Ipatinga no sentido de Belo Horizonte, tem seu projeto desenvolvido por Lúcio Costa para implantar a siderúrgica "Usina Barbanson", da Belgo Mineira, atual Acelor Mittal (DIAS, 2011).



Figura 8. Ipatinga – MG: Centro antigo da cidade (1960).



Disponível em: <https://www.portalsplashsplash.com/2016/10/jean-monlevade-v.html>.  
Acesso em dez. 2020.

Figura 9. Ipatinga – MG. Ao redor da Usina surge uma Vila Operária (1960).



Disponível em: <https://www.portalsplashsplash.com/2016/10/jean-monlevade-v.html>.  
Acesso em dez. 2020.

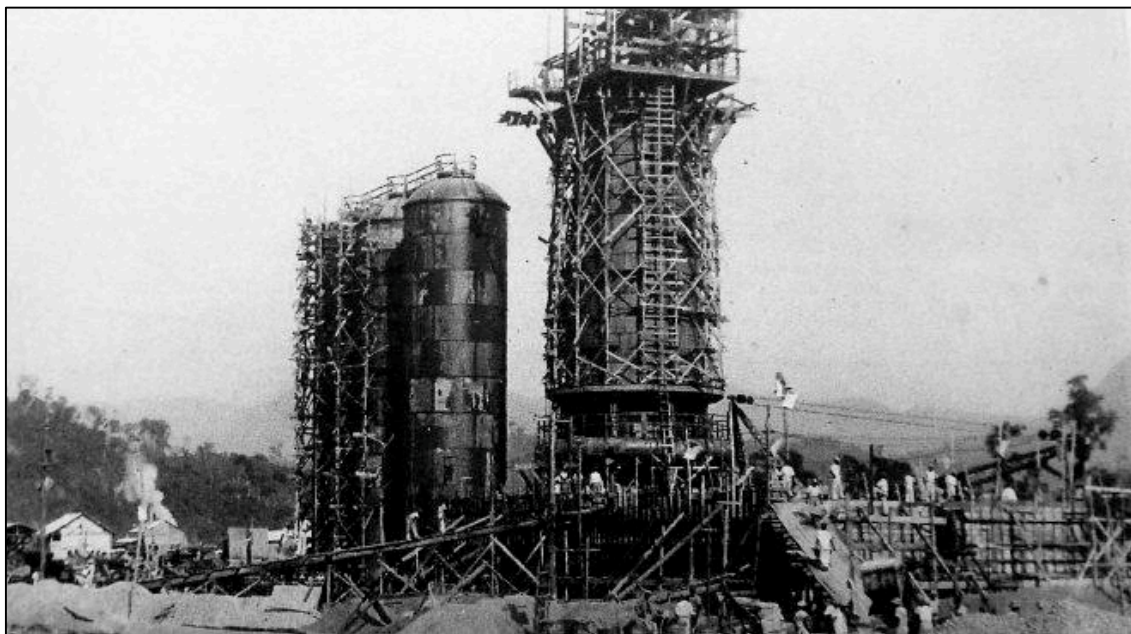


Antes da chegada da indústria, as terras eram ocupadas por posseiros e com a expansão da produção de carvão a CSBM passou a adquiri-las através de compra, como também de cessão e desapropriação a fim de explorar as matas existentes para abastecer seus fornos. A partir desse momento, o crescimento e a organização do espaço urbano dos núcleos ficaram condicionados a ação e iniciativa da companhia (FJP, 1978).

Conforme Sampaio (2008) essa forma de ocupação, além de ter gerado conflitos e disputas, também pode ser considerada como o início da descaracterização da área rural da região. Porém, faz-se necessário ressaltar que este fato não implicou em mudanças econômicas, o que só começou na década de 1940.

De acordo com Sampaio (2008) este fato marca o início do ciclo de dominação das grandes empresas na região. Este processo será reforçado com a implantação da Companhia ACESITA (figuras 10 e 11) em Timóteo<sup>17</sup> no ano de 1944. Sua instalação foi um dos principais fatores na determinação dos novos rumos da forma de ocupação e de organização espacial do Aglomerado Vale do Aço, o que posteriormente será consolidado com a implantação da USIMINAS no Distrito de Ipatinga em 1956 (FJP, 1978).

Figura 10. Timóteo– MG: Construção do Alto forno da ACESITA (1948).

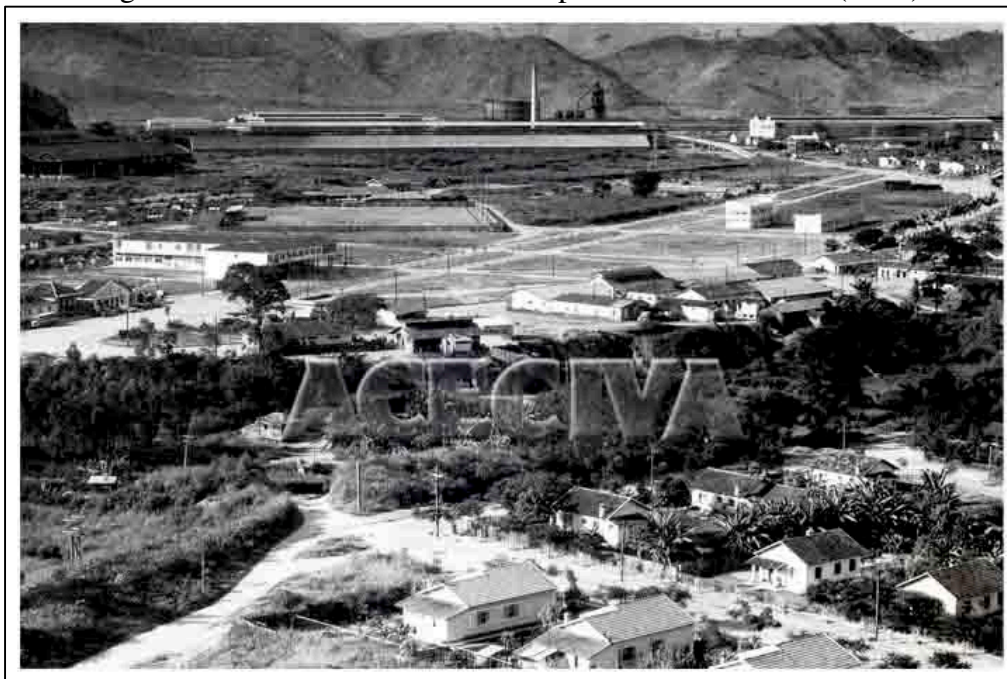


Fonte: ACECIVA (2017). Disponível em: <http://www.aceciva.com.br/?cat=21>. Acesso em dez. 2020.

---

<sup>17</sup> À época distrito de Antônio Dias. Em 27 de dezembro de 1948 o distrito de Timóteo passou a pertencer ao município de Coronel Fabriciano.

Figura 11. Timóteo - MG: Cidade Operária da ACESITA (1957).



Fonte: ACECIVA (2017). Disponível em: <http://www.aceciva.com.br/?cat=21>. Acesso em dez. 2020.

Destaca-se que, com a industrialização e a unificação do mercado nacional a partir da década de 1930, o país passou por profundas mudanças econômicas. No contexto nacional, a precariedade de infraestrutura básica, como siderúrgica e disponibilidade energética, eram importantes entraves para a expansão do mercado interno. Como forma de superar este entrave, Schiffer (2009, p. 86) salienta que o Estado, a partir dos anos de 1940, tornou-se o principal investidor do país, atuando na instalação da indústria de base.

Nesta época, cabe destacar que o país vivia o ideário nacional-desenvolvimentista na qual a implantação de novos segmentos industriais promoveria uma mutação na economia brasileira. Como resultado imediato desta intervenção estatal, foi construída a Companhia Siderúrgica Nacional entre os anos de 1941 a 1945 em Volta Redonda (RJ), sendo este um caso elucidativo. Enquanto na região, é construída a Companhia Belgo Mineira em João Monlevade em 1934, e também da construção da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Itabira, instalada em 1942. No tocante à troca dos padrões de ocupação e o acelerado processo de urbanização na região, estas somente ocorreram após a chegada e consequente instalação da ACESITA entre os anos de 1940 e 1952.

Dois fatores relevantes explicam as motivações da instalação da empresa na região: o primeiro se refere à proximidade da empresa da matéria prima, e o segundo pela proximidade com a logística de transporte. Se somados, estes dois fatores podem ser explicados devido à

proximidade da localidade com as jazidas de minério de ferro na região de Itabira (MG) e, também, pela instalação da estrada de ferro que seria utilizada para escoar sua produção. Dentre outros fatores ressaltados pela empresa, foram “grande área plana e terrenos de natureza adequada, que facilitaram as construções e fundações; abundância de água pela sua situação à margem do rio Piracicaba; e a proximidade de florestas naturais, que possibilitou a utilização de carvão de madeira etc.” (FJP, 1978).

Dois anos após a fundação da ACESITA no distrito de Timóteo, foram iniciados os trabalhos preliminares de construção da usina e paralelamente a construção de "uma cidade com perto de 3.000 moradias", para abrigar os trabalhadores (FJP, 1978). Com a implantação da companhia, muitos imigrantes que não haviam sido contratados ficaram impossibilitados de residir nos bairros planejados pela siderúrgica em Timóteo, resultando em um crescimento significativo da sede do distrito. Concomitante ao processo de implantação da “cidade” criada pela ACESITA, puderam ser constatadas modificações significativas em relação ao grau de urbanização dos núcleos pré-existentes no município vizinho, Coronel Fabriciano.

Por ser mais antigo, o município de Coronel Fabriciano contava com uma sede administrativa, e também há algum tempo, apresentava características de um polo comercial e de prestação de serviços na região. Por essa razão, o núcleo foi o primeiro a se beneficiar da presença da ACESITA e a sentir os efeitos do processo de urbanização<sup>18</sup>. Entretanto, devido ao crescimento populacional e urbano, a ausência de uma indústria de grande porte e de uma Administração Municipal eficiente fizeram com que a cidade crescesse e se desenvolvesse ausente de planejamento.

Em relação a Timóteo, seu desenvolvimento iniciou, como fora salientado, após a instalação da ACESITA, com destaque para o desenvolvimento da construção da Vila dos Trabalhadores. A consolidação da vila contribuiu para que em 29 de abril de 1964 ocorresse a homologação da emancipação política de Timóteo, fato este que culminou anos mais tarde na criação da “Cidade de ACESITA” – como referência ao pujante desenvolvimento impulsionado pela companhia – à comunidade local, passando sua administração à prefeitura municipal, sobre isso, vide figuras 12 e 13.

---

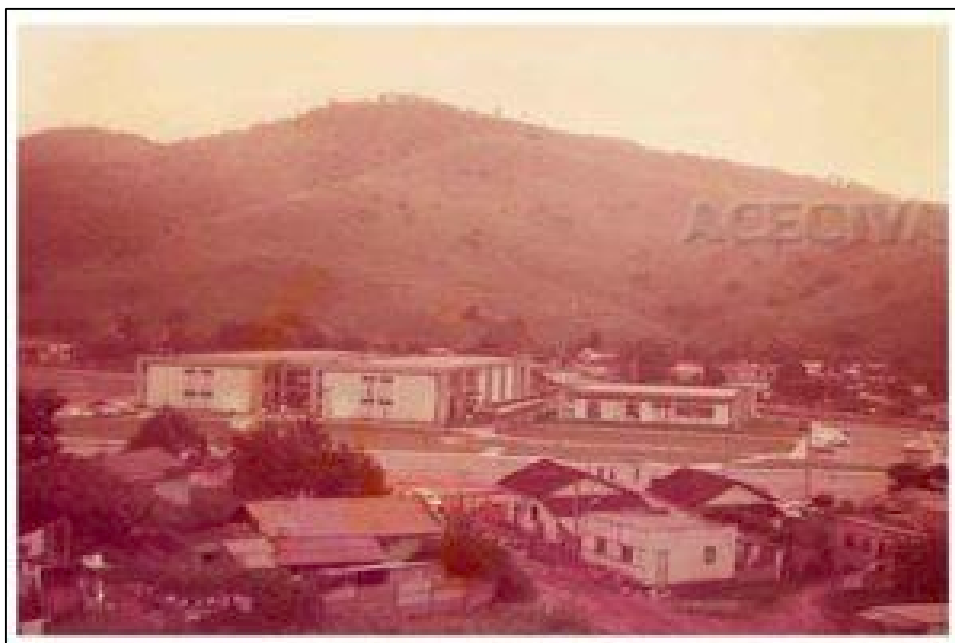
<sup>18</sup> Ipatinga neste momento era pouco habitada, permanecendo assim até a época da instalação da Indústria.

Figura 12. Timóteo – MG: Vista parcial.



Fonte: ACECIVA (2017). Disponível em: <http://www.ceciva.com.br/?cat=21>. Acesso em dez. 2020.

Figura 13. Timóteo - MG: Vista parcial da Prefeitura de Timóteo (década 1970).



Fonte: ACECIVA (2017). Disponível em: <http://www.ceciva.com.br/?cat=21>. Acesso em dez. 2020.

O adensamento populacional causado pela instalação de mineradoras e indústrias siderúrgicas contribui para que nos anos seguintes ocorra a consolidação da área urbana do Aglomerado Urbano do Vale do Aço (AUVA). Sua estruturação aconteceu de maneira mais

consistente após a instalação da ACESITA. Em segundo momento, com a implantação da USIMINAS. E, mais recentemente, com a instalação da planta industrial da CENIBRA em Belo Oriente na década de 1973. Juntas, todas essas companhias contribuíram para que em 1998 fosse reconhecida e, em 2006, efetivada a atual RMVA, discutida e abordada na seção três deste trabalho.

Deste modo, considera-se para fins de compreensão alguns aspectos: diferenciam-se o Aglomerado Urbano do Vale do Aço (núcleo original formado por Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo), da Região Metropolitana do Vale do Aço (composto pelos municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso), da Aglomeração Urbana do Vale do Aço (são os municípios que compõem a RMVA, somando Belo Oriente e Mesquita) e o Colar Metropolitano do Vale do Aço<sup>19</sup> (composto pelos municípios da RMVA, além de Belo Oriente e Mesquita e outros 20 municípios).

A partir do breve exposto sobre a formação do AUVA, torna-se oportuno discutir sobre os aspectos que permearam a formação do espaço urbano de Ipatinga, recorte espacial escolhido como tema de investigação desta pesquisa. Deste modo no próximo tópico será destacado o processo de industrialização e urbanização de Ipatinga após a instalação da USIMINAS e os processos por ela desencadeados.

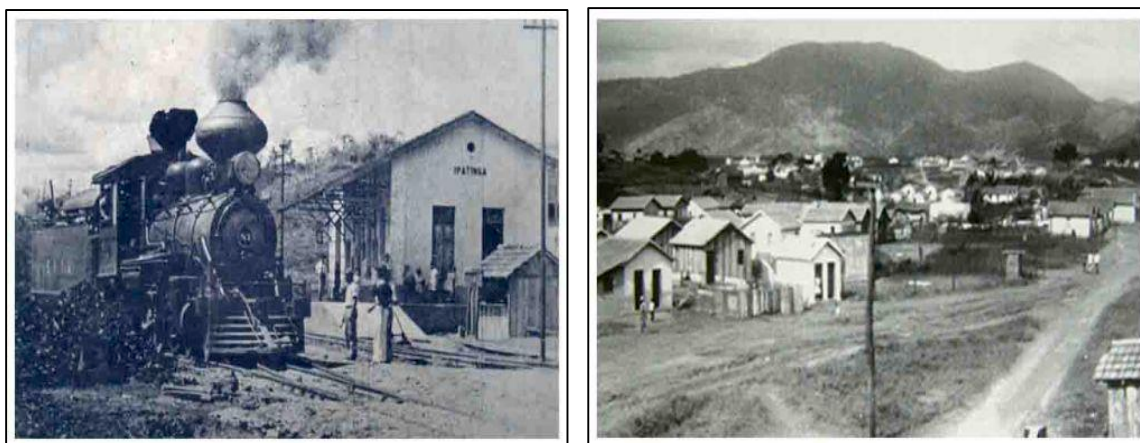
### **2.1.1. A evolução urbana do núcleo espontâneo de Ipatinga**

A formação contemporânea da cidade de Ipatinga está atrelada com a trajetória da implantação da USIMINAS. Precedente à chegada da usina, existiam na região dois povoados registrados na primeira fase de sua ocupação efetiva. A primeira na região Barra Alegre, localizada na cabeceira do ribeirão Ipanema e a segunda onde hoje está situado o centro da cidade de Ipatinga, nas proximidades da Estrada de Ferro Vitória - Minas, conforme a Figura 14 a seguir.

---

<sup>19</sup> São eles: Açucena, Antônio Dias, Braúnas, Bugre, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Dom Cavati, Entre Folhas, Iapu, Ipaba, Jaguarapu, Joanésia, Marliéria, Naque, Periquito, Pingo D'Água, São João do Oriente, São José do Goiabal, Sobralia, Vargem Alegre.

Figura 14. Ipatinga – MG: Estação Pedra Mole na Vila.



Fonte: Câmara Municipal de Ipatinga (s/d).

O povoado de Barra Alegre possuía uma denominação originária indígena de Pouso d'Água Limpa, possivelmente em razão das condições físicas, como a presença de nascentes e cursos d'águas, além de localização muito próxima entre os primeiros afluentes do Ribeirão Ipanema.

Os primeiros relatos sobre o povoado de Barra Alegre datam desde o início do século XX, sob a existência de um arraial desenvolvido no entorno de uma pequena igreja, erigida por proprietário de terras.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (1978) um fazendeiro local doou parte de sua terra à igreja, e esta por sua vez cedeu para os moradores do arraial a fim de que tomassem posse legal dos lotes. Todavia, o desenvolvimento e a expansão urbana nessa região permaneceram durante um longo tempo estagnada, sendo somente na década de 1970 que o arraial de Barra Alegre foi urbanizado.

O outro povoado que antecede a ocupação maciça de Ipatinga corresponde à área onde hoje está localizado o Centro Antigo da cidade. O núcleo central era caracterizado pela aglomeração de trabalhadores ligados à carvoaria e tinha sua localização nas imediações da Estrada de Ferro que faz ligação entre os municípios de Itabira (MG) e Vitória (ES), sendo inaugurada em 1922 e sua atividade principal consistia na demanda de carvão da Acesita e Belgo-Mineira. Já no Sul de Ipatinga, o adensamento populacional foi estimulado por dois fatores: um ligado à relação de proximidade com o eixo rodoferroviário da EFVM, pela rodovia estadual MG-458, e outro através de outros pontos de referência do Centro Antigo (DIAS, 2011).



No tocante ao modelo de revestimento do calçamento urbano, caracteriza-se em Ipatinga o traçado linear, que acompanhou as áreas planas do Vale do Ribeirão Ipanema. Ao descrever sobre a forma de assentamento da população externa e não-pertencente ao lugar, Dias (2011) enfatiza a volumosa quantidade de edificações formadas sob construções térreas na existência de um único pavimento.

O traçado da ocupação alcançou desde a Rua do Comércio – atualmente Avenida 28 de Abril – até a antiga estação ferroviária e rodoviária do núcleo urbano que se formava.

O traçado viário de logradouros acanhados, o pontilhão de ferro sobre o Ribeirão Ipanema e o edifício da Estação na rua Belo Horizonte, antigo leito dos trilhos, juntamente com as lojas da avenida 28 de abril (antes, rua do Comércio), são testemunhos daquele povoado que pertencia ao município de Antônio Dias e, em 1953, tornou-se distrito de Coronel Fabriciano, precursor da Ipatinga Industrial de hoje (IPATINGA, 1992).

Até a década de 1950, a população de Ipatinga pode ser descrita pelo crescimento vagaroso, mesmo após a criação de seu distrito, através da Lei Estadual nº. 1039 de 12 de dezembro de 1953. Nesse período, o distrito abrigava uma população estimada em aproximadamente 236 habitantes na Zona Urbana, enquanto a Zona Rural detinha 2.316 habitantes (CURA, 1978), um número pouco vistoso comparado aos grandes núcleos urbanos que se formara no estado mineiro à época.

De acordo Damião (1972), até o ano de 1956, a Ipatinga ainda se constituía como um pequeno distrito, numa condição de “semi-abandonado” do município de Coronel Fabriciano e não apresentava nenhum planejamento em larga escala, nem mesmo projetos imobiliários de grande vulto, dedicando-se somente à realização de atividades ligadas à exploração e transporte de madeira.

É importante destacar que nesse período o Brasil passava por uma nova fase do processo de industrialização denominada de “industrialização pesada”. Essa nova fase do desenvolvimento foi promovida no governo de Juscelino Kubitschek e expressou mudanças estruturais através da frase-símbolo “Vamos prosperar cinquenta anos em cinco”, resultando em ações prioritárias vinculadas à ampliação da indústria de base, concebendo, dessa maneira, o distrito de Ipatinga como uma das regiões escolhidas para sediar um dos maiores complexos siderúrgicos do Brasil.

Em meados de 1957, o distrito limitava-se apenas à pequena estação da Ferrovia Vitória – Minas e com a notícia de que uma grande indústria siderúrgica iria instalar-se em Ipatinga, originou-se um movimento migratório crescente e, conseqüentemente, a expansão das

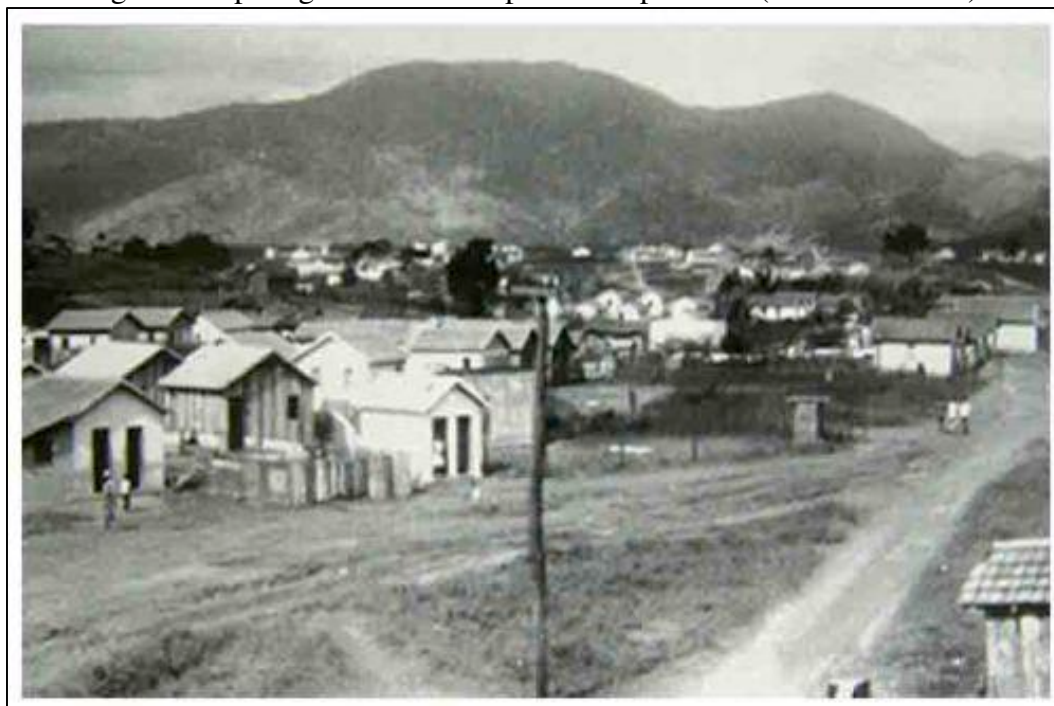
atividades comerciais passariam a vigorar na região. As figuras (15 a 18) apresentadas a seguir retratam as condições da cidade no período da implantação da USIMINAS.

Figura 15. Ipatinga – MG: Pequena ponte improvisada de madeira que ligava o Centro ao B. Veneza (década de 1950).



Fonte: ACECIVA (2017). Disponível em: <http://www.ceciva.com.br/?cat=21>. Acesso em dez. 2020.

Figura 16. Ipatinga – MG: Vista parcial do povoado (década de 1930).



Fonte: ACECIVA (2017). Disponível em: <http://www.ceciva.com.br/?cat=21>. Acesso em dez. 2020.



Figura 17. Ipatinga - MG: Rua do Centro (década de 1960).



Fonte: Câmara Municipal de Ipatinga (2020).

Figura 18. Ipatinga – MG: Rua do Comércio, atual Avenida 28 de abril (1958).



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga (2020)

Em agosto de 1958, os vanguardistas da USIMINAS, também chamada de Usina Intendente Câmara, chegaram ao local escolhido e fincaram uma estaca, concretizando o início das obras de construção da siderúrgica. Imigrantes de diversas localidades do Vale do Rio Doce, como também de vários estados do Brasil, desembarcaram na região à procura de emprego.

Os recém-migrantes que não conseguiam uma vaga nos postos de trabalho nas empreiteiras para a construção da Usina, instalavam-se em barracas de lonas que serviriam de abrigo e de morada, sendo estas montadas em praças e em locais públicos. Destaca-se que, nesta época, não havia água, rede de esgoto, rede pluvial, rede elétrica e muito menos materiais de construção como tijolo, cimento e pedra (COSTA, 2007). E no que se refere às ocupações dos locais, estas foram traçadas sem nenhuma organização, conformando-se em um cenário de desordem.

Figura 19. Ipatinga – MG: Rua do Buraco no centro de Ipatinga (atual São José) em 1960 e 2011, respectivamente.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga e Castro (2006), respectivamente.

A partir da Figura 19 denota-se a necessidade de um planejamento urbano no sentido de organizar o traçado da cidade, bem como melhorar a qualidade de vida da população recém-chegada.

Enquanto a zona central lidava com problemas da ordem da migração gerada pelos ideais de desenvolvimento que a imagem de Ipatinga projetava, nessa altura, no outro lado da cidade, a USIMINAS já estruturava sua implantação de um núcleo urbano para abrigar seus funcionários, conforme estudo apresentado pelo arquiteto Raphael Hardy Filho, intitulado “Plano urbanístico da Vila Operária” que será tratado adiante, entretanto, precisamos contextualizar a importância da USIMINAS na localidade a fim de compreender a formação socioespacial do município.

### **2.1.2. A importância da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS)**

Em 26 de outubro de 1962, entrava em operação a Usina Siderúrgica de Minas Gerais, também conhecida pela população como Usina Intendente Câmara<sup>20</sup>, localizada no município de Ipatinga, interior do estado de Minas Gerais, construída através de projetos e equipamentos japoneses e constituiu-se como uma das maiores empresas de aços planos no Brasil.

É oportuno frisar que a crise do modelo de base agroexportadora e sua transição para o modelo urbano-industrial, a partir da década de 1930, influenciaram significativamente na mudança da estrutura econômica brasileira, após os investimentos no setor industrial, especialização dos capitais e uma presença mais ativa do estado.

Para Deák & Schiffer (1999) a industrialização foi um reflexo dessas políticas implantadas na época, onde se presenciava a ascensão do setor industrial na economia brasileira e os esforços para consolidar o mercado interno, ainda que delimitado territorialmente.

Nessa fase histórica do país, começam a ser implantados os primeiros estabelecimentos voltados para uma operação em escala nacional, iniciando o desenvolvimento do setor de insumos básicos e a ampliação da infraestrutura de apoio às indústrias. A implantação desse novo segmento promoveu uma mutação na economia brasileira, principalmente, a partir dos anos 1950 com as propostas de modernização.

Na década de 1950, com a ideia de desenvolver o Brasil, o então presidente Juscelino Kubistchek (1956-1961) colocou como uma de suas pautas prioritárias em ação a ampliação da indústria de base existente. Para este plano funcionar, o país precisaria contar com mais ação, posto isto havia a necessidade em ampliar a produção nas indústrias de base já existentes e implantar outras novas usinas: sendo a USIMINAS um dos resultados desse processo.

No contexto do plano nacional-desenvolvimentista da década de 1950, as políticas adotadas para a expansão do setor industrial ocorreram por meio de parcerias entre os Governos (federais e estaduais) e capitais de grupos privados. Deste modo, destaca-se também que em função dos danos sofridos pelo fim da Segunda Guerra Mundial, e a real necessidade em expandir seus mercados, o Japão estreitou laços políticos e econômicos com o Brasil, e em função disso os investidores brasileiros e japoneses idealizaram a USIMINAS.

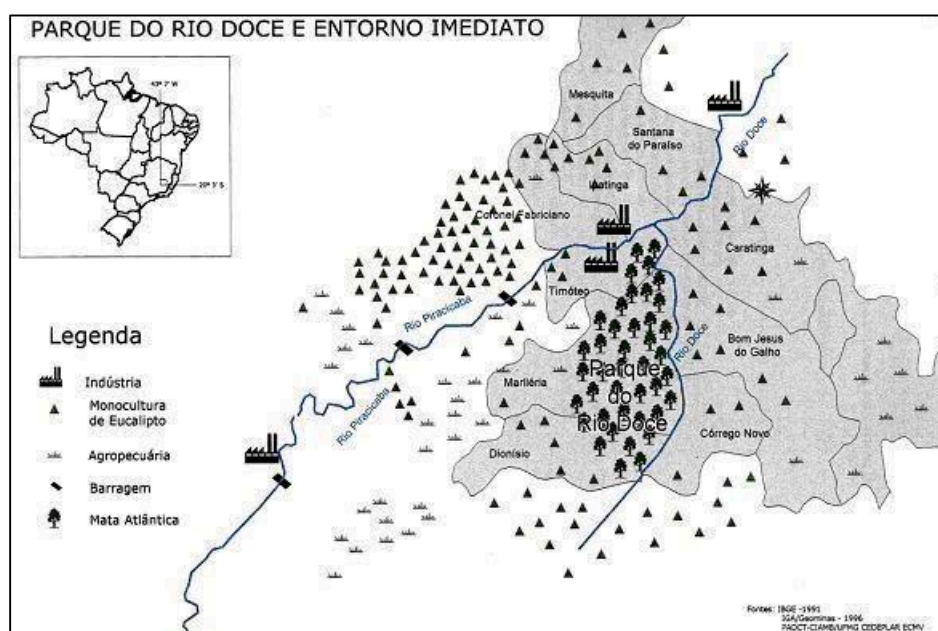
A fundação da USIMINAS ocorreu em 1956, ano em que foi legalmente constituída. Na presente circunstância, foi eleito à Diretoria o Conselho Fiscal e o Presidente do Conselho

---

<sup>20</sup> Usina Intendente Câmara foi uma homenagem a Manoel Ferreira Câmara Bitencourt e Sá, sendo o responsável por colocar em prática a primeira fábrica de ferro no estado de Minas Gerais.

Consultivo (FJP, 1978). Dois anos mais tarde, uma missão preparatória japonesa chega ao Brasil a fim de estudar as condições geomorfológicas e coletar dados técnicos indispensáveis para a elaboração da usina siderúrgica. Nessa ocasião, foi escolhida uma área correspondente a 3.000 hectares no distrito de Ipatinga, município de Coronel Fabriciano, próxima à confluência dos Rios Doce e Piracicaba cujo terreno adquirido era de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S/A. A Figura 20 faz referência ao uso do solo no entorno imediato de Ipatinga e as indústrias implantadas ao longo do Rio Piracicaba e Doce.

Figura 20. Bacia do rio Doce: indústrias implantadas e Parque Estadual do Rio Doce.



Fonte: Elaborado com base em diagrama extraído de COELHO (2004) apud. DIAS (2011).

Os motivos da escolha do lugar para instalação da Usina estariam ligados à presença do minério extraído na região do Quadrilátero Ferrífero e a existência da EFVM para escoar toda a produção. Além destes critérios, levaram-se em consideração outros fatores como abundância de água e terra barata. Nesse sentido, Pires (2008) destaca que:

A EFVM foi um dos fatores fundamentais na definição da localização da USIMINAS e da Acesita. Além da presença da ferrovia, são considerados também fatores determinantes a própria presença da Acesita, no distrito de Timóteo, a CSBM em João Monlevade, a proximidade com as minas de ferro de Itabira e a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Grande, no município de Guanhanes, ocorrida em 1956 (PIRES, 2008, p.35).



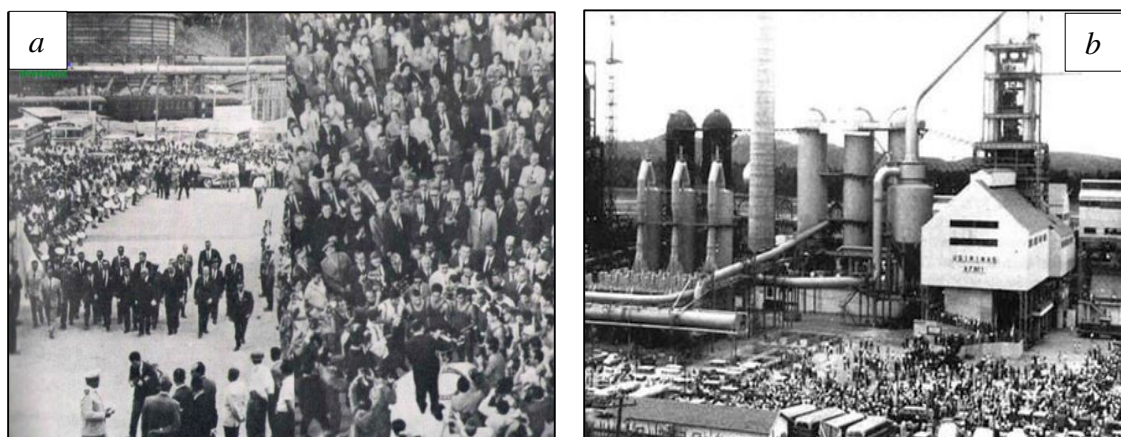
Com o local já escolhido, as condições físico-geográficas favoráveis e disponibilidade de energia elétrica, acontece no dia 16 de agosto de 1958 a cerimônia de lançamento da indústria que daria início a construção da Usina Intendente Câmara (figura 21 *a* e *b* e 22 *a* e *b*). Nessa ocasião, estavam presentes: o Presidente da República Juscelino Kubitschek, cujo discurso abordou sobre a importância do projeto da USIMINAS para a economia nacional e para o desenvolvimento econômico do Vale do Rio Doce, o então governador do Estado de Minas Gerais Bias Fortes, o Embaixador do Japão no Brasil Yoshiro Ando e o Arcebispo de Mariana Dom Helvécio Gomes de Oliveira (DAMIÃO, 1977).

Figura 21. Cerimônia de construção da Usina Intendente Câmara (USIMINAS).



Fonte: Acervo USIMINAS (1958).

Figura 22. Cerimônia de Inauguração da USIMINAS.



Fonte: Acervo USIMINAS (1958).

As obras de construção da Usina foram iniciadas no ano de 1958 e a solenidade para sua inauguração ocorreu em 1962, com o acendimento do primeiro Alto-forno. Nesta ocasião estava presente o Presidente João Belchior Marques Goulart (1961-1964). Nesse ínterim, a localidade já contava com a nova indústria, e nas suas proximidades foram instalados núcleos habitacionais, onde moravam os candangos (também chamados de operários da construção), além de técnicos, engenheiros e algumas autoridades, tanto nacionais quanto japonesas (DIAS, 2011, p. 58).

O desenvolvimento inicial da Usina do foi compartilhado junto ao início do período do Regime Militar (1964 a 1985). As péssimas condições de trabalho foram motivo para surgimento de um movimento no ano de 1963, no qual se exigia a melhoria das condições de trabalho dos operadores da usina. Entretanto, essa manifestação foi duramente reprimida pela polícia resultando na morte de oito pessoas (entre adultos e crianças) e no ferimento de outras 79 pessoas, conhecido como “Massacre de Ipatinga” - esses números são contestados até os dias atuais.

Comum no território nacional com exemplos como Rio de Janeiro e São Paulo, constata-se que os grandes empreendimentos se tornam grandes “pontos de atração” de mão de obra errante.

Conforme apontado por Piquet (1998), o aparecimento das chamadas “cidades satélites” ou “cidades livres”, e, no caso de Ipatinga, os bairros da parte que se expandiu para além do Plano Urbanístico da Vila Operária, será chamada de “cidade espontânea”, sendo aquela que se desenvolveu a mercê do planejamento rígido da USIMINAS, e será abordado posteriormente.

Deste modo, observa-se que a implantação e o funcionamento do empreendimento dependiam fundamentalmente do recrutamento de força de trabalho operária. Em pouco tempo, o distrito de Ipatinga recebeu um grande contingente de cidadãos à procura de trabalho assalariado. Instalada nas adjacências da linha férrea, o conjunto da Usina e da sua Vila Operária ficaram próximos à confluência dos Rios Doce e Piracicaba, na margem esquerda do seu curso, e nos limites da Reserva Ambiental do Parque Estadual do Rio Doce.

### **2.1.3. A Cidade de Ipatinga Planejada: A Vila Operária da USIMINAS**

A prática empresarial de construção de habitações integradas aos espaços produtivos foi observada no Brasil durante o século XX e posta em prática por empresas em diversos

ramos de atuação. Em 1998, Rosélia Piquet apresentava um panorama da atuação de cinco grandes empresas nos espaços em que se inseriram, analisando o processo de elaboração e implantação dos planos urbanísticos feitos para abrigar sua força de trabalho.

Guerra (2008), por sua vez, também discute a formação das “Vilas Operadoras de Furnas”, construídas a partir da implantação de usinas hidrelétricas pela empresa Furnas Centrais Elétricas S/A nas bacias do Rio Grande e Paranaíba.

Planejados para uma única finalidade, estes núcleos urbanos foram denominados por Piquet (1998) como cidade-empresa, tendo em vista sua infraestrutura particular e por possuir características próprias configurando-se, portanto, como um núcleo urbano “fechado”. A autora aponta que esses núcleos urbanos se associam a uma “minicidade” na qual contam com um conjunto de equipamentos comunitários, incluindo habitações, edifícios comerciais, escolas, hospitais e áreas de lazer onde tudo pertence a uma única companhia.

Na região que hoje compreende o Vale do Aço destacam-se o projeto da vila operária da Aços Especiais Itabira - antiga ACESITA e atual *Aperam South America* em Timóteo, e o planejamento de uma área destinada à moradia da força de trabalho da USIMINAS, no então distrito de Ipatinga que será tratado a seguir.

Tendo em vista as práticas realizadas pelas companhias supracitadas, a construção da cidade planejada da USIMINAS, teve como propósito abrigar seus operários. Em função do movimento de modernização iniciados após a década de 1930 mediante aos investimentos industriais, a empresa elabora-se a construção de um projeto urbanístico arrojado, com a intenção de apresentar uma nova realidade urbana e industrial no período do nacional-desenvolvimentismo (MENDONÇA, 2006). Nesse sentido, recria-se um planejamento moderno idealizando a limpeza, higiene, beleza e funcionalidade em um só plano.

De acordo com Mendonça (2006), a construção da cidade industrial da USIMINAS com seus bairros operários, foi idealizada conforme os ideais modernistas vigentes e se estruturam seguindo os preceitos urbanísticos preconizados pela Carta de Atenas, onde destaca ainda que o projeto urbanístico da cidade a ser construída pela empresa foi pensado a partir dos quatro pilares-chaves do urbanismo moderno: habitar, recrear, trabalhar e circular.

Vale destacar que Carta de Atenas é uma síntese das posições dos CIAM's – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, que trata da organização e planejamento das cidades. Nesse documento encontram-se os resultados dos trabalhos desenvolvidos durante o IV-CIAM, em 1933, na cidade de Atenas, na Grécia. Sendo publicado aproximadamente por quase oito anos após ser redigida, foi tornada pública somente em 1941 por iniciativa de Le Corbusier que

apresenta um texto final, formulando as exigências e estabelecendo os critérios para a organização e gestão das cidades, direcionando as recomendações para o planejamento urbano que os arquitetos deveriam formular para as instâncias administrativas e governamentais.

Em relação à concepção do plano urbanístico da vila operária da USIMINAS foi encontrado alguns documentos e publicações a respeito da elaboração deste projeto, e poucos continham plantas e croquis que pudessem ilustrar o traçado urbano, bem como as recomendações de zoneamento, equipamentos urbanos, área de ocupação e os estudos futuros de expansão. Desse modo, achou-se oportuno aqui relatar o processo de elaboração do projeto bem como levantar alguns pontos já abordados por Mendonça (2006) em sua pesquisa de mestrado, além de considerar as análises realizadas por Dias (2011) cujo estudo se concentra nos espaços livres da cidade de Ipatinga.

O memorial descritivo intitulado “Vila Operária da USIMINAS em Ipatinga” (USIMINAS, 1958) elaborado pela equipe técnica contratada pela USIMINAS foi o principal documento encontrado e apresenta considerações sobre a concepção urbanística da cidade da USIMINAS bem como um plano para futuras expansões.

Além do documento relatado no parágrafo anterior, outra fonte importante que nos auxiliou na compreensão desse material foi uma entrevista publicada pela Revista USIMINAS (1970) com o idealizador do projeto, o arquiteto Raphael Hardy Filho em um artigo sobre o planejamento físico e a urbanização de Ipatinga, onde relata como foram construídos os bairros operários dessa cidade.

Desse modo, os relatos que se seguem partem de dois anos após o início das obras da USIMINAS, em 1958, quando os dirigentes da empresa realizam uma seleção prévia por meio de análise de currículo, uma seleção dos arquitetos que elaborariam o plano urbanístico da cidade que seria o suporte habitacional da indústria (Mendonça, 2006). Nessa ocasião o arquiteto Raphael Hardy Filho foi o escolhido, e convida Marcelo Bhering para compartilhar a direção, supervisão e execução do plano relativo ao suporte habitacional da Usina Intendente Câmara. O plano elaborado foi denominado de “Vila Operária da USIMINAS em Ipatinga” (USIMINAS, 1958) que, ao final desse mesmo ano, já estava concluído.

Na parte inicial do memorial descritivo, os autores apontam para detalhes técnicos sobre a implantação da vila operária da USIMINAS na região e tecem considerações sobre algumas deficiências já encontradas em relação à realidade local. Hardy Filho e Bhering relatam que, “[...] as áreas a serem urbanizadas não oferecem espaços suficientes para um planejamento adequado de expansão futura” (USIMINAS, 1958).



E consideraram ainda,

[...] que em virtude de poucas áreas suscetíveis de serem aproveitadas sem que a implantação da estrutura urbana acarretasse inconveniências de ordem econômicas, levou a adotar o partido de pequenos núcleos interligados por vias de penetração e tráfego periférico (USIMINAS,1958).

Devido a condições geomorfológicas e a declividade encontrada no terreno, os núcleos habitacionais, bem como a própria Usina, ficariam condicionados a serem implantados nas áreas mais planas do relevo. Ainda de acordo com o memorial, o planejamento da vila seria a margem esquerda do Rio Piracicaba na margem oposta a Reserva Florestal, hoje o Parque Estadual do Rio Doce. Dentre as áreas a serem ocupadas, haveria os morros onde, em algumas elevações a cobertura vegetal seriam preservadas e em outras seriam ocupados. Neste plano, consideraram também a direção dos ventos e as elevações dos terrenos e serviriam como uma espécie de “cortina vegetal” e funcionaria como elemento isolador dos ruídos e do pó da Usina. Na Figura 23 é possível observar a partir do perfil básico elaborado, a implantação da cidade operária e como se apresenta em relação à Usina e o relevo local.

Figura 23. Esquema do perfil básico do pré-plano urbanístico proposto por Raphael Hardy Filho (1958) entre a Usina e o Rio Piracicaba.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga (2020).

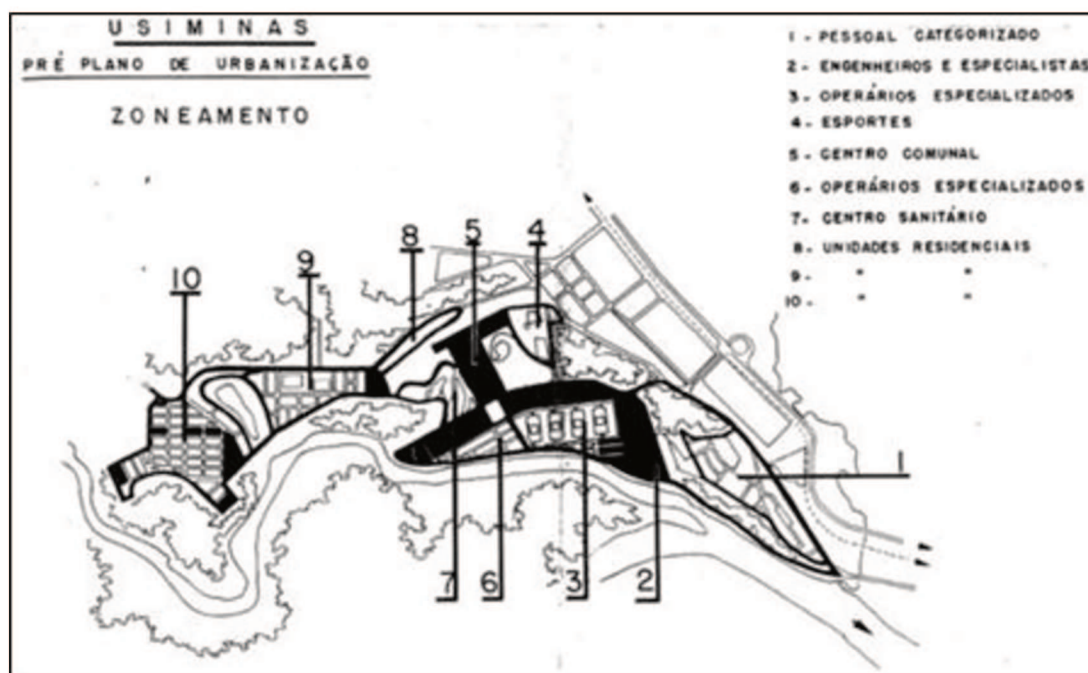
As características físicas e geográficas locais apontam que a região a ser implantada a Vila Operária está situada no “Domínio dos Mares de Morros” cuja vegetação típica pertence ao bioma da Mata Atlântica (Ab’Saber, 2003). Neste sentido, denota-se que os condicionantes naturais direcionaram a elaboração e o planejamento dessa vila.

Além desses imperativos e de outros fatores considerados estratégicos para a indústria, justificaram-se a criação dos núcleos urbanos em unidades habitacionais autônomas. Com base no documento, cada uma dessas unidades habitacionais projetadas, seriam equipadas com serviços de educação, saúde, comércio, esportes e lazer, caracterizando a formação dos bairros por “Unidades de Vizinhança” (UVs). A divisão das unidades habitacionais dentro das UVs, se daria da seguinte forma:

A vila dividir-se-á, pois em quadras de habitações coletivas (com alguns setores destinados a operários e funcionários subalternos e outras destinadas a operários especializados, contramestres e engenheiros) e ou quadras de habitações individuais (também divididas em setores para as diversas categorias hierárquicas da companhia). [...] O setor de residência para engenheiros, funcionários administrativos e o “pessoal de alto nível”, ficará situado numa elevação favorável de terrenos, e junto ao hotel principal (USIMINAS, 1958).

Denota-se que a hierarquia funcional que se seguia dentro da indústria, também seria considerada para a ocupação das residências em cada uma dessas Unidades de Vizinhança. Neste sentido, os parâmetros preestabelecidos dentro deste zoneamento rígido, configurou uma setorização social exigida pela usina e definiu o padrão das construções em todas UVs. A Figura 24, ilustra esquematicamente a organização do espaço urbano no plano inicial a partir do zoneamento proposto pelos arquitetos.

Figura 24. Pré Plano de Urbanização da Vila Operária da USIMINAS.



Fonte: USIMINAS (1958).



De acordo com o croqui, nota-se que a configuração urbana indicada corresponde hoje aos bairros Castelo e Cariru, conforme observamos nas figuras seguintes (25 a 29).

Figura 25. Ipatinga – MG: Vista aérea do entorno dos bairros Castelo e Cariru atualmente (2020).



Fonte: *Google Earth* (2020).

Figura 26. Ipatinga – MG: Avenida Itália no Bairro Cariru (2020).



Fonte: *Google Earth* (2020).

Figura 27. Ipatinga – MG: Residências multifamiliar no bairro Cariru (2020).



Fonte: *Google Earth* (2020).

Figura 28. Ipatinga – MG: Residência unifamiliar no Bairro Castelo



Fonte: *Google Earth* (2020).

A ocupação funcional nestas duas unidades de vizinhança foi pelo pessoal categorizado: no primeira pelos gestores da Usina e no segundo pelos engenheiros e especialistas. Essa



diferenciação nos agrupamentos habitacionais foi exigida pela usina, configurou a formação de várias outras unidades de vizinhança onde localizaram as 4.000 habitações prevista na primeira fase de implantação nesse pré-plano.

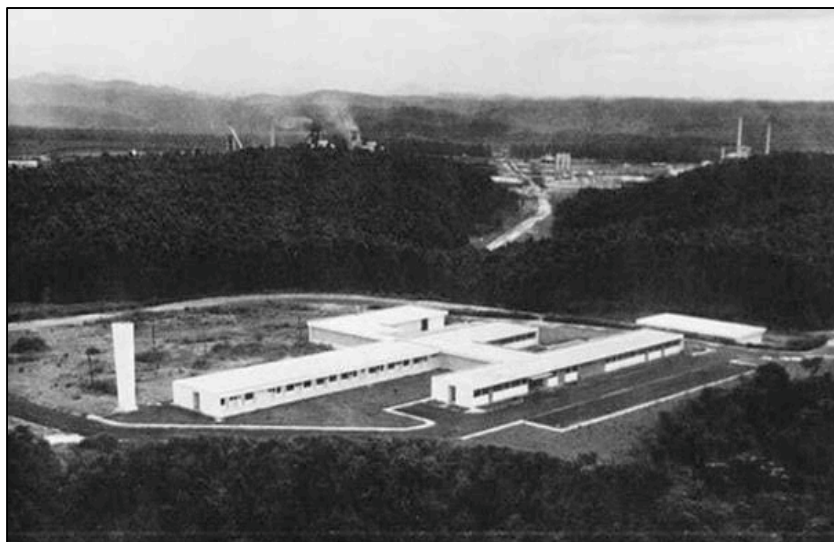
A partir dos cálculos apresentados pelos arquitetos, o pré-plano de urbanização de 1958 foi esquematizado para atender a construção de alojamentos para solteiros (hotéis, pensões e repúblicas), de habitações com um até quatro quartos e de equipamentos urbanos (igrejas, escolas, clubes esportivos e de recreação, comércio, e serviços públicos). Sendo previsto ainda, a construção de um hospital para um mínimo de 150 leitos, além de centros de saúde, ambulatório, creche e um núcleo comunal com cinemas e auditório ao ar livre (USIMINAS, 1970). As figuras 29 a 36 ilustram parte do projeto em fase de execução.

Figura 29. Ipatinga – MG: Construção dos núcleos residenciais multifamiliares no Bairro Cariru.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga (s/d).

Figura 30. Ipatinga – MG: Hospital Márcio Cunha em 1965.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga (s/d).

Figura 31. Ipatinga – MG: Foto área do Bairro Castelo



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga (s/d).

Figura 32. Ipatinga – MG: Bairro Cariru.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipatinga (s/d).

Figura 33. Ipatinga – MG: Colégio São Francisco Xavier, localizado no bairro Cariru



Fonte: USIMINAS (1965).

Figura 34. Ipatinga – MG: Antigo Ambulatório do bairro Cariru (1965).



Fonte: USIMINAS (1965).

Figura 35. Ipatinga – MG: Antigo Cine-Horto no bairro Areal. Hoje, no local está sendo construído um supermercado.



Fonte: USIMINAS (1965).



Figura 36. Ipatinga – MG: Bairro Bom Retiro.



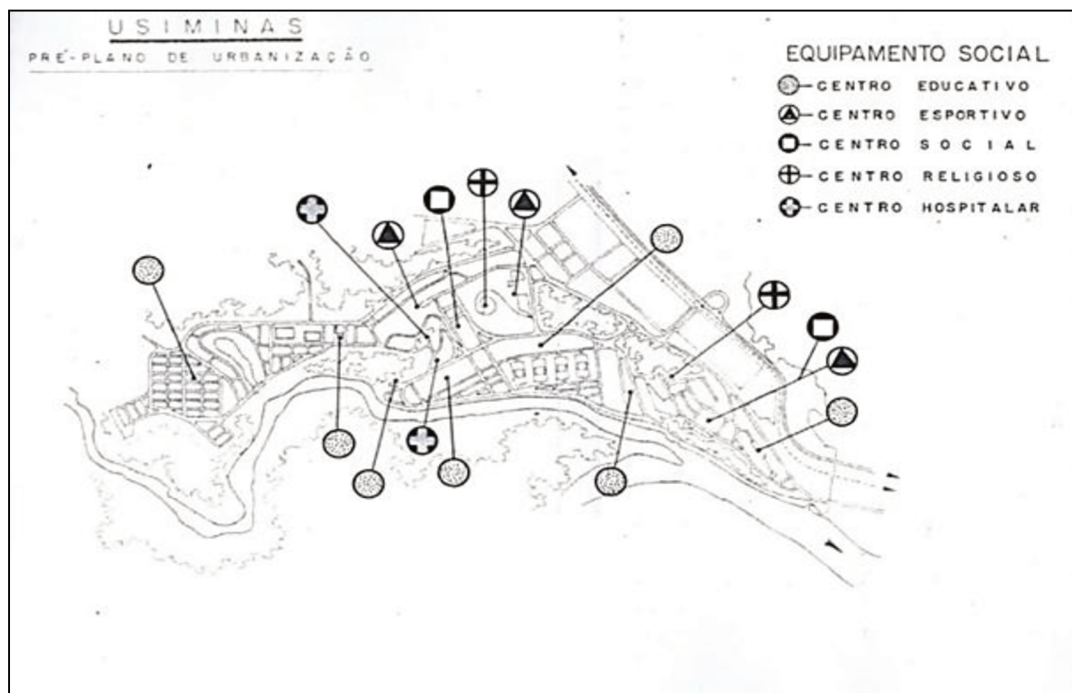
Fonte: USIMINAS (1965).

Conforme visualizado anteriormente, o projeto do núcleo urbano e habitacional correspondeu a uma pequena proporção dos quase 3.000 hectares destinados ao plano da vila operária e da USIMINAS.

Neste sentido, os arquitetos Hardy Filho & Bhering apontaram, no memorial, outros aspectos importantes, como a definição do sistema de circulação (classificando-as em vias de tráfego intenso, médio e local); determinaram a localização das áreas verdes como praças, reservas florestais e parques urbanos, e trataram também das áreas destinadas aos equipamentos sociais e sua disposição dentro das unidades de vizinhança (USIMINAS, 1958), vide Figura 37.



Figura 37. USIMINAS: Planta de Equipamento Social.

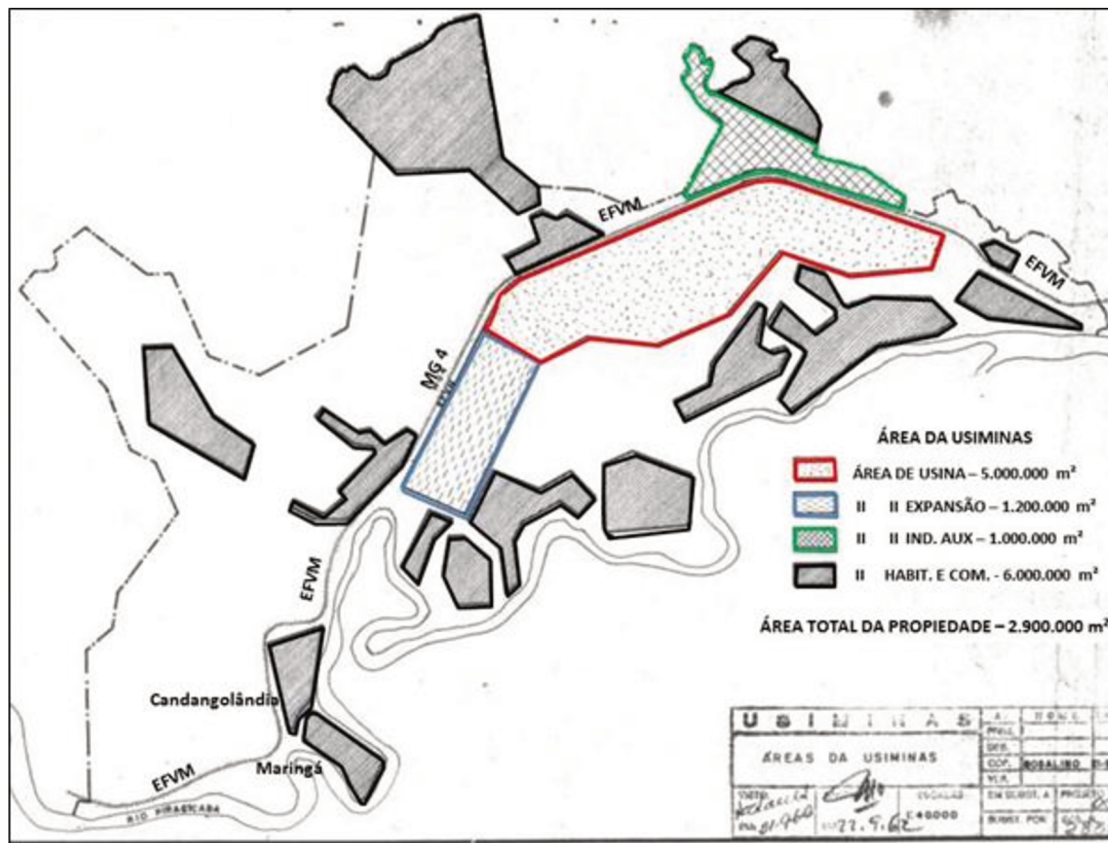


Fonte: USIMINAS (1958).

Em outra planta datada em 1962, elaborada por Hardy Filho que trata da área total da Usina, visualizam-se os terrenos não abrangidos no plano inicial e determina também as áreas para expansões futuras.

Na Figura 38 observa-se que as áreas destinadas à expansão dos núcleos residenciais e dos equipamentos comunitários, ficaram concentradas a uma faixa de terra entre a USIMINAS e ao curso d'água do rio Piracicaba ao sul, e as futuras expansões seriam para além do eixo rodoferroviário da MG-4 e EFVM no sentido norte, com possibilidade de conurbação com a cidade vizinha de Coronel Fabriciano no sentido leste, tal como ocorreu.

Figura 38. USIMINAS: Croqui da área.



Fonte: USIMINAS (1958).

Denota-se que essa planta, apresenta uma configuração urbana próxima ao que de fato foi construído pela empresa. No memorial os arquitetos apontam para uma possível expansão urbana no sentido sul, na margem direita do Rio Piracicaba, mas isso não ocorreu devido à existência de uma reserva florestal (Parque Estadual do Rio Doce) situado no local previsto dessa expansão e também por ser uma área limítrofe a outros municípios.

Diante da lógica do processo de ocupação territorial elencadas por Hardy Filho no Memorial da Vila Operária da USIMINAS de 1958, o pré-plano de urbanização se destacou como o início das demais propostas habitacionais da Usina e de acordo com Mendonça (2006) seus objetivos eram para viabilizar todo suporte urbano e habitacional para a equipe de operadores da empresa, no sentido de assegurar sua inauguração e seu funcionamento.

Em 1962, a USIMINAS entra em operação, e grande parte da vila operária que havia sido proposta, foi implantada e junto a ela toda infraestrutura saneamento básico: como energia elétrica, tratamento de água, esgotamento sanitário, pavimentação das vias públicas e coleta de

lixo bem, sendo implantado ainda vários equipamentos sociais coletivos como praças, cinema, hospitais, escolas e os clubes recreativos. Observemos as figuras a seguir (39 a 41).

Figura 39. Ipatinga – MG: Hospital Marcio Cunha (1969).



Fonte: IBGE Cidades (2020).

Figura 40. Ipatinga – MG: Cariru Tênis Clube - Bairro Cariru.



Fonte: Google Earth (2020).



Figura 41. Ipatinga – MG: Clube Morro do Pilar - Bairro Castelo.

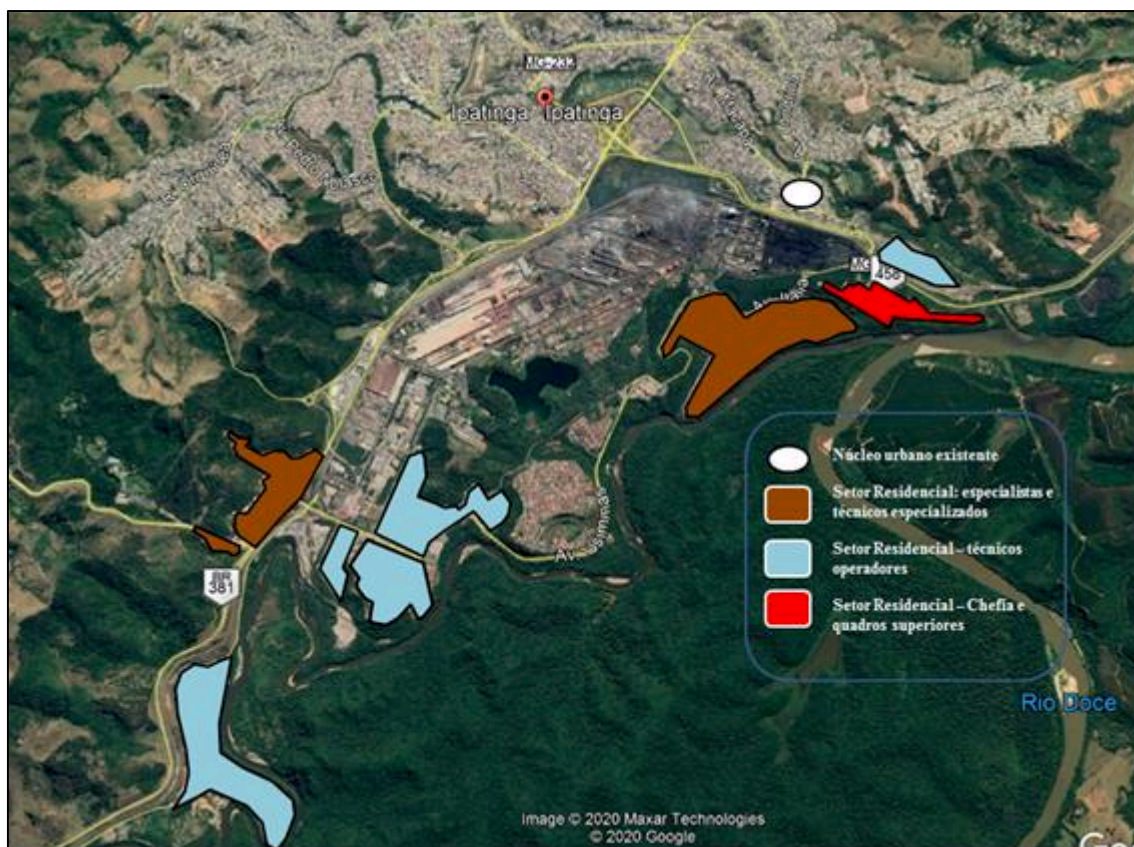


Fonte: *Google Earth* (2020).

Tal como foi destacado pelos arquitetos no Memorial, o planejamento urbano dos bairros de fato foi um reflexo da hierarquia funcional que se seguia dentro da empresa e a ocupação dos espaços variava conforme o cargo exercido pelos funcionários dentro da empresa, como: bairros para os operários, bairros para técnicos, bairros para os engenheiros e bairros para os diretores e gestores da empresa (COSTA, 2007).

Desse modo, a ocupação dos bairros variava conforme a função exercida e foi estabelecida da seguinte forma: o bairro Castelo foi o local escolhido para abrigar os diretores da usina; o bairro Cariru, os engenheiros especializados; os bairros Bom Retiro, Candangolândia/Maringá (atual Amaro Lanari – Coronel Fabriciano) e Vila Ipanema foram construídos para abrigar os operários das empreiteiras e futuramente foi ocupado pelos operários da USIMINAS, já os bairros Imbaúbas/Areal, Horto e Santa Mônica foram designados a acolher os operários e os técnicos especializados, conforme visualiza-se na Figura 42.

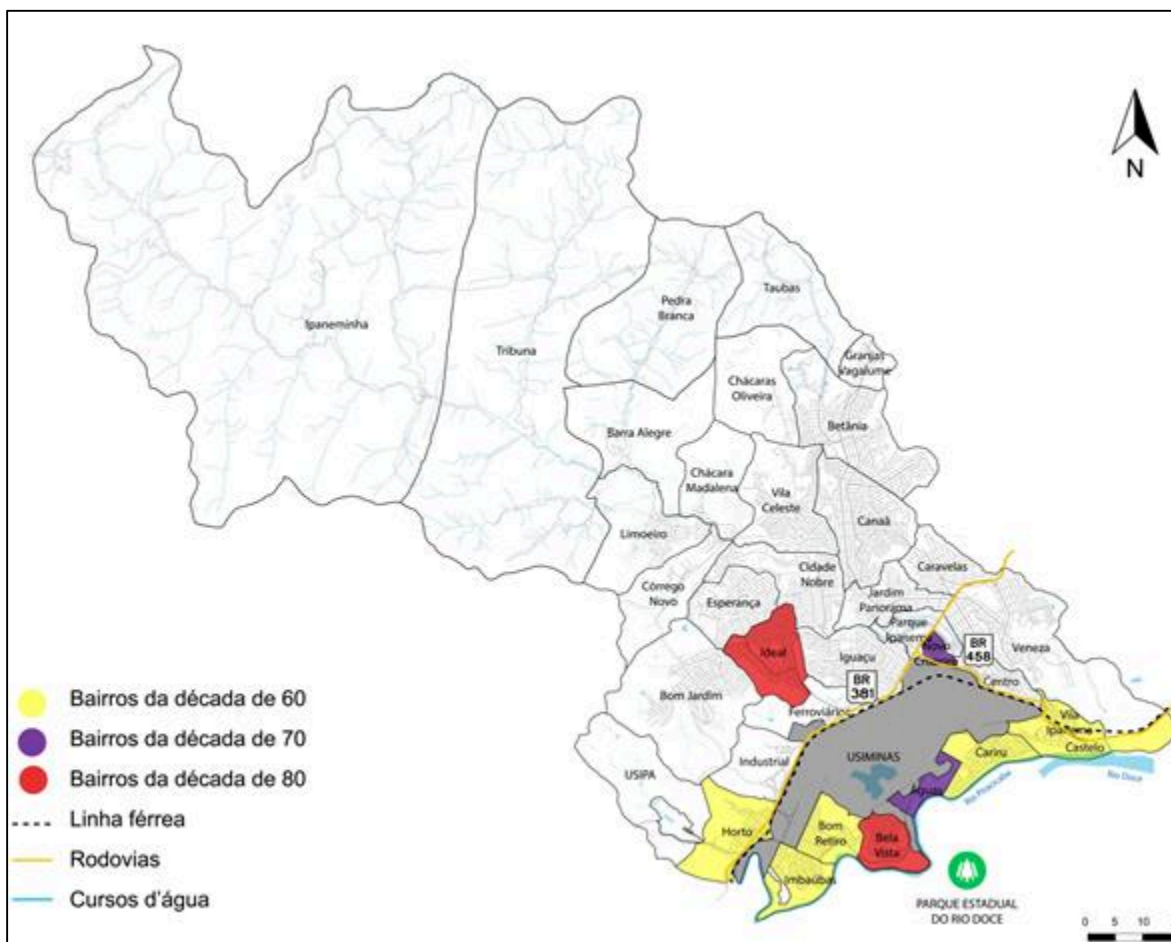
Figura 42. Ipatinga - MG: Setores da vila operária.



Fonte: *Google Earth* (2020).

Na Figura 43 visualiza-se a ordem da implantação dos bairros da Vila Operária na atual configuração urbana da cidade de Ipatinga. De acordo com a legenda, os primeiros bairros implantados estão em amarelo e foram construídos no início da década de 1960. São eles: Bom Retiro, Castelo, Cariru, Horto, Imbaúbas e Vila Ipanema. Posteriormente, os bairros Das Águas, onde hoje se localiza o Hospital Márcio Cunha, bairro Novo Cruzeiro, Bela Vista e Ideal.

Figura 43. Ipatinga - MG: Figura x: Ordem de implantação dos bairros da Vila Operária.



Elaboração: SOUZA, L. F. D (2019).

Após o início das operações na Usina, a empresa, que necessitava planejar e construir novas unidades habitacionais, decide em 1965 providenciar seu primeiro plano habitacional.

O Primeiro Plano Habitacional da USIMINAS foi elaborado pelo mesmo autor do projeto da vila operária, o Arquiteto Raphael Hardy Filho que também se tornou consultor para assuntos de arquitetura e urbanismo da USIMINAS. Até o presente período, havia sido construído um total de 3.232 unidades de casas individuais e 228 unidades de apartamentos (USIMINAS, 1965). Sobre este documento citado por Sampaio (2008), a autora menciona que a USIMINAS avaliou não ser mais possível assumir todas as despesas em relação à habitação e infraestrutura, como vinha fazendo desde a implantação da vila operária em 1958. Deste modo, inicia-se o processo de transferência de titularidade das unidades residenciais para os

funcionários, de forma parcelada através de acordos com desconto nos salários por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Isso, porém, não significava que a USIMINAS estava se afastando do controle do crescimento urbano do seu núcleo habitacional. Pelo contrário. O que ocorreu foi uma mudança de estratégia por parte da empresa, como apontado por Mendonça (2006, p. 71), “a cidade operária será um grande condomínio horizontal do qual o grande síndico será o organismo apropriado da empresa, o seu Departamento de Habitação e Urbanismo”.

De acordo com o plano diretor de 1965, elaborado pela USIMINAS, as normas de urbanismo abrangeram cada área pertencente à área da usina, definindo os critérios de zoneamento: como densidade populacional, dimensão de via, bem como indicação do uso do solo. Neste plano constam, ainda em sua primeira seção, que a construção de qualquer edificação pertencente a usina somente poderia ser iniciada após aprovação do projeto que, à época, ficava a cargo do Departamento de Habitação e Urbanismo (DHU). Denota-se que a USIMINAS exercia um papel de “prefeitura” da cidade operária, a partir da qual a mesma determinava regulamentos parâmetros construtivos em cada bairro da cidade.

Nesse período foram implantadas as primeiras edificações, apesar de que a maioria delas somente foi construída entre os anos de 1963 e 1967 nos bairros construídos pela USIMINAS para acolher seus operários:

[...] a Candangolândia, hoje o Bom Retiro, além da Vila Ipanema que abrigava os funcionários das empreiteiras e que futuramente também foi ocupado pelos operários da USIMINAS; o bairro Horto e Santa Mônica abrigavam os técnicos; o Cariru era ocupado pelos engenheiros e o Castelo escolhido para abrigar os diretores da empresa, onde também foi construído um hotel para abrigar os diretores que vinham de fora da cidade para acompanhar o trabalho de construção da siderúrgica (COSTA, 2007, p. 46).

Com base em Costa (2007), observa-se o quanto o planejamento urbano proposto pela USIMINAS refletiu a hierarquia existente na empresa: bairro para operários, para técnicos, para engenheiros e para diretores da empresa. Toda essa expansão espacial no que tange à construção das habitações aos funcionários da empresa manteve a concepção geral dos arquitetos Hardy Filho e Bhering, responsáveis pelo plano urbanístico.

## **2.2. Ipatinga e a “Cidade Espontânea”**

Em 28 de abril de 1964, o Distrito de Ipatinga é emancipado do município de Coronel Fabriciano e é levado a condição de cidade. Ipatinga, assim, “nasce” com duas realidades bastante distintas, como aponta Mendonça (2006):

[...] nas proximidades da empresa a cidade planejada modernista e industrial, com adensamento controlado, provida de equipamentos de saúde, lazer, educação, comércio, etc; e perifericamente, pessoas atraídas pela esperança de desenvolvimento da região, ocupavam a área e se organizavam apenas com as diretrizes dos loteadores. Isso quando se tratava de área loteada, pois muitas pessoas ocuparam encostas de morros ou leitos de rios (MENDONÇA, 2006, p. 66).

Apesar de a USIMINAS ter arcado com os custos de infraestrutura dessa construção, a empresa acabou perdendo o poder de controle da cidade, já tendo ocorrido chamado “desmonte” da cidade operária. Isso ocorre também porque as edificações residenciais, anteriormente de propriedade da empresa, foram repassadas aos moradores/empregados mediante venda parcelada através de acordos com desconto no salário por meio do Banco Nacional de Habitação (DIAS, 2011, p. 131).

Uma década depois, em 1975, foi lançado pela USIMINAS o segundo Plano Habitacional que fez uma avaliação da configuração urbana de Ipatinga, observando seus pontos positivos e negativos e também evidenciando a necessidade de se pensar em diferentes alternativas para romper a dualidade gerada no espaço intraurbano da cidade: cidade planejada x cidade espontânea. Considerou-se que o desenho espacial da cidade, sobretudo com base nas condições fisiográficas, faz com que “a vida de relações se torna cada vez mais difícil” (USIMINAS, 1975, p. 3).

De acordo com o documento da USIMINAS, mencionado por Mendonça (2006),

[...] a mesclagem entre funcionários da USIMINAS e pessoas estranhas fotosa o seu quadro funcional recomendado para qualquer agrupamento habitacional, além de criar o clima diversificado, ‘democrático’, indispensável à vida da cidade, minimizaria, ou mesmo permitiria anular, os subsídios que a USIMINAS é obrigada, hoje, a dispensar a fim de viabilizar economicamente seus empreendimentos habitacionais. As proposições feitas para um novo tratamento urbanístico da cidade, embora extravasando os limites das áreas de propriedade da USIMINAS [...], visam a propiciar um crescimento paralelo e harmônico entre a Usina e a Cidade. Ipatinga e USIMINAS poderão ter no futuro vida cordial, alegre e próspera (MENDONÇA apud USIMINAS, 2006, p. 75).

É importante destacar que essa preocupação no tocante à possível unificação social de Ipatinga apontada no segundo Plano Habitacional da USIMINAS foi restrita ao âmbito da retórica, uma vez que muito do que se propõe no documento, pouco foi executado e, de acordo com Mendonça, nem mesmo fora compartilhado com o poder público local, contrariando o “paraíso urbano industrial” proposto por Hardy Filho.



Como apontado anteriormente, com a implantação da USIMINAS, o município de Ipatinga foi palco de um intenso fluxo migratório, muito acima do previsto no plano urbanístico de 1965. As pessoas que chegavam à cidade em busca de novas oportunidades de emprego e não conseguiam, acabavam não tendo acesso à moradia. Dessa maneira, paralela à vila operária foi se formando e crescendo uma outra cidade, ausente de planejamento e infraestrutura, que passou a abrigar os não-vinculados à produção do aço. O resultado desse processo foi um crescimento populacional significativo, saltando de 4.185 habitantes em 1960, para 44.780 habitantes em 1970 (FJP, 1978).

Cabe aqui lembrar que para os agentes privados produtores do espaço a cidade significa uma mercadoria e como tal é produzida e apropriada visando gerar lucro. Portanto, a localização da propriedade dentro da cidade é um componente fundamental na busca deste lucro. Uma estratégia utilizada pelos grandes proprietários de terra em Ipatinga foi retardar o loteamento de suas propriedades, o que inflacionou o mercado imobiliário e obrigou a cidade a se expandir inicialmente para áreas mais distantes (SAMPAIO, 2008, p.36).

Como consequência, a cidade “espontânea” se expandiu à margem das propriedades de terra pertencente à USIMINAS em direção ao norte, passando pelas imediações do centro, onde se localizava a estação ferroviária, e seguindo o leito do Ribeirão Ipanema e dos córregos Bom Jardim e Taúbas. No final da década de 1960 ocorreu a expansão do centro da cidade e a implantação dos núcleos urbanos do Bom Jardim<sup>21</sup> e Iguaçu<sup>22</sup>. Na década seguinte, vários empreendimentos imobiliários e loteamentos foram surgindo indicando o crescimento de Ipatinga em direção ao distrito de Barra Alegre. Já em 1980 intensificam-se as ocupações irregulares de encostas e fundos de vale, como única alternativa encontrada pelas classes sociais de baixa renda.

Trata-se de um crescimento que contraria os princípios que ditavam o planejamento da USIMINAS à cidade de Ipatinga. Todavia, há de se considerar que numa conjuntura de estagnação na qual se encontrava a região, é de se esperar que ocorra um crescimento significativo sem precedentes, justamente pela oferta da mão de obra que se oferecia pela empresa. Por essa razão, os bairros surgidos na cidade “espontânea” ficavam isolados, sendo

---

<sup>21</sup> A formação do bairro Bom Jardim data do início da década de 1960, ausente de planejamento e de infraestrutura, o que acabou resultando em um parcelamento de pequenas propriedades. O acesso entre o bairro e o centro de Ipatinga era difícil, contribuindo para o amadurecimento de um comércio local, além de serviços e lazer em razão da proximidade com o distrito de Barra Alegre.

<sup>22</sup> O assentamento do bairro Iguaçu iniciou também na década de 1960. No entanto, diferente do Bom Jardim, o acesso ao centro era mais fácil, em função da proximidade com as BR 381 e 458. Desde o início da formação do bairro, foi possível acompanhar a expansão das atividades comerciais, de serviços e industriais, como uma réplica do que ocorria no centro tradicional de Ipatinga, atendendo não somente as demandas locais do bairro, mas também de toda a região.

difícil o acesso entre eles e destes com o centro tradicional da cidade, caracterizando e reafirmando a configuração espacial descontínua, reforçando processos urbanos de fragmentação e segregação socioespacial em Ipatinga;

De acordo com a Fundação João Pinheiro (1978), o grande fluxo migratório em direção a Ipatinga foi decorrente a dois importantes fatores: o primeiro devido à oferta de emprego na atividade industrial e a segundo pela expulsão da população rural devido a aquisição de grandes áreas pelas principais empresas da região.

Desse modo, o crescimento do centro antigo foi alimentado pelo excedente de pessoal engajado nos trabalhos de construção da Usina e por aqueles que não foram contemplados com alojamento nas instalações das firmas empreiteiras localizadas na área de propriedade da USIMINAS (IPATINGA, 1978, p. 8).

Em 1970, Ipatinga aprova o primeiro perímetro urbano da cidade, de acordo com a Lei Municipal nº 292 de 29 de dezembro de 1970. Nesse período a USIMINAS atinge o auge da produtividade em seu primeiro estágio e inicia a obra de expansão do segundo. Há um grande fluxo de imigrantes para a região que na medida em que são loteados e vendidos os terrenos, espalham-se pelo município, expandindo a fronteira urbana.

Nas áreas mais próximas ao centro, o preço da terra é muito alto e os parcelamentos tendem, cada vez mais, a se distanciar da região Nordeste. Vários bairros surgem: Esperança, Canaã, Vila Celeste, Jardim Panorama, Veneza, Iguaçu e Canaãzinho. Surgem, também, no mesmo período, as duas únicas favelas da cidade: “Morro do Querosene”, no bairro Vila Celeste e a “Rua do Buraco”, próxima ao centro e às margens do Ipanema (CURA, 1978, p. 9).

Costa (1995, p. 52), aponta que o processo de urbanização de Ipatinga foi marcado pela descaracterização da área rural por uma rápida urbanização. Para a autora as implicações socioambientais deste tipo de urbanização, estão diretamente associadas à implantação de grandes indústrias. Deste modo, pode-se destacar que, tanto o ambiente natural quanto às relações sociais na região são historicamente comandadas por lógicas urbano-industriais.

Nesse núcleo urbano espontâneo, ou seja, o não planejado pela empresa, como resultado da relação de forças, que talvez não tenha sido prevista, pelo menos, com a intensidade verificada, surgiu uma cidade marginal, ou seja, um território livre, fora dos limites da propriedade e do controle da Usiminas. Nele desenvolveram atividades não existentes ou ao menos não admitidas na mesma área sob controle da empresa como comércio e armazenagem de produtos para fins agropecuários. Fixando-se nesta localidade grande parte da população que chegava em busca de trabalho.

Em contraposição a cidade planejada, a área reconhecida como Ipatinga manifesta na sua paisagem a precariedade e a “desorganização” de uma cidade nova e improvisada, crescendo a altas taxas demográficas e tirando seu grande dinamismo da esperança da sua população (MENDONÇA, 2006).

Figura 44. Ipatinga – MG: Av. José Cândido de Meire no Bethânia.



Fonte: Câmara Municipal de Ipatinga (s/d).

Até 1967, quando foi instituída pelo Governo Federal a atual legislação tributária privilegiando municípios sedes de empresas geradoras de ICM, o poder público municipal não tinha nenhuma condição técnica e financeira de atender às necessidades decorrentes de um processo tão violento.

A situação municipal de Ipatinga, vigente até 1962, como distrito de Coronel Fabriciano, também não contribuiu para que o poder municipal não assistisse com atenção, presteza e recursos necessários.

Desse modo, os dez primeiros anos de existência de Ipatinga como município a partir de 1958, quando têm início às providências iniciais para a implantação da Usina, foram, portanto, de pouca presença do poder municipal no desenvolvimento da cidade.

Outros fatores contribuíram também de maneira decisiva para conferir à Ipatinga a imagem de cidade precária e secundária: a paisagem urbana, o núcleo improvisado sem infraestrutura e sua formação social com base no subproletariado adventício, vinculado predominantemente às empreiteiras e aos serviços não diretamente ligados à USIMINAS.

A direção da empresa, diante da fragilidade do quadro urbano e da debilidade da admiração municipal, continuou empenhando-se em oferecer a seus dependentes toda uma infraestrutura para atividades sociais, recreativas, e cultural, além de assumir a prestação de serviços de maior necessidade.

Consolida-se, assim, a dualidade USIMINAS/Ipatinga. A falta de integração social e afetiva dos funcionários da empresa a cidade, especialmente os de níveis médio e superior, todos precedentes de outras regiões e percebendo Ipatinga apenas como lugar de trabalho, nem sempre com caráter definitivo, torna mais grave a problemática.

Esse quadro começa a sofrer modificações a partir de 1967, com a venda – viabilizada pelo BNH das habitações até então de propriedade da empresa, aos respectivos moradores. Criam-se assim as primeiras condições para o início da mudança da população residente nos bairros da USIMINAS, na medida em que os novos proprietários, quando desligados da empresa, o que via de regra implicava em sua mudança de Ipatinga, vendem ou alugam suas habitações a pessoas que não são funcionários da USIMINAS (CURA, 1978, p. 3).

Nesse processo de urbanização, assiste-se um crescente adensamento populacional, em uma localidade ainda sem infraestrutura, com demandas por habitação e equipamentos urbanos em uma área dotada de infraestrutura apenas para os funcionários da empresa.

No final deste período, ocorreu a ocupação das áreas “vazias” dos loteamentos, ocasionando um crescimento organizado nos bairros particulares da USIMINAS (Novo Cruzeiro, Castelo, Cariru, Bom Retiro, Areal, Imbaúbas.

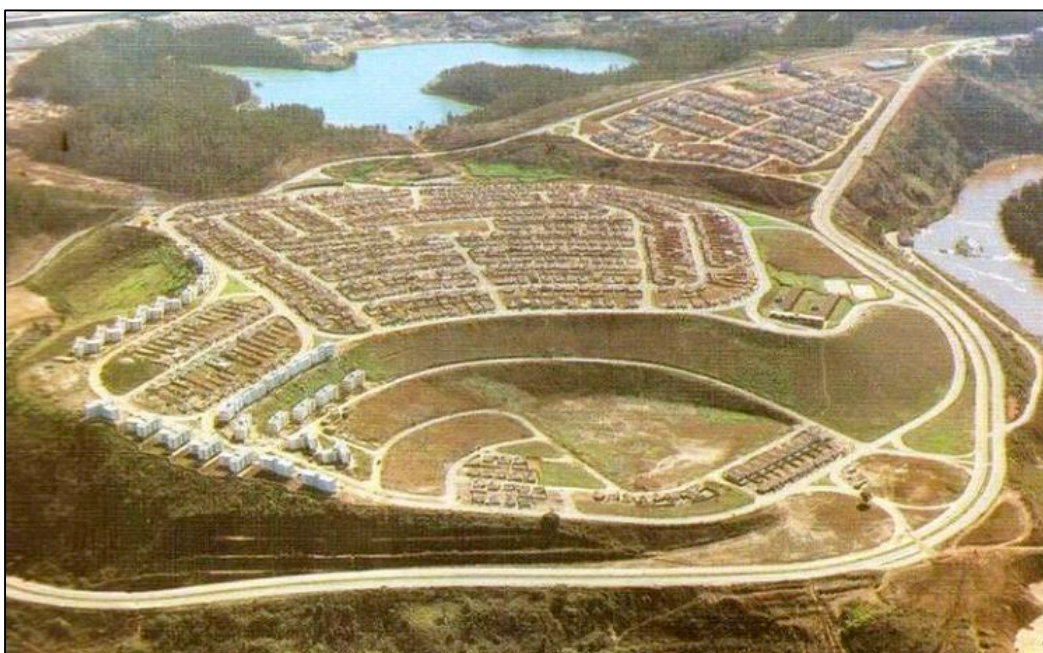


Figura 45. Ipatinga - MG: Vista dos Bairros Bom Retiro/Imbaubas e Areal a direita e dos campos de futebol do Clube Jabaquara em Ipatinga (1970).



Fonte: Câmara Municipal de Ipatinga (s/d)

Figura 46. Ipatinga – MG: Bairro Bela Vista.



Fonte: Câmara Municipal de Ipatinga (s/d)

Nessa época, a USIMINAS abandonou em parte sua política de controle de iniciativa de criação de áreas residenciais para seu pessoal, transferindo para a municipalidade a responsabilidade sobre os serviços básicos e passando a vender as casas de suas propriedades (FJP, 1978, p.37).

Outro ponto destacado se refere aos bairros informais de baixo padrão urbanístico e habitacional, fruto da improvisação e carente de serviços e equipamentos urbanos mínimos. Esta corrida especulativa em Ipatinga, fez surgir um fenômeno novo na área - o controle a retenção das vendas de lotes a espera de uma progressiva valorização, provocando uma ocupação dispersa e descontínua dos bairros, enquanto permanece o sério problema habitacional no município frente ao rápido crescimento (FJP, 1978, p.38).

A parte disso, estão dois sítios desenvolvidos nessa época, mas caracterizados por uma forma de ocupação espontânea, com precárias condições habitacionais, inexistência de infraestrutura e não propriedade dos terrenos pela maioria dos trabalhadores, são favelas localizadas junto ao centro comercial ao lado do Ribeirão Ipanema, periodicamente inundável e sem valor imobiliário, e do Morro do Querosene (bairro Vila Celeste), cujo terreno foi cedido aos moradores pela Prefeitura (FJP, 1978 p. 38).

### **2.3. As contradições em Ipatinga e o Programa CURA**

O processo de crescimento urbano de Ipatinga, não cessou e na medida que a USIMINAS aumentava sua produtividade a cidade permanecia em contínuo crescimento urbano e populacional. A transformação da paisagem ocorreu com a progressiva derrubada da Mata Atlântica original e em seu lugar instalou-se os assentamentos urbanos e industriais. Deste modo, o período da década de 1970 e 1980, é marcado pelo crescimento e expansão da população não vinculada a indústria e de baixa renda.

Contudo, até fins dos anos de 1970, evidenciava-se em Ipatinga, inúmeras contradições decorrentes do processo de urbanização. Neste sentido até o presente período evidencia-se que a situação atual da cidade de Ipatinga caracterizava-se da seguinte forma:

Intensa e rápida descaracterização de uma grande área rural, seguida - no mesmo tempo- pela concentração demográfica no sítio contíguo aos terrenos da Usina;  
Oferta de emprego induzido o intenso fluxo migratório;  
Parcelamento e ocupação da área, a revelia de qualquer orientação e controle do poder público;

Surgimento de um “boom” imobiliário, com forte caráter de especulação (CURA, 1978).

Até o final da década de 1970, grande parte da área urbana já estava parcelada. De acordo com Costa (2007) o desenvolvimento urbano de Ipatinga nos anos de 1970 foi caracterizado pelo crescimento dos bairros não construídos pela indústria siderúrgica como os bairros como Centro, Iguaçu, Veneza, Parte do bairro Canaã e o Bairro Bom Jardim já faziam parte da paisagem urbana.

Sendo fruto deste processo de crescimento, surgem também os bairros: Betânia, Cidade Nobre, Chácara Vagalume e Chácara Oliveira e outros continuamente se desenvolveram como, Canaã, Vila Celeste, Veneza e Limoeiro.

Os preços dos terrenos geograficamente inseridos no tecido urbano – mesmo quando não dotados de infraestrutura – ocorre que a USIMINAS prosseguia realizando, nas áreas de sua propriedade, empreendimentos habitacionais, para atender suas necessidades no setor. Tal procedimento, nos termos que se dá, reforça a situação de segregação social da população vinculada à empresa em relação ao conjunto da população urbana.

Na década de 1970, é importante notar, certo fortalecimento da administração municipal se verifica, nesse período, apesar de não existir um plano diretor de desenvolvimento da cidade, a presença do poder público municipal de faz de maneira efetiva, através da realização de razoável volume de obras de infraestrutura. De acordo com Sampaio (2008) uma abundância de recursos foi disponibilizada para Ipatinga, uma vez que a receita cresceu oito vezes em relação à década anterior de 1960. Em 1977, na gestão do prefeito João Lamego Netto (1977 - 1982) a disponibilidade de recursos ampliou-se devido às verbas federais do Programa CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada.

O Programa CURA foi um programa do governo federal destinado, inicialmente, à complementação de infraestrutura em áreas de “vazios urbanos”. Passando posteriormente, a atuar no reordenamento de estruturas urbanas, financiando projetos que integravam obras urbanas como asfaltamento e drenagem atuando também na melhoria da qualidade das condições ambientais.

Conforme consta nos objetivos do Programa, este tinha como propósito contribuir para a eliminação da dualidade existente e a integração social, física e afetiva entre as duas Ipatinga numa única (IPATINGA, 1978). Deste modo, a reorientação da estrutura urbana visou corrigir problemas originários no processo de formação da cidade e também problemas específicos de Ipatinga enquanto cidade-sede de uma grande empresa e centro de referência de uma vida

econômica e social e em ascensão – seja pelas oportunidades de trabalho e renda que se cria, direta e indiretamente, seja por determinar a própria estrutura social e física da cidade.

As principais intervenções executadas em infraestrutura pelo poder público municipal, no período de 1973 a 1988, foram: criação do Código de Obras; início das atividades da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), responsável pelo abastecimento de água e pela rede de esgoto; criação da Companhia Urbanizadora do Vale do Aço - CURVA<sup>23</sup> - responsável pelos serviços de limpeza e pela urbanização da cidade (SAMPAIO, 2008).

Em meio ao rápido crescimento urbano e populacional e a ampliação das dualidades existentes, o Programa CURA se destacou como uma forma de mitigar ou amenizar as contradições presentes na cidade, sejam elas sociais ou urbanas. Vale frisar, que o II Plano Habitacional da Usiminas, chamava a atenção para a necessidade de superar as contradições existentes na paisagem urbana. Deste modo, o Programa CURA foi composto por dois subprojetos: o primeiro Jardim Esperança correspondendo os bairros Bom Jardim e Esperança, e o CURA Ipanema, que saneou o Vale do Ribeirão Ipanema e compreendendo os bairros Betânia (Figura 47), Canaã, Centro, Cidade Nobre, Iguaçu, Jardim Panorama, Novo Cruzeiro, Veneza, Vila Celeste numa extensão de aproximadamente 1.150 hectares.

Figura 47. Ipatinga – MG: Av. Gerasa no Canaã / Bethânia (década de 1970).



Fonte: Acervo Digital Estação Memória (2020).

---

<sup>23</sup> Lei Nº603 de 05/01/1978 autoriza constituição da CURVA - Companhia Urbanizadora do Vale do Aço (CAMARA MUNICIPAL DE IPATINGA, 1978).



Figura 48. Ipatinga – MG: Avenida Gerasa, Bairro Bethânia (2020).



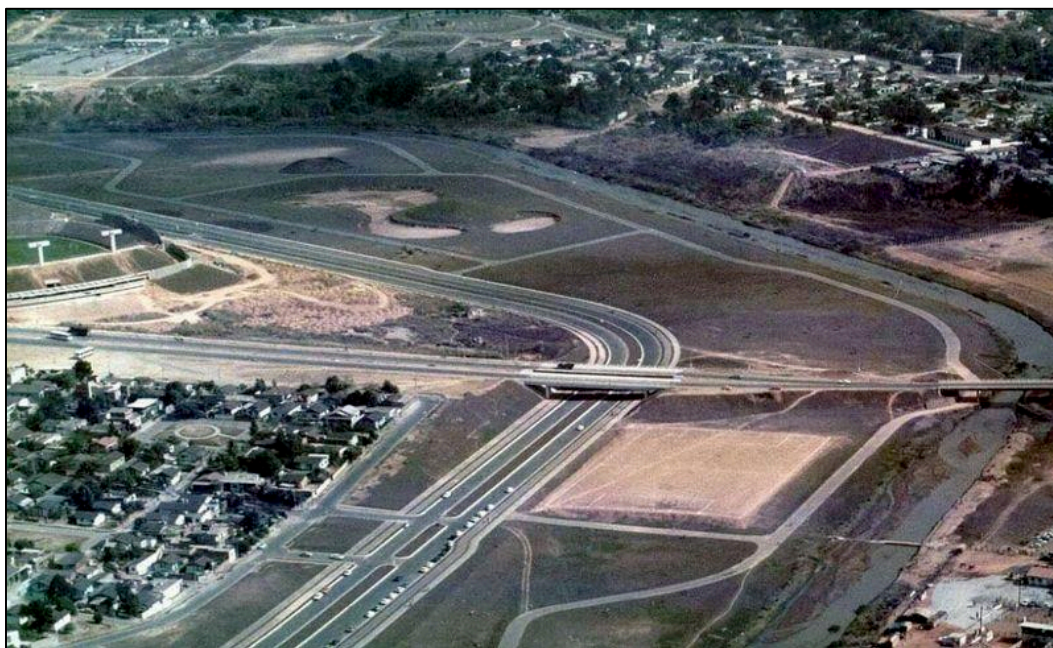
Fonte: *Google Earth* (2020).

Cabe destacar que principal fase do programa CURA foi a estruturação do sistema viário com a articulação das principais vias da cidade com a BR-381 e a construção do Complexo do Parque Ipanema.

Bastos (2006) em análise sobre a percepção ambiental no Parque Ipanema o aponta que para escolha da área a ser implantado o Complexo. Deste modo, destaca que havia uma área, circundada pelos bairros Iguaçu, Jardim Panorama, Veneza, Centro e Novo Cruzeiro que atendia todos os aspectos necessários para uma implantação adequada do parque. Menciona ainda que sua situação mesclava com grandes áreas vazias de propriedade da USIMINAS e com loteamento de ocupação rarefeita, o que poderia conduzir a um custo menor de aquisição dos terrenos. Sendo estabelecidos os limites da área a ser desapropriado foi elaborado o decreto de desapropriação dos imóveis e iniciados as negociações com seus proprietários (p.70).

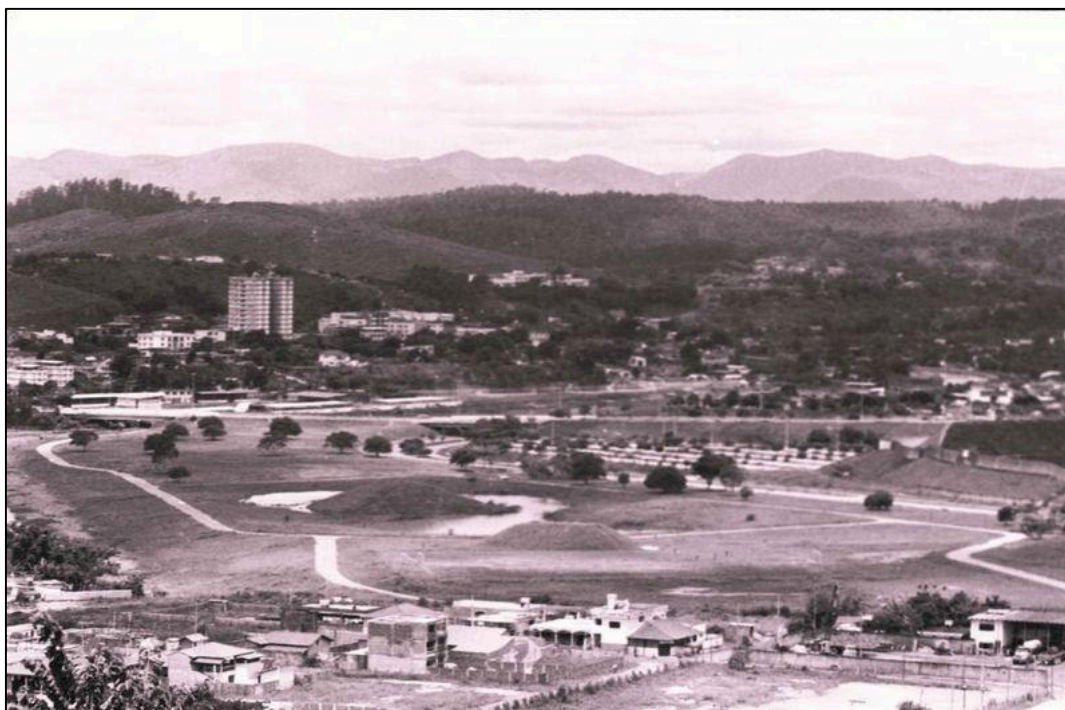
O início da implantação do Parque Ipanema em 1980, quando foram realizadas as obras de terraplenagem, drenagem, tratamento das margens do Ribeirão Ipanema, plantio de grama em toda a área, arborização, construção das vias internas e da via de acesso – avenida marginal do Parque Ipanema – hoje, avenida Roberto Burle Marx. As obras ficaram paradas por algum tempo e nem mesmo a manutenção era feita. Em 1985 foi contratado o arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx para elaboração de novo projeto de paisagismo do parque e plantadas pela segunda vez as árvores propostas no projeto (BASTOS, 2006 p.70).

Figura 49. Ipatinga - MG: Av. Roberto Burle Marx antes do Parque Ipanema e do estacionamento do Ipatingão.



Fonte: Acervo Digital da Estação Memória de Ipatinga (2020).

Figura 50. Ipatinga – MG: Início da implantação do Parque Ipanema e o primeiro edifício de Ipatinga, no bairro Veneza, feito em estrutura metálica e popularmente conhecido como Balança-mas-não-cai (década de 1980).



Fonte: Acervo Digital da Estação Memória de Ipatinga (2020).



Figura 51. Ipatinga – MG: Início da implantação definitiva do parque Ipanema (1996).



Fonte: Acervo Digital da Estação Memória de Ipatinga (2020).

Pode-se destacar que o Programa CURA foi uma ação de infraestrutura urbana mais importante a ser desenvolvida pelas administrações municipais, uma vez que a melhoria da acessibilidade e a fácil interligação entre os bairros contribuiu para fortalecer a imagem de Ipatinga enquanto uma cidade moderna e valorizar ainda mais suas terras do que enfrentas as diferenças socioespaciais que se acentuavam.

#### **2.4. A Cidade dos anos 1990 e o Plano Diretor**

A ocupação urbana de Ipatinga apresentou uma característica identificada pela FJP (1978): a dispersão espacial dos assentamentos, gerada pelo controle de estoque da terra urbana nas mãos de poucos proprietários, dotados de uma lógica de atuação, dependente da especulação e que facilitava essa configuração espacial dispersa (BELTRAME, 2013, p. 129).

Conforme apontado, na década de 1970 evidenciou-se o processo dual de ocupação. De um lado, quase todos os bairros residenciais da USIMINAS terminaram de ser implantados, caracterizando a estrutura urbana hoje existente. Por outro lado, os loteamentos que atualmente constituem a cidade de Ipatinga a noroeste da Usina foram aprovados e implantados.

A população urbana do município passa de 47.882 habitantes em 1970 para 150.318 habitantes em 1980, atingindo cerca de 180.069 habitantes em 1991 (IBGE, Censo 1991).

Entretanto, quando se compara a evolução da população com o extraordinário aumento da área urbana parcelada, evidencia-se uma ocupação de baixa densidade, mesmo descontando as áreas impróprias para ocupação por questões topográficas, entre outras.

Durante a década de 1980, a cidade continua a se expandir, porém de forma mais lenta que na década anterior, caracterizando-se principalmente pela expansão dos bairros já existentes, na primeira metade da década, o único empreendimento habitacional novo é o Bairro Ideal, implantado pela USIMINAS, que também ampliou Areal/Imbaúbas. Na “cidade espontânea” se expande o Bairro Vila Celeste.

O período de 1985-90 é marcado pela provação e/ou implantação de extensões em bairros existentes, ocupadas por classes sociais de baixa renda, via de regra em locais de topografia acentuada, tornando mais grave a qualidade das ocupações e das áreas vizinhas. Ressalta-se que, em alguns casos, as expansões foram feitas em loteamentos ainda praticamente desocupados, foram implantados nesse período, acréscimos nos bairros Limoeiro, Bom Jardim, Caravelas, além dos bairros Pontal Alegre, das Fontes e Planalto.

O crescimento das forças democráticas durante os anos 1980 alimentou a articulação dos movimentos comunitários e setoriais urbanos com o movimento sindical. Juntos, apresentaram a emenda constitucional de iniciativa popular pela Reforma Urbana na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. A incorporação da questão urbana em dois capítulos da Constituição Federal permitiu a inclusão nas constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais de propostas democráticas sobre a função social da propriedade e da cidade (BRASIL, 2004, p. 11) e em 10 de julho de 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, Lei nº. 10.057, que obrigaria a elaboração de um plano diretor municipal em municípios com mais de 20 mil habitantes, ou que fizessem parte de regiões metropolitanas, municípios grandes empreendimentos ou qualquer município que tivesse interesse em elaborar seu plano diretor municipal.

Em outubro de 2006 foi aprovado o Plano Diretor de Ipatinga com os seguintes princípios contidos em seu artigo 2º:

- I - o direito social à cidade, considerada esta como espaço capaz de proporcionar, aos seus habitantes, moradia digna, trabalho e renda, serviços de qualidade, conforto e cultura, em ambiente sadio;
- II - a valorização das funções de planejamento e articulação, visando à eficiência e eficácia da ação da Administração Pública;
- III - a consulta direta à população quanto a suas necessidades, desejos e opiniões, como instrumento democrático dos processos de decisão, planejamento, gestão, implementação e controle do desenvolvimento urbano;

- IV - a consulta direta à população para decidir em plebiscito;
- V - a aprovação da Câmara Municipal, na forma de lei, dos projetos de intervenção na propriedade urbana;
- VI - a observância dos princípios basilares da República.

O referido plano foi bem elaborado e continha os capítulos constantes nos planos diretores de diversos municípios brasileiros tais como: princípios, função social da propriedade, desenvolvimento rural e urbano; a realidade municipal com aspectos relacionados a população, serviços, infraestrutura, meio ambiente; riscos; estética urbana além de capítulos específicos sobre as áreas de propriedade da USIMINAS e a EFVM, entre outros aspectos. No ano de 2014, o contexto político brasileiro era outro e a Lei 2230 de 06 de outubro de 2006 foi revogada pela Lei 3350-2014.

A referida Lei apresenta um novo plano diretor municipal de Ipatinga, utilizando os instrumentos jurídicos e urbanísticos presentes no Estatuto da Cidade, dentre eles a institucionalização do IPTU progressivo no tempo; normas de ordenamento urbano e territorial; bem como políticas de desenvolvimento econômico sustentável; meio ambiente; infraestrutura; mobilidade urbana; políticas sociais e culturais, dentre outros aspectos.

De acordo com a publicação da Lei 3350, de 2014

Fica aprovado o Plano Diretor do Município de Ipatinga, instrumento básico da Política de Desenvolvimento e de Expansão Urbana, que tem por objetivos ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e garantir o bem-estar de seus habitantes, observadas as normas contidas nos arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, nos termos desta Lei.

De fato, o Plano Diretor Municipal de Ipatinga acompanhou os ditames do Estatuto da Cidade e da CF de 1988, mas o que se observa que muito do que ali foi legislado para a melhoria das condições de vida da população e o reordenamento territorial do município não foi consolidado, permanecendo os velhos e novos problemas de Ipatinga.

Desde 2014, a administração municipal utiliza o mesmo plano diretor municipal, sendo que a revisão deveria ter sido realizada em 5 anos de existência. O próprio prefeito de Ipatinga em 12 de agosto de 2020, no Diário do Aço mostrava a necessidade da revisão dos planos Diretor e de Mobilidade Urbana, como pode ser visto na citação abaixo:

Caso o município não cumpra o prazo para a revisão dos Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana, Ipatinga poderá deixar de captar recursos oriundos do

governo federal e estadual para infraestrutura. Além disso, sabemos que Ipatinga é uma cidade em crescimento tanto no que se refere aos imóveis e ao fluxo de veículos. O plano diretor precisa ser revisto para cumprir os prazos da lei e para nortear seu desenvolvimento sustentável.” (Disponível em: [www.diariodoaco.com.br](http://www.diariodoaco.com.br), acesso em 10 de setembro de 2020).

Enquanto Ipatinga não fez a revisão do Plano Diretor Municipal de 2014, desde 12 de janeiro de 2015 foi aprovado no Congresso Nacional, a Lei Federal n. 13.089, conhecida como Estatuto da Metrópole que trata da elaboração de um Plano Diretor Integrado para regiões metropolitanas visando o planejamento metropolitano. O planejamento se faz necessário tendo em vista que as cidades que constituem RMs formam áreas conturbadas, que mesclam serviços que se estendem para além dos limites municipais; as pessoas circulam diariamente entre os municípios, a dispersão urbana é aumentada; há um longo tempo nos deslocamentos, bem como o agravamento das desigualdades sociais e espaciais, entre outras questões, que estão presentes nas regiões metropolitanas de Minas Gerais e do Brasil.

A Lei orgânica do município foi promulgada pela Câmara Municipal, em 01 de maio de 1990, constituindo a base política, jurídica e administrativa do Governo Municipal. Entre outras conquistas, ressalta-se a instituição de 13 Conselhos populares, assegurando, em forma de lei, a participação popular (pós constituição).

Cumprindo a determinação constitucional, várias cidades brasileiras voltaram a elaborar planos diretores no início dos anos 1990. Algumas, como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre, aproveitaram a oportunidade para aprovar não só para rejeitar o plano tradicional, o superplano e o diagnóstico técnico como também para procurar politizar o plano diretor agora claramente transformado em lei.

Nesse sentido, tentaram introduzir nele temas da reforma urbana e dispositivos que atendiam aos princípios da justiça social no âmbito urbano e que não eram impedidos pela constituição. O plano diretor de Ipatinga de 1991 não foi aprovado.

### SEÇÃO 3

#### **REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO E IPATINGA: da formação territorial aos fluxos estabelecidos**

Esta seção tem como objetivo contextualizar a Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) sobretudo a partir de dois aspectos: 1) sua área de influência, isto é, a porção geográfica acometida pelos efeitos positivos e/ou negativos em decorrência de alguma atividade específica - nesse caso, a influência que o município de Ipatinga e sua Região Metropolitana (RM) exerce sobre o colar metropolitano localizado na mesorregião do Vale do Rio Doce e 2) as redes de influência formada a partir dos fluxos apontados nos estudos recentes do IBGE (2018) que abordam a REGIC (Região de Influência das Cidades).

Para discutir os pontos anteriormente apresentados, dividimos essa seção em três subitens. Entendemos que para compreender a atual configuração da RMVA é preciso remontar a sua gênese e desenvolvimento, portanto, o primeiro subitem foi elaborado a fim de construir essa noção. Subsequente, tem-se a análise das relações urbano-regionais estabelecidas entre Ipatinga e os demais municípios da região metropolitana no Vale do Aço, a partir dos fluxos levantados pelo REGIC (IBGE, 2018), no que cerne o comércio e os serviços públicos e privados. Por fim e fechando a discussão, há a relação dos principais problemas da RMVA, a saber: não cumprimento daquilo inicialmente posto em seus planos; criação de vulnerabilidades ambientais, institucionais e socioeconômicas; ampliação de desigualdades socioespaciais e produção de formas espaciais de dispersão e fragmentação urbana.

Fizemos o uso de mapas para demonstração e espacialização dos fluxos e redes existentes entre o município de Ipatinga, a RM e seu colar metropolitano. Esses fluxos aparecem no setor agropecuário (insumos; maquinário; implementos e assistência técnica); setor de comércio (calçados e vestuários; móveis e eletrodomésticos) e setor de serviços (ensino superior; saúde de média e alta complexidade). Além dos recursos cartográficos, quadros e tabelas foram utilizados para informar e quantificar os dados e informações trazidas pelo REGIC e que são fundamentais para entender as redes e fluxos estabelecidos.

### 3.1. Formação da Região Metropolitana do Vale do Aço

O fenômeno da metropolização pode ser compreendido como o processo de expansão urbana de uma cidade em decorrência dos fluxos e relações (materiais e/ou imateriais) que se estabelecem no seu entorno. Muitas vezes, essa metropolização se expressa também na forma de conurbação, ou seja, o encontro de dois ou mais tecidos urbanos.

O Estatuto da Metrópole atualmente em vigor (Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015) estabelece as diretrizes gerais para o planejamento e gestão das funções públicas de interesse comum em áreas institucionalmente consideradas regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas. O EM define como metrópole:

V – metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2015).

Em 2020 são reconhecidas no Brasil 74 regiões metropolitanas (IBGE, Sidra), sendo duas dessas regiões localizadas no estado de Minas Gerais: Belo Horizonte e Vale do Aço - objeto e recorte espacial de estudo dessa pesquisa. Embora haja uma legislação federal cujo objetivo é a viabilização de sistemas de gestão de funções públicas de interesse comum dos municípios abrangidos, os estados possuem autonomia para estabelecer critérios próprios para a gestão metropolitana. No caso de Minas Gerais, por exemplo, o artigo 1º da Emenda à Constituição nº 65, de 25 de novembro de 2004, considera RM:

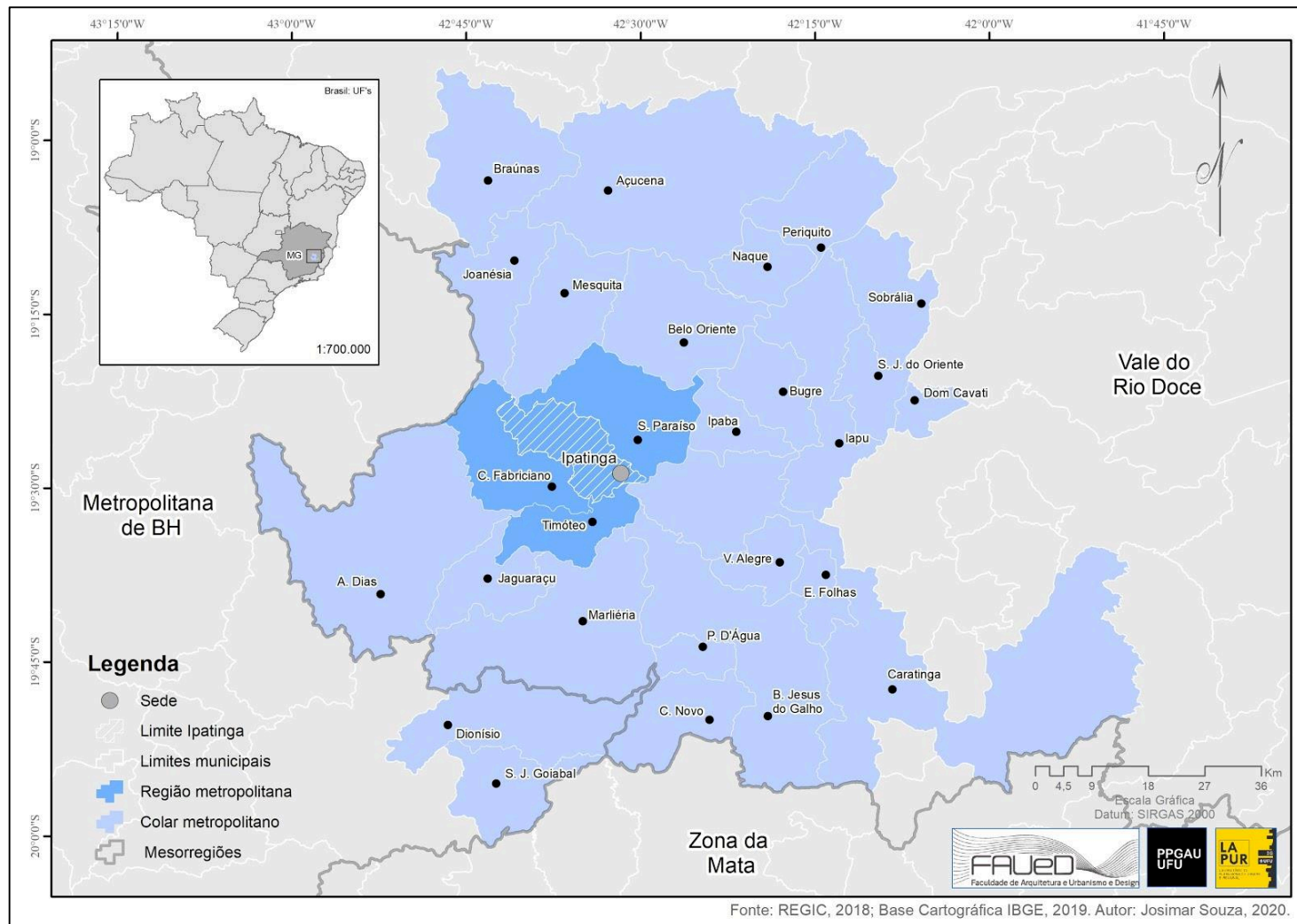
[...] o conjunto de Municípios limítrofes que apresentam a ocorrência ou a tendência de continuidade do tecido urbano e de complementaridade de funções urbanas, que tenha como núcleo a capital do Estado ou metrópole regional e que exija planejamento integrado e gestão conjunta permanente por parte dos entes públicos nela atuantes (MINAS GERAIS, 2004).

Cabe ressaltar a diferença entre a RMVA e seu Colar Metropolitano. Composta por quatro municípios da RMVA possui uma população estimada em 497.800 habitantes (IBGE, 2019) e uma área territorial total de 807 000 Km<sup>2</sup> (FJP, 1990). Ipatinga aparece como a mais populosa, seguida por Coronel Fabriciano, com 109.885; Timóteo com 89.842 e Santana do Paraíso com 34.663. No que tange ao Colar Metropolitano da RMVA, este é composto por



mais 24 municípios (além dos municípios Sede) e soma-se a uma população de 268.463 habitantes (IBGE, 2019). A espacialização da região é apresentada na Figura 52.

Figura 52. Região Metropolitana do Vale do Aço: Localização.



Fonte: REGIC (2018). Autor: Souza, J. R. (2020).

Ainda para fins de clareza e entendimento, torna-se importante a distinção de alguns aspectos relacionados à região. Deste modo, diferencia-se o Aglomerado Urbano do Vale do Aço (núcleo original formado por Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo), de Região Metropolitana do Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo e o incremento de Santana do Paraíso), da Aglomeração Urbana do Vale do Aço (que são os Municípios que compõem a RMVA, somando Belo Oriente e Mesquita) e do Colar Metropolitano do Vale do Aço (sendo os Municípios da RMVA mais Belo Oriente e Mesquita e outros 20 Municípios).

A RM do Vale do Aço foi criada em 1998 (lei complementar nº 51) a partir da legitimação de um processo de conurbação acompanhado por uma intensa integração funcional entre quatro municípios que atualmente compõem o colar metropolitano (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012). Diferentemente das outras RMs, o Vale do Aço não possui uma cidade-sede reconhecida institucionalmente, todavia, Ipatinga, em razão do seu porte mais expressivo, acaba tomando essa função.

A região está situada na bacia do rio Doce, depressão interplanáltica do Vale do Rio Doce, ou seja, inserida em um relevo acidentado, em uma área mais baixa em meio a altitudes mais elevadas.

Sobre a formação territorial, o Observatório das Metrópoles (2012) coloca:

A emancipação dos municípios dessa área esteve diretamente vinculada à função da região como ponto de passagem da ferrovia Vitória Minas, estratégica para atender à demanda estrangeira pelos minerais metálicos do quadrilátero ferrífero. O período desenvolvimentista que caracterizou o Brasil entre as décadas de 1950 e 1970 criou as condições políticas e econômicas que levaram essa região a ser escolhida pelo governo brasileiro e pelo capital privado estrangeiro para a instalação de importantes indústrias de bens de produção intermediários: duas siderúrgicas, a Usiminas em Ipatinga e a Acesita em Timóteo; e uma fábrica de celulose, a Cenibra, em Belo Oriente. Com a instalação do parque fabril nessas cidades começa a longa relação entre essa região e a produção de aço, que levará tal área a deixar de ser conhecida como o vale de um rio, no caso o Rio Doce, para ser conhecida como o Vale do Aço.

### **3.2. Histórico da Região Metropolitana do Vale do Aço**

A região que compreende hoje o Vale do Aço apresenta um rápido crescimento urbano na região em função das atividades econômicas do Aglomerado Urbano do Vale do Aço.

Na década de 1970 a Fundação João Pinheiro elabora o Plano de Desenvolvimento Integrado visto o crescimento urbano e industrial na região. Este documento apresenta como objetivo a ordenação e orientação do crescimento do Aglomerado Urbano. Em função da implantação das indústrias na região o crescimento populacional foi perceptível. Uma mudança importante ocorreu quanto à política urbana adotada pela USIMINAS e pela Acesita em relação aos respectivos municípios onde se encontram instalados, a partir principalmente do início da década de 1970 (FJP, 1978, p. 43).

A história da ocupação que hoje compreende a região do Vale do Aço, teve sua origem em meados do século XIX, com os arraiais de São Sebastião do Alegre Timóteo e Santo Antônio do Piracicaba, que deu origem à cidade de Coronel Fabriciano (Costa 1995). Com a abertura da Estrada de Ferro Vitória-Minas em 1903 e a exploração do carvão vegetal estimulou a ocupação e povoamento e o povoamento na região, consolida-se assim a ligação de Minas ao estado de Espírito Santo.

Desse modo, na década de trinta do século XX, instala-se a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM) nos Municípios de Sabará e em João Monlevade, se contribui para uma alteração da forma de ocupação na região. Antes da chegada da indústria, as terras eram ocupadas por posseiros e com a expansão da produção de carvão a CSBM passou a adquiri-las através de compra, como também de cessão e desapropriação a fim de explorar as matas existentes para abastecer seus fornos.

A partir desse momento, o crescimento e a organização do espaço urbano dos núcleos, ficaram condicionados à ação e iniciativa da CSBM (FJP, 1978). Conforme Sampaio (2008) essa forma de ocupação, além de ter gerado conflitos e disputas, também pode ser considerada como o início da descaracterização da área rural da região. Porém, faz-se necessário ressaltar que este fato não implicou em mudanças econômicas, o que só iniciou a partir da década de 1940.

Naquele período, a região do baixo Rio Piracicaba, onde se situa a Região Metropolitana do Vale do Aço, tinha um povoamento esparsa, representado por pequenos núcleos urbanos, com funções essencialmente voltadas para o setor primário. As atividades predominantes na região eram a extrativa vegetal (exploração das matas naturais para a produção de carvão vegetal) e a pecuária extensiva. A Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira detinha grandes propriedades na região, ocupando parte considerável do atual território de Coronel Fabriciano.

Com a implantação da ACESITA em Timóteo, no ano de 1944 é imprimida uma nova dinâmica regional. Em função disso, modifica-se a estrutura econômica, e desencadeia-se um processo de migração rural/urbano com a expulsão do homem do campo em virtude da ocupação de grandes extensões de terras de uso agrícola (FJP, 1991). Denota-se que a usina passou a deter áreas em extensão correspondente a 2/3 do atual território de Timóteo. Nessas propriedades, que englobam as melhores áreas planas deste município, apenas algumas áreas foram urbanizadas, ficando a expansão dos bairros residenciais referenciadas pela expansão da capacidade de produção da ACESITA (QUECINI, 2007).

A instalação da ACESITA na área do então distrito de Timóteo em 1944 foi o primeiro e o mais importante fator a determinar os novos rumos da forma de ocupação e de organização espacial do Aglomerado Vale do Aço.

Por caracterizar-se como polo comercial e de prestação de serviços, Coronel Fabriciano, município criado em 1928, foi o primeiro núcleo a receber impactos da implantação da usina.

O processo de urbanização desse município foi dinamizado, seu centro comercial se expandiu e o município passou a abrigar grande parte da população atraída, mas não absorvida pela indústria e que, desta forma, lançou-se às atividades terciárias.

A instalação da USIMINAS em 1958, ainda no distrito de Ipatinga, abre nova etapa no processo de urbanização da região, acelerando seu ritmo de crescimento. O parque siderúrgico se consolida como força determinante do dinamismo da região, intensificando o fluxo migratório em sua direção, facilitado pela construção da rodovia BR 381 interligando Belo Horizonte e Governador Valadares.

O crescimento urbano de Ipatinga se acelera, inicialmente através da ocupação dos bairros implantados pela USIMINAS, ao sul da área ocupada pela usina. Até 1967, o crescimento da cidade ainda era mais significativo nestes bairros, embora já estivessem implantados diversos loteamentos ao norte, onde verifica-se um processo incipiente de ocupação (IPATINGA, 1991).

Tem início então a formação da Aglomeração urbana do Vale do Aço, num processo presidido e controlado mais pelo poder empresarial do que pelo poder público, intensificando-se a interdependência entre três municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo. Ipatinga se destacava como núcleo urbano mais dinâmico, oferecendo uma rede de serviço mais intensa e uma estrutura econômica a níveis crescentes, exercendo forte atração regional.

A ocupação se deu ao longo preferencialmente das vias de ligação entre os três núcleos e sobre as áreas com declividades mais suaves. Em 1973, já estavam ocupados densa e continuamente o eixo Melo- Viana- Fabriciano; diversas ocupações esparsas observam-se ao longo da BR-381, eixo de ligação Acesita/ Fabriciano/Ipatinga; o eixo Acesita/Timóteo apresentava grande potencial de expansão, com a implantação de diversos loteamentos descontínuos. No gráfico a seguir podemos observar o Censo demográfico do Vale do Aço.

À medida que o mercado imobiliário passa a compartilhar com as usinas, o papel de agente da expansão, o padrão urbanístico se deteriora, dificultando a ação do setor público na oferta de serviços e equipamentos urbanos.

Em Ipatinga, a expansão urbana reflete o contraste entre os bairros planejados pela usina e pelos loteamentos implantados pelo mercado imobiliário, que predominam no vetor norte do município, seu principal vetor de expansão. No município de Coronel Fabriciano, verifica-se o processo de crescimento mais espontâneo e desordenado.

Até da década de 1990, a ocupação se caracterizava pela descontinuidade física, entremeadas de vazios, mesmo entre Timóteo e Coronel Fabriciano, que se encontram conurbados, Ipatinga e Coronel Fabriciano (Amaro Lanari) e Ipatinga e Mesquita (Bairro Industrial). O município e Santana do Paraíso foi incluído no Aglomerado Urbano do Vale do Aço, que passará a ser denominado Região Metropolitana do Vale do Aço. O crescimento populacional da região está apresentado na Tabela 4.

Tabela 4. Região Metropolitana do Vale do Aço: Crescimento populacional das cidades (2020).

Municípios	Anos						
	1970	1980	1991	2000	2006	2010	2020*
Belo Oriente	-	-	16.718	19.516	21.369	23.397	26.994
Coronel Fabriciano	41.120	75.071	87.439	97.451	104.851	103.694	110.290
Ipatinga	47.882	150.318	180.069	212.496	236.363	239.468	265.409
Santana do Paraíso	-	-	-	18.155	21.907	27.265	35.639
Timóteo	32.760	50.601	58.298	71+478	81.219	81.243	90.568

Fonte: IBGE (2020).

### 3.3. Os fluxos estabelecidos entre Ipatinga e a região metropolitana

Nesse subitem buscamos analisar as relações urbano-regionais estabelecidas entre Ipatinga e os demais municípios da região metropolitana no Vale do Aço, a partir dos fluxos levantados pelo REGIC (2018), no que cerne o comércio e os serviços públicos e privados.

Para isso utilizamos a metodologia desenvolvida por Souza (2020) que considerou em sua análise as relações estabelecidas pela saúde de média e alta complexidade, pela educação nos níveis técnico e superior, e pelo comércio. Para o autor a necessidade em se considerar os fluxos estabelecidos na região é de suma importância, visto que,

“[n]o contexto da Urbanização Contemporânea, as cidades assumiram diferentes papéis, sobretudo em nível regional, cujas funções exercidas pelos centros urbanos de maior porte levaram a consolidação de fluxos cotidianos oriundos de outras cidades/municípios. Tais relações estabelecidas têm ocorrido tanto por necessidades básicas, como saúde, educação e serviços imprescindíveis, como também por motivações associadas aos interesses individuais de busca pela satisfação das aspirações concatenadas ao sentimento de bem-estar. [...] Deste modo, defendemos que no contexto evidenciado se torna primordial que os estudos urbanos considerem também em sua análise as relações de dependência estabelecidas em nível regional, acrescentando aos recortes de análise tradicionalmente utilizados – municipal e intraurbano, o estudo das relações estabelecidas entre municípios/cidades [...]” (SOUZA, 2020, p. 28-29).

A região de Ipatinga é de extrema importância para o estado de Minas Gerais, seja por suas riquezas naturais seja por sua importância econômica. Fato é que reconhecer os fluxos existentes é entender como a cidade ultrapassa as suas fronteiras.

O IBGE sistematizou os fluxos estabelecidos na rede urbano-regional, através do REGIC, com resultados apresentados em 1993, 2007 e, mais recentemente, em 2018. Tais estudos têm possibilitado um maior reconhecimento no território brasileiro a partir das interações oriundas dos fluxos da globalização e da articulação entre as cidades (SOUZA, 2020). De acordo com o REGIC (2018) os municípios da região metropolitana do Vale do Aço se configuram conforme Quadro 1.

Temos que todas as cidades compõem a rede urbano-regional de Belo Horizonte (metrópole nacional); as áreas urbanas que formam o arranjo populacional de Ipatinga (formadas por Belo Oriente, Bugre, Coronel Fabriciano, Ipaba, Ipatinga, Jaguaráçu, Marliéria, Naque, Santana do Paraíso e Timóteo) se configuram como Capital Regional C, o que aponta que esse arranjo populacional tem influência diretamente maior que Belo Horizonte em parte da rede urbana, mas não em todas as atividades a não ser àquelas de menor complexidade ou



nas que a cidade possua função bem definida. Caratinga foi a única cidade que se configurou como Centro Sub-regional B, o que significa seu papel hierárquico frente a dois municípios – Bom Jesus do Galho e Vargem Alegre. As cidades de Açucena, Antônio Dias, Braúnas, Córrego Novo, Dionísio, Dom Cavalcanti, Iapu, Joanésia, Mesquita, Pingo D’água, S. José do Oriente e S. José do Goiabal foram classificadas como centro local, o que corresponde a uma influência exercida dentro do território municipal. As cidades de Periquito e Sobrália, apesar de fazerem parte do colar metropolitano do Vale do Aço, fazem parte da rede urbano-regional de Governador Valadares, importante cidade da mesorregião do Vale do Rio Doce.

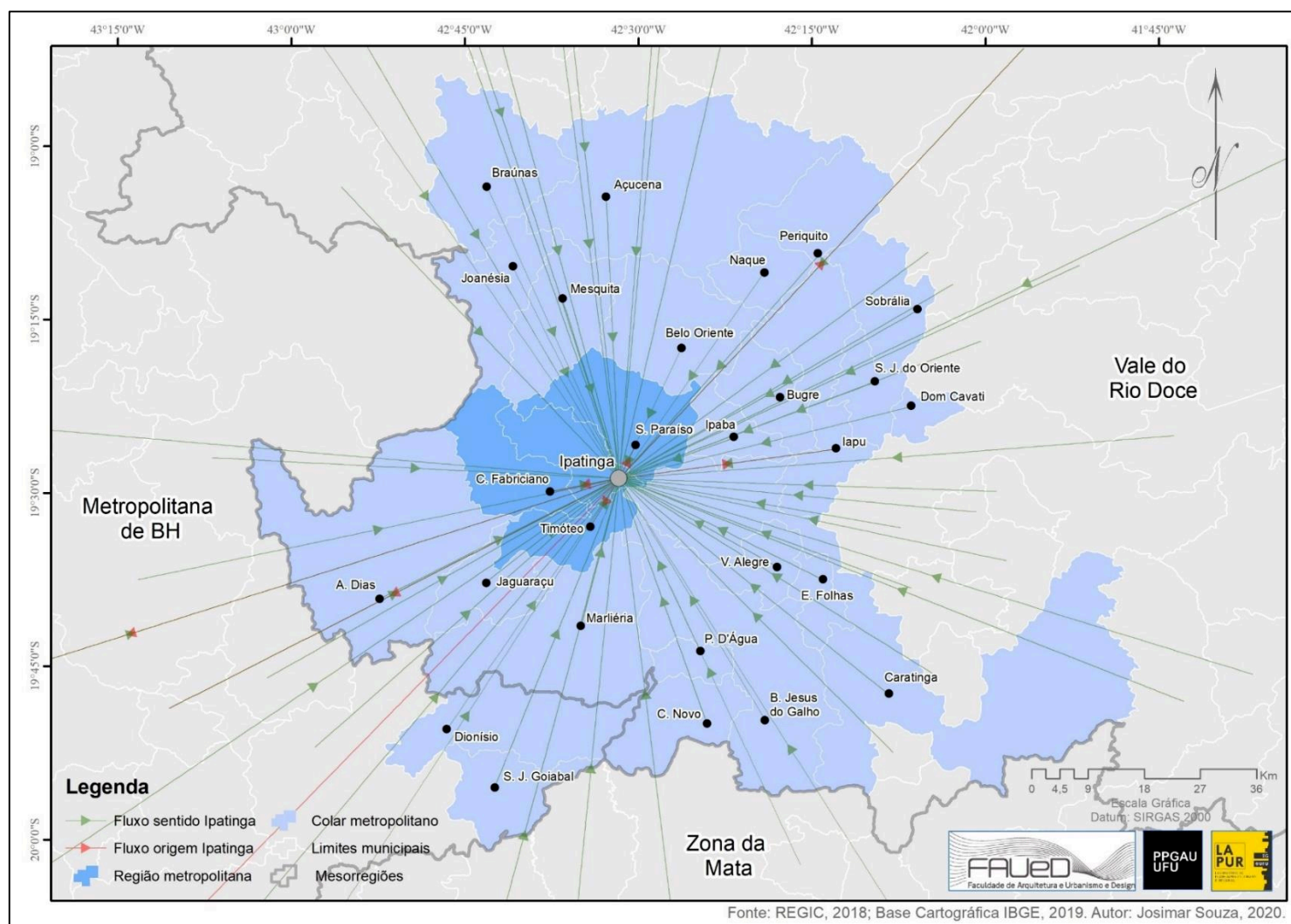
Quadro 1. Região Metropolitana do Vale do Aço: Configuração hierárquica da rede Urbano-regional (2018).

<b>Metrópole Nacional</b>	<b>Capital Regional C</b>	<b>Centro Sub-Regional B</b>	<b>Centro Local</b>
Belo Horizonte	Arranjo Populacional de Ipatinga  (Formado por: Belo Oriente, Bugre, Coronel Fabriciano, Ipaba, Ipatinga, Jaguaracu, Marliéria, Naque, Santana do Paraíso e Timóteo)	-	Açucena Antônio Dias Braúnas Córrego Novo Dionísio Dom Cavalcanti Iapu Joanésia Mesquita Pingo D’água S. José do Oriente S. José do Goiabal
		Caratinga	B. Jesus do Galho Vargem Alegre
	Governador Valadares	-	Periquito Sobrália

Fonte: REGIC (2020).

A configuração dos fluxos, apontadas pelo REGIC (2018) são apresentados na Figura 53. Os fluxos de origem e destino foram identificados pelo estudo baseados nos seguintes critérios: compra de vestuário e calçado; compra de móveis e eletrodomésticos; saúde de baixa e média complexidade; saúde de alta complexidade; ensino superior; atividades culturais; atividades esportivas; aeroporto; transporte de passageiros; insumos agrícolas; maquinários agrícolas; assistência técnica e destino da produção agropecuária. A intensidade desses critérios foi utilizada para a classificação em níveis hierárquicos.

Figura 53. Relações/fluxos estabelecidos entre Ipatinga e demais municípios.



Fonte: REGIC (2018). Autor: Souza, J. R. (2020).

Através da figura anterior foi possível verificarmos que as relações estabelecidas no sentido outros municípios/cidades para Ipatinga extrapola os limites do colar metropolitano, visto que essa cidade é um importante polo regional. Já em relação aos fluxos oriundos de Ipatinga, as cidades de Belo Horizonte, Governador Valadares e das outras três que compõem a região metropolitana (Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo), são aquelas que aparecem como principal destino.

Cabe destacar que o desenvolvimento econômico proporcionado a partir da construção da USIMINAS (1956), e também pela inclusão do município na RMVA (1988), contribuiu para viabilizar os fluxos materiais e imateriais que passam pela região, colocando a cidade de Ipatinga atrativa para investimentos. A partir desta constatação, a cidade despontou-se, em relação as demais, devido as boas condições de sua infraestrutura urbana, principalmente de saneamento básico e de acesso aos serviços de saúde de média e alta complexidade.

Em relação aos fluxos estabelecidos pela saúde de média e alta complexidade, Souza (2020) aponta que,

“[n]as cidades esse acesso está condicionado diretamente a existência ou não de infraestrutura, equipamentos, laboratórios e pessoal especializado. Depende também das condições de acesso, seja pelo atendimento via SUS ou, no caso das infraestruturas de saúde privados, das condições de renda da população. Ademais, o porte das cidades também se relaciona com esse indicador, visto que nas pequenas cidades há tendência de existir apenas equipamentos de saúde básica, sendo que em casos de enfermidades que necessitam de atendimento mais especializado os habitantes têm que recorrer a cidades maiores que possuem infraestrutura de média e alta complexidade, laboratórios, clínicas, hospitais particulares, além de um maior rol de especialidades médicas. Tal processo ocorre em maior ou menor grau em todas as regiões do país, contribuindo assim para na configuração de redes urbanas regionais a partir dos fluxos da saúde” (SOUZA, 2020, p. 216).

Neste estudo, torna-se importante analisar os fluxos na saúde entre os municípios que possuem influência de Ipatinga, principalmente nos casos secundários e terciários onde o município se destaca em relação aos demais, devido a sua infraestrutura e tecnologia avançada no tratamento de algumas patologias. Se tratando disso, Ipatinga é referência em serviços de alta complexidade, como oncologia e hemodiálise, além de ser o único transplantador do leste e nordeste de Minas Gerais atendendo a diversas cidades dessas regiões. Deste modo, vale destacar que a concentração destes serviços no polo regional de Ipatinga, evita que os pacientes da região e do colar metropolitano em casos específicos se desloquem até Belo Horizonte para dar prosseguimento aos seus tratamentos.

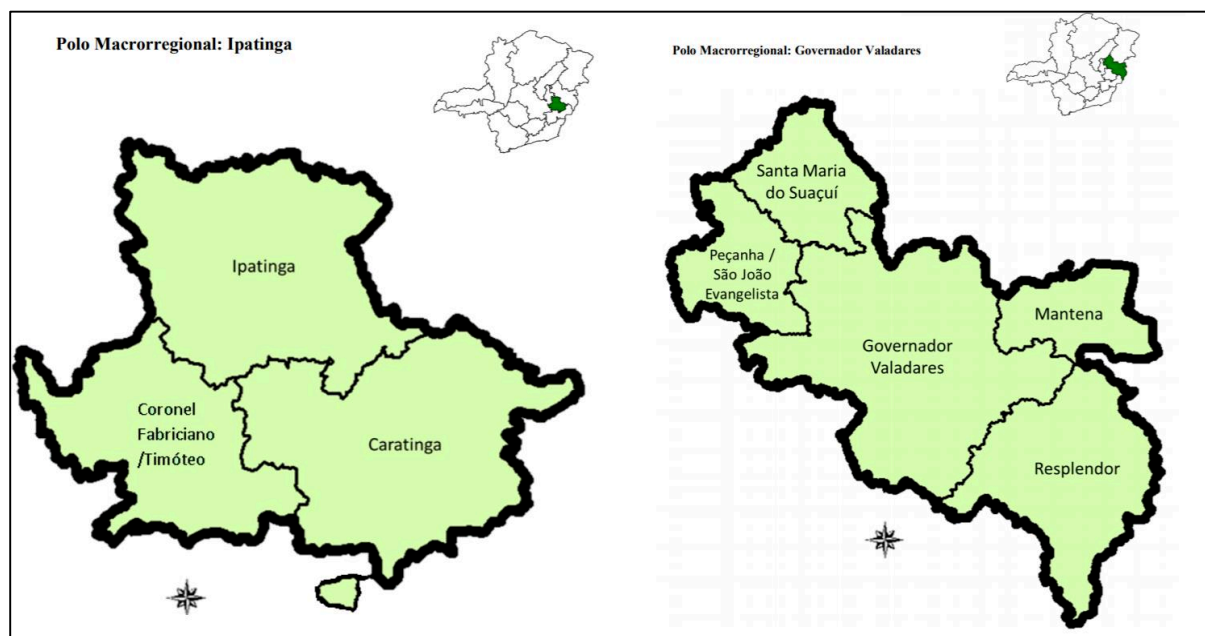
A concentração dos equipamentos urbanos de saúde se dá na cidade de Ipatinga devido a diversos fatores, dentre eles o histórico de “cidade planejada” na qual já contava com hospitais desde a instalação da USIMINAS, década de 1960, e também por ser uma cidade que orienta os fluxos na região do Vale do Aço.

Souza (2020) aponta ainda que,

“[a] distribuição dos equipamentos está relacionada a três características, a saber: o porte populacional das cidades; o nível de renda da população; e a intensidade das relações estabelecidas entre elas. A primeira está relacionada ao próprio processo de urbanização que consequentemente produziu uma maior diversificação dos serviços (incluindo os de saúde) ao nível que as cidades cresceram. A segunda se relaciona a capacidade da população de ter acesso aos serviços de saúde privada, via planos de saúde ou não, sendo essa capacidade de renda que condiciona a existência e ampliação da assistência privada nas cidades. A terceira se relaciona a configuração da saúde pública e privada no território e as interações realizadas a partir das necessidades de locomoção da população por motivos de saúde” (SOUZA, 2020, p. 316-317).

Em se tratando da saúde pública, temos que em Minas Gerais a gestão pública da saúde se dá a partir da definição de macrorregiões e microrregiões da saúde, conforme o Plano Diretor de Regionalização da Saúde (PDRS), instrumento criado em 2011 pela Secretaria do Estado da Saúde de Minas Gerais com o objetivo de “[...] constituir um dos pilares para estruturação e descentralização dos sistemas de cogestão e organização dos serviços de saúde em redes, tendo em vista possibilitar o direcionamento equitativo da implementação das políticas públicas.” (PDRS, 2011, p. 19). O resultado da sua implementação e atualização nos anos posteriores foi a articulação do território mineiro em 14 macrorregiões e 89 microrregiões (PDRS, 2018), cuja área de estudo compõem duas macros da saúde – Ipatinga e Governador Valadares, e oito micros, conforme Figura 54.

Figura 54. Configuração da saúde na área de estudo.



Fonte: PDRS (2020).

Os fluxos estabelecidos pela saúde na área de estudo (de média e alta complexidade) são apresentados nas figuras 55 e 56a. Conforme o PDRS (2018), a Macro-regional Ipatinga ficou adscrita à três micros circunvizinhas, Caratinga, Ipatinga e Coronel Fabriciano/Timóteo cujo fluxo, na atenção terciária, são direcionados à Ipatinga.

Convém apontar que a microrregião de Ipatinga, é composta pelos municípios que fazem parte da RMVA e alguns municípios do colar metropolitano. Dados da Secretaria Municipal de Saúde de Ipatinga (PMI, 2020), indica que os cinco principais hospitais do Vale do Aço contam com 68 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) sendo divididos entre o setor público e privado: Márcio Cunha (30), Vital Brazil (8), São Camilo (10), Unimed (10) e Municipal de Ipatinga (10).

Ainda de acordo com o PDRS (2018) o Hospital Municipal de Ipatinga (HMI) e o Hospital Marcio Cunha (HMC), são os dois estabelecimentos de saúde de média e alta complexidade instalados em Ipatinga. A instituição hospitalar mantida pela Prefeitura Municipal de Ipatinga é a única com atendimento 100% pelo SUS (PMI, 2020). Já o HMC, um hospital privado é mantido pela Fundação São Francisco Xavier (FSFX<sup>24</sup>) que possui convênio

<sup>24</sup> A Fundação São Francisco Xavier é uma Entidade Filantrópica de direito privado, composta por sete unidades de negócio: os hospitais Márcio Cunha (HMC); o Hospital Municipal Carlos Chagas (HMCC), em Itabira; Hospital de Cubatão (HC), em Cubatão-SP; o Colégio São Francisco Xavier (CSFX), a operadora de planos de

de atendimento e prestação de serviços aos seus pacientes através do SUS e de outros planos médicos. Sendo um centro de saúde de alta complexidade, o HMC é um hospital geral e possui atendimentos e serviços nas áreas de ambulatório, pronto-socorro, internação e serviços de diagnósticos. Atualmente conta com um total de 530 leitos de internação e leitos de UTI em duas unidades hospitalares, além de uma terceira Unidade de Oncologia exclusiva (HOSPITAL MARCIO CUNHA, 2020).

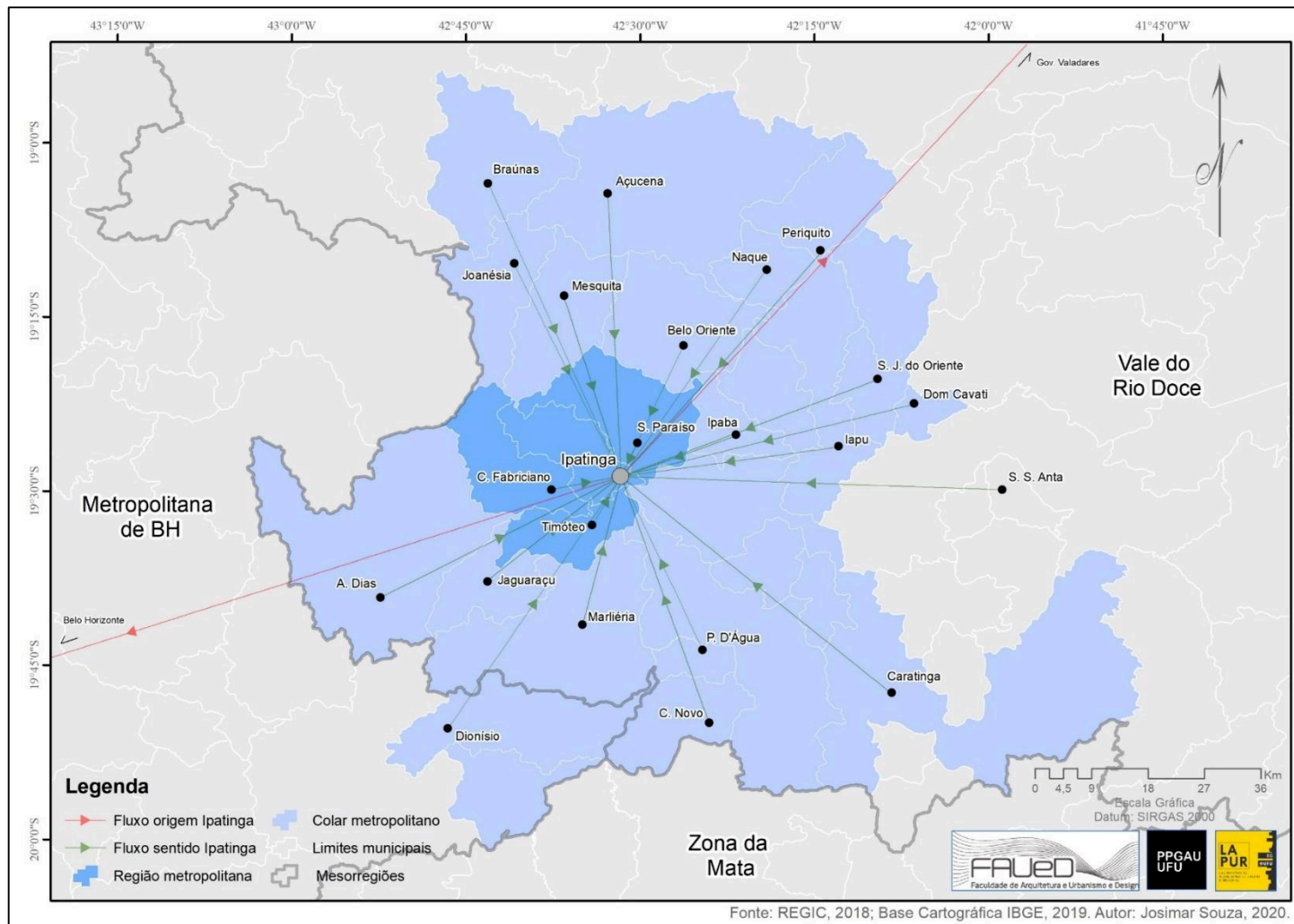
Ipatinga conta também com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) sua estrutura e de complexidade intermediária, entre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as portas de urgência hospitalares. A importância da UPA em Ipatinga contribui para diminuir as filas nos prontos-socorros dos hospitais. Convém apontar que a UPA oferece uma estrutura simplificada em relação aos hospitais de média e alta complexidade da região, onde conta com raio-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. Além da Unidade de Pronto Atendimento localizada em Ipatinga, os municípios de Caratinga, Coronel Fabriciano e Timóteo contam também com uma UPA cada.

Conforme observa-se nas figuras a seguir, todos os fluxos da RGI direcionam para Ipatinga. Esses fluxos cujo sentido é em sua maioria unilateral, se comparado com os demais municípios da região, nota-se que predominantemente os municípios menores que compõem a rede urbana de Ipatinga, não possuem centros de saúde de média e alta complexidade, compondo os seus estabelecimentos de saúde somente centros de urgência e emergência como também Unidade de Atenção Básica a Saúde (UBS) que operam pela rede do SUS. Para os pacientes que necessitam de uma internação de pronto atendimento estes são encaminhados para as UPA do Vale do Aço ou para os hospitais de média complexidade da macrorregião e nos casos de alta complexidade, são enviados para o único hospital de referência em Ipatinga sendo transferidos também para a capital mineira Belo Horizonte os casos que apresentam uma complexidade ainda maior.

---

saúde Usisaúde, o Centro de Odontologia Integrada (COI) e a VITA – Soluções em Saúde Ocupacional. Atualmente, possui quase 6 mil colaboradores e está presente em cinco estados (<https://fsfx.com.br/>).

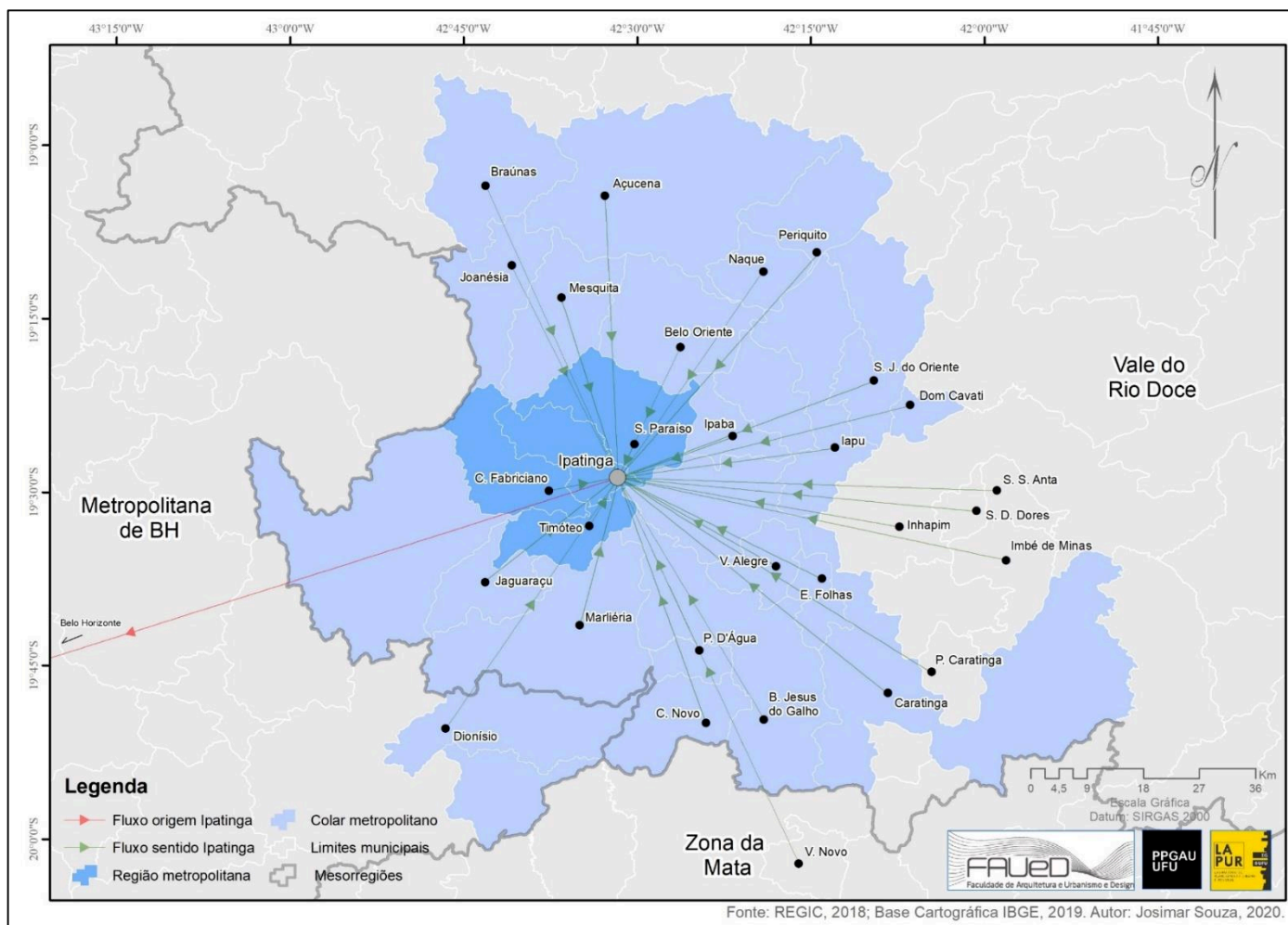
Figura 55. Relações/fluxos estabelecidos pela saúde de média complexidade entre Ipatinga e demais municípios.



Fonte: REGIC (2018). Autor: Souza, J. R. (2020).



Figura 56a. Relações/fluxos estabelecidos pela saúde de alta complexidade entre Ipatinga e demais municípios.



Fonte: REGIC (2018). Autor: Souza, J. R. (2020).

A atenção básica à saúde é a principal porta de entrada ao serviço público de saúde e o principal meio de controle de enfermidades. O município conta com especialistas além da análises clínicas. Sobre as especialidades médicas temos (Tabela 5):

Tabela 5. Ipatinga (MG): Especialidades médicas.

<b>Médicos</b>	<b>Quantidade</b>
Médico Anestesiologista	6
Médico Cirurgião Geral	4
Médico Clínico	291
Médico Generalista Alopata	3
Médico Ginecologista Obstetra	11
Médico da estratégia de Saúde da Família	34
Médico de família e comunidade	1
Médico Pediatra	51
Médico psiquiatra	12
Médico em radiologia e diagnóstico por imagem	25
Médico acupunturista	1
Médico alergista e imunologista	4
Médico anatomopatologista	3
Médico angiologista	6
Médico Cardiologista Intervencionista	3
Médico cancerologista pediátrico	3
Médico cardiologista	33
Médico dermatologista	6
Médico do trabalho	2
Médico em endoscopia	1
Médico endocrinologista e metabologista	2
Médico gastroenterologista	1
Médico infectologista	3
Médico nefrologista	11
Médico neurologista	23
Médico nutrologista	2
Médico oftalmologista	15
Médico oncologista clínico	29
Médico ortopedista e traumatologista	5
Médico otorrinolaringologista	5
Médico pneumologista	3
Médico radioterapeuta	2
Médico urologista	1
<b>Total</b>	<b>602</b>

Fonte: DATASUS (2020).

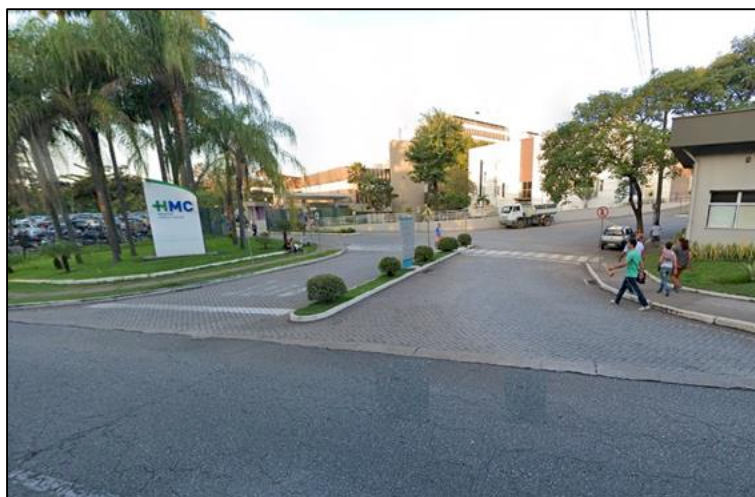
Tabela 6. Ipatinga (MG): Estabelecimentos de saúde.

<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>Quantidade</b>
ACADEMIA DA SAÚDE	3
CENTRAL DE REGULAÇÃO	3
CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA DAS URGÊNCIAS	1
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS	2
CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BASICA DE SAÚDE	22
CLÍNICA ESPECIALIZADA/AMBULATÓRIO ESPECIALIZADO	126
CONSULTÓRIO	420
COOPERATIVA	1
FARMÁCIA	3
HOSPITAL GERAL	3
LABORATÓRIO DE SAUDE PUBLICA	1
POLICLÍNICA	10
POSTO DE SAÚDE	3
PRONTO ANTEDIMENTO	3
SECRETARIA DE SAÚDE	1
SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR ISOLADO (HOME CARE)	1
UNIDADE DE SERVIÇO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	28
UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSP-URGENCIA/EMERGENCI	4
<b>Total</b>	<b>637</b>

Fonte: DATASUS (2020).

As figuras 56b a 56f apresentam as principais infraestruturas de saúde existentes em Ipatinga. As três primeiras correspondem a rede hospitalar pública e os demais a iniciativa privada.

Figura 56b. Ipatinga (MG): HMC – unidade 1.



Fonte: *Google Imagens* (2020).

Figura 56c. Ipatinga (MG): HMC – unidade 2.



Fonte: *Google Imagens* (2020).

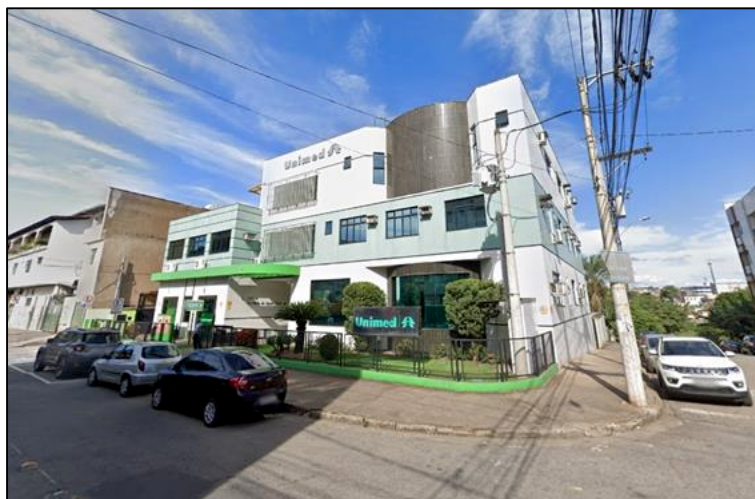
Figura 56d. Ipatinga (MG): Hospital Márcio Cunha Unidade 2 - Bairro Bom Retiro



Fonte: *Google Imagens* (2020).

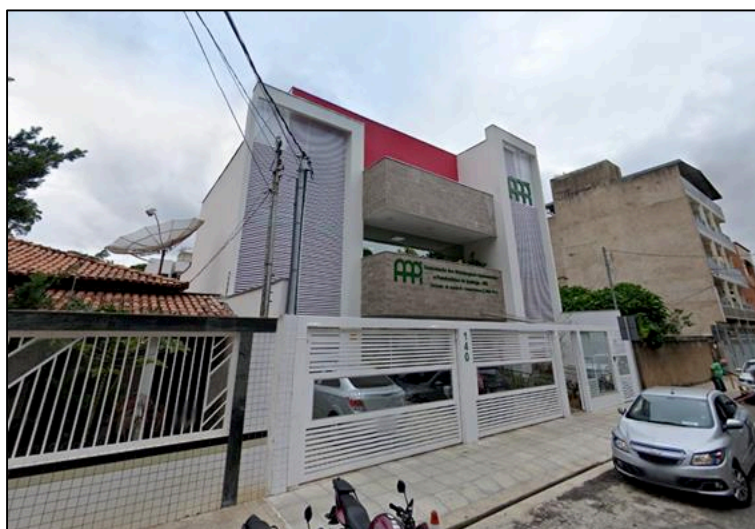


Figura 56e. Ipatinga (MG): Clínica Monte Sinai – Centro



Fonte: *Google Imagens* (2020).

Figura 56f. Ipatinga (MG): Hospital Unimed Vale do Aço - Bairro Veneza



Fonte: *Google Imagens* (2020).

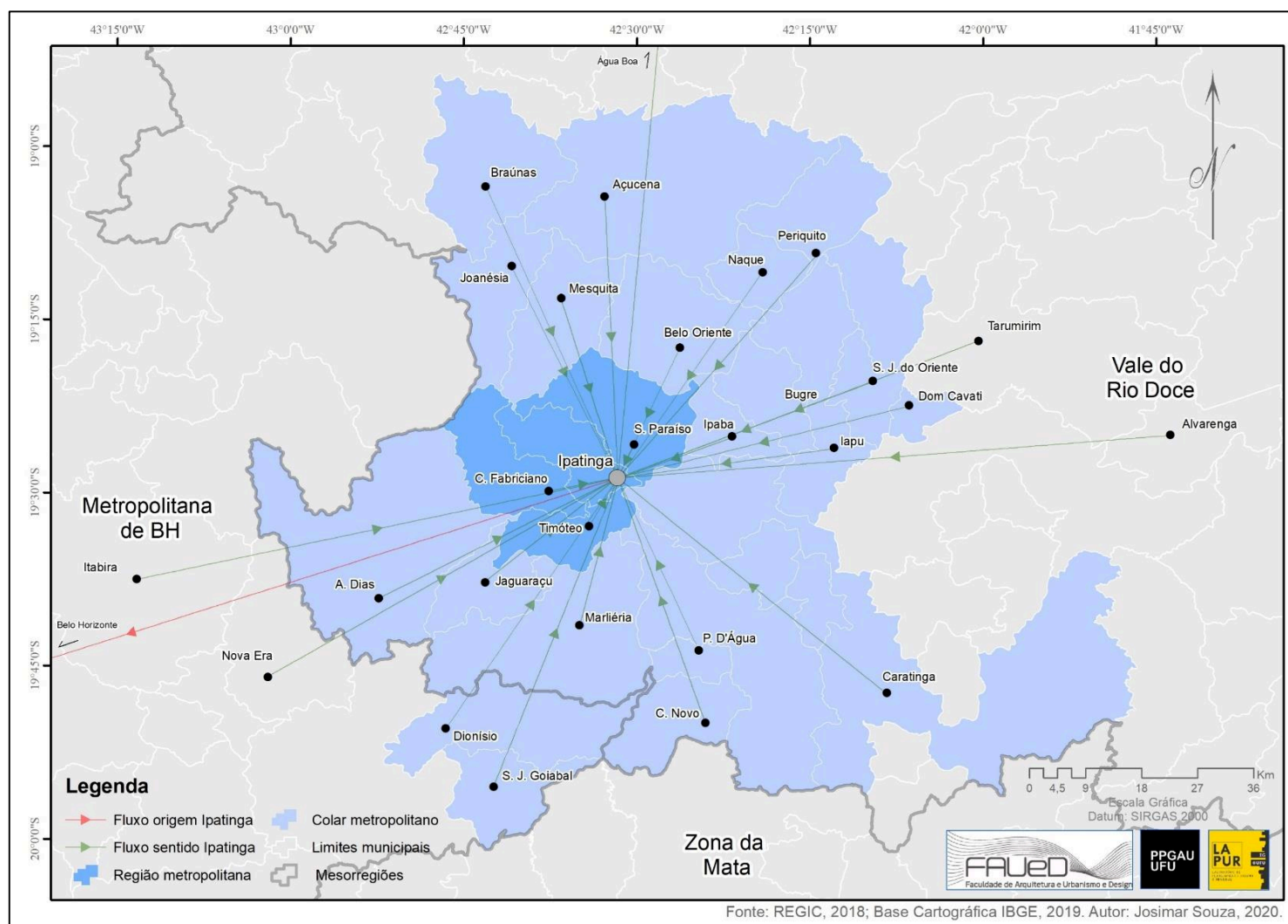
Sendo um importante polo atrativo no setor de Saúde, Ipatinga apresenta também se apresenta como forte na rede no sistema educacional e se destaca em relação aos outros municípios na região leste do estado de Minas Gerais. A nível urbano-regional as funções assumidas pelo ensino na cidade de Ipatinga, as necessidades de deslocamentos diários motivados pela educação. Em relação ao ensino técnico e superior, Souza (2020) aponta que,

“a educação é uma das dinâmicas primordiais para o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos indivíduos, sendo os ensinos superior e técnico essenciais nesse processo, visto que os níveis de formação estão diretamente relacionados a renda e demais aspectos que permeiam a

qualidade de vida. Assim, entender as relações existentes [...] oriundas dos deslocamentos motivados pela educação e consequentemente, as interferências dessa necessidade nos níveis de vida da parcela da população que busca em outras cidades uma melhor formação profissional” (SOUZA, 2020, p. 351).

Os fluxos da educação na área de estudo são apresentados na figura 57.

Figura 57. Relações/fluxos estabelecidos pela educação entre Ipatinga e demais municípios.



Fonte: REGIC (2018). Autor: Souza, J. R. (2020).



Nota-se que as cidades do entorno direcionam seus estudantes para a cidade de Ipatinga, principalmente no que se refere a educação superior. Muito jovens saem de suas cidades em ônibus fretados pelas prefeituras das cidades do entorno de Ipatinga para fazerem cursos técnicos e superior nas faculdades de Ipatinga.

Entre os cursos mais procurados da cidade estão letras, direito, engenharias, administração e na área da saúde temos os cursos de enfermagem e fisioterapia. Ainda na área da saúde vale ressaltar que entre os alunos no nível técnico, há um grande número de inscritos na Fundação São Francisco Xavier, pois a mesma direciona para estágios no Hospital Marcio Cunha, este pertencente ao SUS que é muito demandado para emergências e urgências na Região Metropolitana do Vale do Aço, que conta com 530 leitos para 2 unidades e atende em média mais de 1 milhão de pessoas anualmente, realizando também exames laboratoriais e de diagnóstico por imagem.

Ainda sobre a educação Ipatinga possui diversas instituições entre presenciais e Educação a Distância, dentre elas destacam-se a Faculdade de Direito de Ipatinga, FADIPA, a faculdade particular criada no ano de 1993. A Faculdade Pitágoras de Ipatinga também particular, conta com 3 campus, oferecendo 8 cursos. Vinculado as Faculdades Católicas, o campus da Saúde da Unileste em Ipatinga oferece cursos de graduação, pós-graduação e EAD. Vale destacar a importância da Faculdade de Medicina do Vale do Aço idealizada em 1995 e é uma instituição importante no campo da saúde.

No que se refere às instituições de ensino público, o Instituto Federal de Minas Gerais IFMG é o de maior expressividade, contando com cursos médio, técnico e o curso superior em engenharia elétrica. A seguir apresentaremos o Quadro 2 com todas as instituições e ensino do município.

Quadro 2. Ipatinga – MG: Instituições de ensino superior.

Instituição	Instituição
FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL
Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO
FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI
Faculdade Única de Ipatinga	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE BH
Faculdade São Francisco Xavier	Centro Universitário Presidente Antônio Carlos
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS	FACULDADE PROMINAS DE MONTES CLAROS
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA
UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	Faculdade Multivix Serra
FACULDADE DOM ALBERTO	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Faculdade Católica Paulista	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MG
Faculdade Católica Paulista	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
FACULDADE IBRA DE BRASÍLIA	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
Faculdade de Direito de Ipatinga	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL
INSTITUTO FEDERAL DE MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVENI	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC
Centro Universitário Favip Wyden	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA
Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	FACULDADE ALFA AMÉRICA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVENI	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA	Centro Universitário das Américas
UNIVERSIDADE SANTO AMARO	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA
UNIVERSIDADE PAULISTA	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM - BOSCO
UNIVERSIDADE CESUMAR	Centro Universitário UNIBTA
CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	Faculdade Kennedy de Ipatinga
UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	FACULDADE INSTITUTO BRASIL DE ENSINO - IBRA
CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS	FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA
FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVENI

Fonte: E-MEC (2020). Org.: Souza (2020).

Figura 58. Ipatinga – MG: Faculdade de Medicina UNIVAÇO, bairro Veneza, ao Lado a faculdade de Direito de Ipatinga (FADIPA).



Foto: SILVA, M. R. (2020).

A cidade de Ipatinga apresenta uma maior rede de comércio e serviços que são fatores que influenciam e favorecem na migração pendular, para a busca de trabalho ou a procura de serviços de saúde como abordado anteriormente. Em Ipatinga, a migração pendular também pode se ser observada na educação. A busca por instituições do nível técnico e superior é responsável pelo fluxo considerável de jovens e adultos que se deslocam diariamente das cidades vizinhas até universidades e centros educacional de estudos técnicos em Ipatinga.

Do mesmo pode se observar a relação que as cidades da região metropolitana e colar metropolitano estabelecem ao comércio e serviços. Atualmente, Ipatinga se destaca também como um importante polo regional comercial. Nela se encontra o maior *shopping center* da região leste e nordeste do estado de Minas Gerais o Shopping do Vale do Aço, próximo a ele está em construção o primeiro empreendimento do vale do aço com heliponto. Lançado como o mais moderno e arrojado “Corporate Building” do interior de Minas Gerais, o *Ipatinga Tower* foi pensado para ser um complexo multiuso de alto padrão que oferece em uma mesma localização centros de consumo, escritórios corporativos e unidades residenciais e hotel (DIARIO DO AÇO, 2018).

Figura 59. Ipatinga – MG: Centro médico e escritórios corporativos.

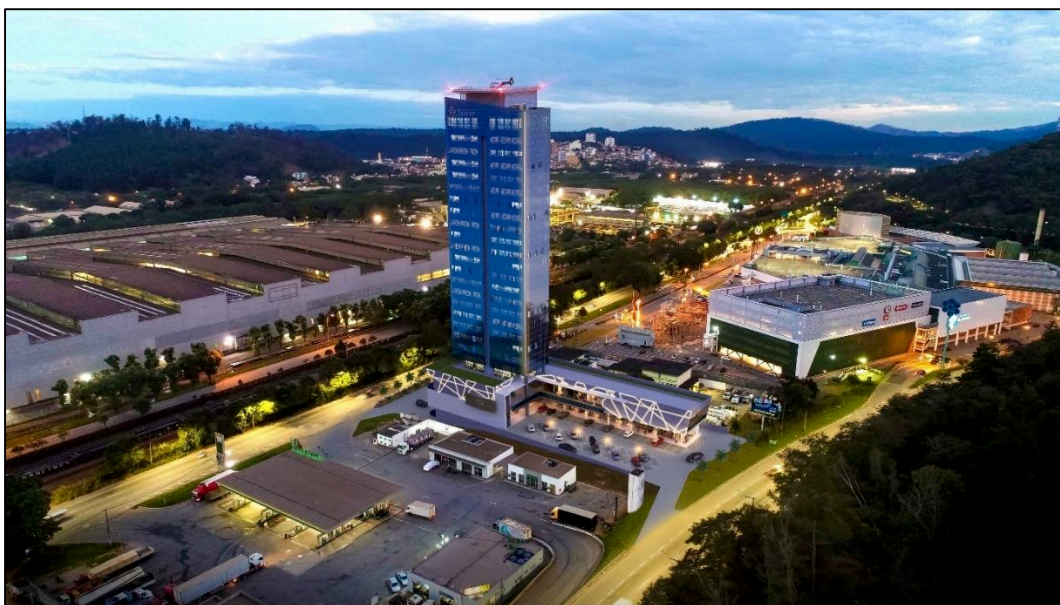


Foto: *Google Imagens* (2020).

No contexto da urbanização contemporânea, o consumo é um importante indicador para analisar os fluxos no território. Criando ruas/bairros/setores especializados em muitas cidades, como é o caso da Rua 25 de Março em São Paulo:

“[n]o contexto contemporâneo marcado pelo papel assumido pelas cidades e pelos fluxos no território, cumpre analisarmos [...] dimensões que mostrem a satisfação do indivíduo a partir do alcance de suas aspirações, que são delineadas durante sua vida pelas experiências adquiridas. Para atrelar tal constatação com o estudo ora proposto, escolhemos às relações de comércio como dimensão de análise, pois acreditamos que nas cidades de hoje os padrões de consumo são responsáveis por parte considerável da vida urbana, sendo que esse fenômeno tem marcado e orientado cada vez mais às aspirações humanas relacionadas ao bem-estar” (SOUZA, 2020, p. 375).

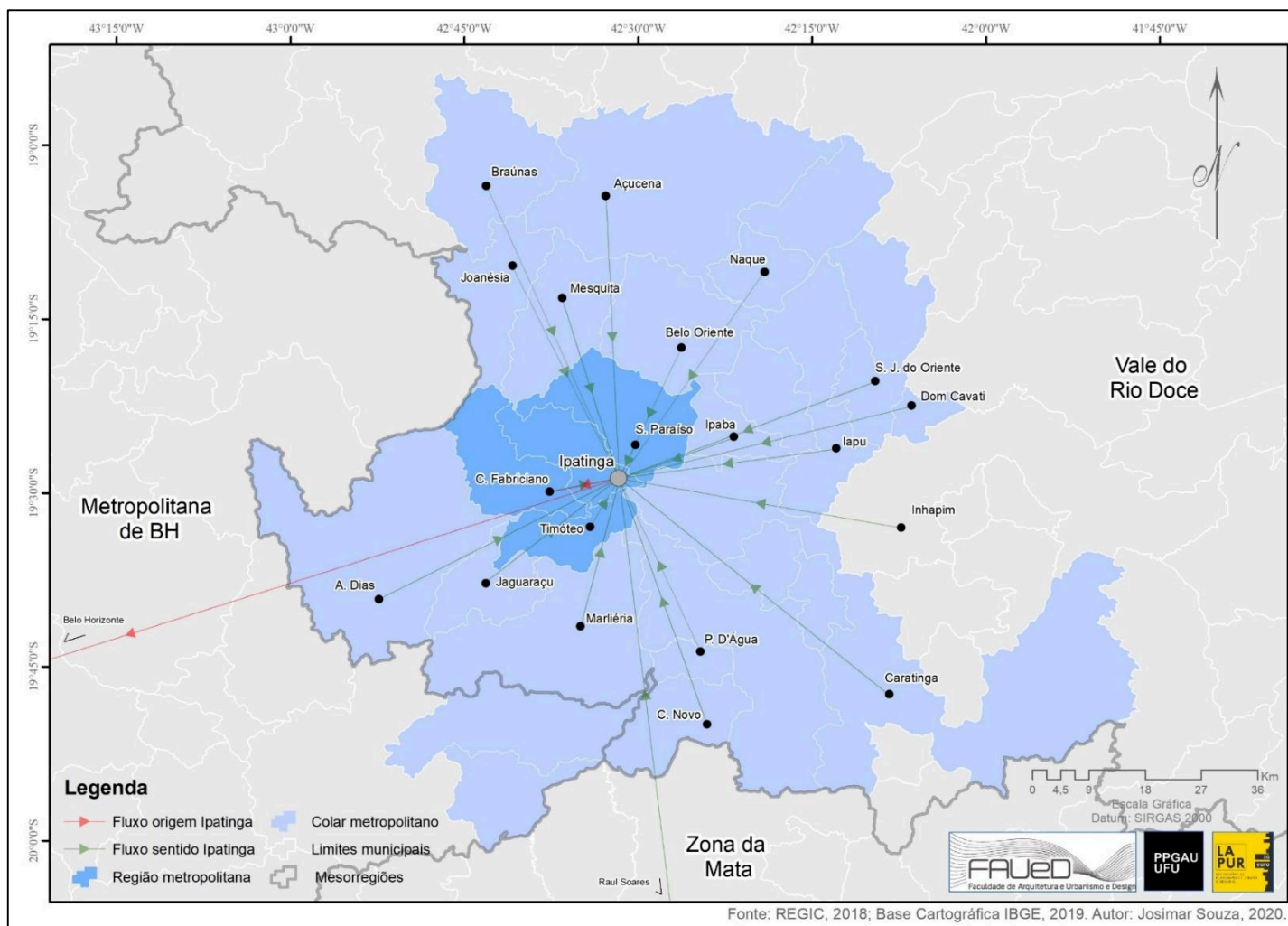
Ainda de acordo com o autor, as cidades que apresentam um maior porte populacional tendem a possuir uma maior rede de comércio e serviços, se consolidado como polo de atração para pessoas oriundas de cidades/municípios menores (SOUZA, 2020). Tal condição também faz parte como elemento de análise do REGIC (IBGE, 2018) na qual a configuração dos fluxos de comércio e serviços da RGI de Ipatinga são apresentados e analisados.

De acordo como os dados apresentados, Ipatinga desponta como a principal cidade de sua região que possui uma rede de atividades ligadas ao comércio e prestação de serviços mais consolidada em relação aos outros municípios. Este fator contribui para a geração de fluxos diários de pessoas provenientes dos demais localidades da RGI como também de outros municípios da macrorregião.

As figuras 60, 61 e 62 mostram os fluxos de comércio relacionados a compra de calçados, vestuário, móveis, eletrodomésticos e produtos/serviços relacionados ao agronegócio, como também de automóveis e autopeças.



Figura 60. Relações/fluxos estabelecidos pela compra de calçados e vestuário entre Ipatinga e demais municípios.



Fonte: REGIC (2018). Autor: Souza, J. R. (2020).

Em relação ao fluxo de pessoas pela compra de calçados e vestuários, verifica-se que além de Ipatinga, o município de Coronel Fabriciano possui a segunda melhor estrutura na RGI de Ipatinga. Entretanto esses fatos não se verificam em relação aos outros municípios do Colar Metropolitano, exceto Caratinga. Já os Santana do Paraíso e Timóteo, por mais que façam parte da RMVA como cidades sedes, ainda possuem uma dependência em relação as atividades comerciais das duas primeiras cidades supracitadas. O município de Santana do Paraíso, conforme mencionado na seção 2 é conurbado com Ipatinga e sua relação com o município vizinho é de dependência em relação alguns tipos de serviços. Os bairros dessa cidade como Parque Caravelas, Cidade Nova, Jardim Vitória, Industrial e Residencial Bethania são conhecidos em Ipatinga como “extensão” de cidade de Ipatinga em Santana do Paraíso devido o encontro destes dois municípios. Menciona-se assim que a maioria dos moradores destes respectivos bairros exercem sua força de trabalho, como também todas as atividades relacionadas ao comércio e consumo em Ipatinga.

Em relação a Belo Oriente, Iapu e Ipaba, estes por sua vez possuem uma rede de estabelecimentos comerciais em estruturação e de menor porte devido ao tamanho populacional. De acordo com Souza (2020) a tendência que se verifica é que quanto maior a população urbana maior é a quantidade e variedades de comércio/serviços.

Em relação ao comércio de calçados e vestuário, poucas são as variedades encontradas nestas localidades, estando presente alguns segmentos de ordem pequena e atendimentos aos locais. Deste modo, presencia-se uma dinâmica econômica e similar entre as localidades supracitadas e, além disso, esses municípios têm se destacado como “cidades dormitórios” no Vale do Aço, em que boa parte de seus residentes exercem suas atividades remuneradas em Ipatinga e voltam para suas residências, somente ao final da tarde depois do expediente de trabalho.

Neste sentido, denota-se que boa parte de seus residentes de Belo Oriente, Iapu e Ipaba realizam suas atividades ligadas ao consumo em Ipatinga, por este possuir uma maior variedade de produtos bem como preços mais acessíveis ao consumidor.

A configuração do comércio e serviços em Ipatinga possui uma dinâmica distinta em relação aos outros municípios da RGI. Composta por uma zona central bem estruturada e consolidada, possui uma capacidade de para atender um grande volume de pessoas diariamente. Além da zona central, a cidade possui outras centralidades urbanas com ruas e avenidas comerciais consolidadas, em que as atividades comerciais, ligadas ao consumo de calçados e



vestuários são a maioria. As figuras a seguir ilustram essa dinâmica terciária presente em Ipatinga.

Figura 61. Ipatinga – MG: Avenida 28 de abril (principal avenida comercial da cidade).



Fonte: *Google Maps* (2020).

Figura 62. Ipatinga – MG: Centro Comercial do Bairro Horto



Fonte: *Google Maps* (2020).

Figura 63. Ipatinga – MG: Centro Comercial de bairro no Bairro Cariru.



Fonte: *Google Maps* (2020).



Figura 64. Ipatinga – MG: Rua Comercial, Avenida Selim Jose de Sales, Bairro Canaã.



Fonte: *Google Maps* (2020).

Figura 65. Ipatinga – MG: Rua Comercial, Avenida Selim Jose de Sales, Bairro Canaã.



Fonte: *Google Maps* (2020).

Figura 66. Ipatinga – MG. Comércio Local bairro, Bom Jardim, Av. das Flores.



Fonte: *Google Maps* (2020).

A centralidade urbana no âmbito da legislação municipal é respaldada pela Lei nº 3.350, de 12 de junho de 2014 que institui o Plano Diretor Municipal - PDI. Por sua vez, a referida legislação, define centralidade como, o “espaço de concentração de atividades e movimento, caracterizando-se pela densidade, acessibilidade, diversidade, disponibilidade de infraestrutura e serviços” (PMI, 2014).

Em âmbito metropolitano o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI da RMVA em fase de conclusão, estabelece diretrizes para incentivar o desenvolvimento industrial, comercial, de turismo dentre outras áreas prioritárias na região. Deste modo, quando se refere às Centralidades Metropolitanas, Barbosa e Caldeira Junior (2016) elaboraram metodologias que definissem os critérios para a identificação e classificação destas centralidades onde classifica os elementos que irão definir uma centralidade metropolitana como: Serviços públicos, Equipamentos urbanos e Serviços.

Conforme os autores, a RMVA conta com oito Centralidades Metropolitanas, sendo estas classificadas em três níveis: A, B, C,

- Centralidade Metropolitana A se caracteriza por apresentar um alto nível de centralização/polarização na RMVA, ofertando um número elevado de serviços públicos e equipamentos e serviços.
- Centralidade Metropolitana B caracteriza-se por apresentar um médio nível de centralização/polarização na RMVA, ofertando um número considerável de Serviços Públicos e/ou Equipamentos e Serviços.
- Centralidade Metropolitana C caracteriza-se por apresentar um baixo nível de centralização/polarização na RMVA, ofertando um número razoável de Serviços Públicos e/ou Equipamentos e Serviços. (BARBOSA e CALDEIRA JUNIOR, 2016).

Do mesmo modo, cabe salientar que para Souza (2020) na contemporaneidade o consumo se estabelece principalmente a partir dos comércios e serviços fixados em sua maioria nas áreas urbanas, sendo esses constituídos tanto por empresas individuais como também por rede de lojas e de estabelecimentos.

Em Ipatinga assiste-se à entrada de novos agentes econômicos, instalados principalmente nos eixos de circulação das avenidas e as margens dos principais eixos rodoviários que conectam a Região Metropolitana do Vale do Aço. Há hipermercados (Coelho Diniz com três unidades, Êpa Supermercados, Mart Minas e quatro unidades da rede de Supermercados Bretas CencoSud); Lojas de departamentos (Riachuelo, C&A, Marisa, Lojas Renner, Lojas Americana) as quatro primeiras instaladas no Shopping do Vale. Além disso, observa-se uma concentração de concessionárias de automóveis (Chevrolet, Honda automóveis e motocicletas, Mitsubishi, Renault, Volkswagen, Citroën, Ford, Nissan, Peugeot, Fiat, Yamaha, Toyota), localizadas nas principais vias de circulação da cidade.

Conta também como franquias de redes de *fast food* (McDonalds, BurgerKing, Spoleto, Subway) este último com cinco unidades na cidade. Outras lojas de franquias estão presentes no Shopping do Vale como (Arezzo, Chillibbeans, Carmem Steffens, Melissa, Colcci, Havaianas, Hering, Imaginarium, Livraria Leitura, Lupo, O Boticário, dentre outras)<sup>25</sup>. Possui também agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Mercantil do Brasil, Santander, SICOOB) e caixas eletrônicos ligado à rede 24 Horas.

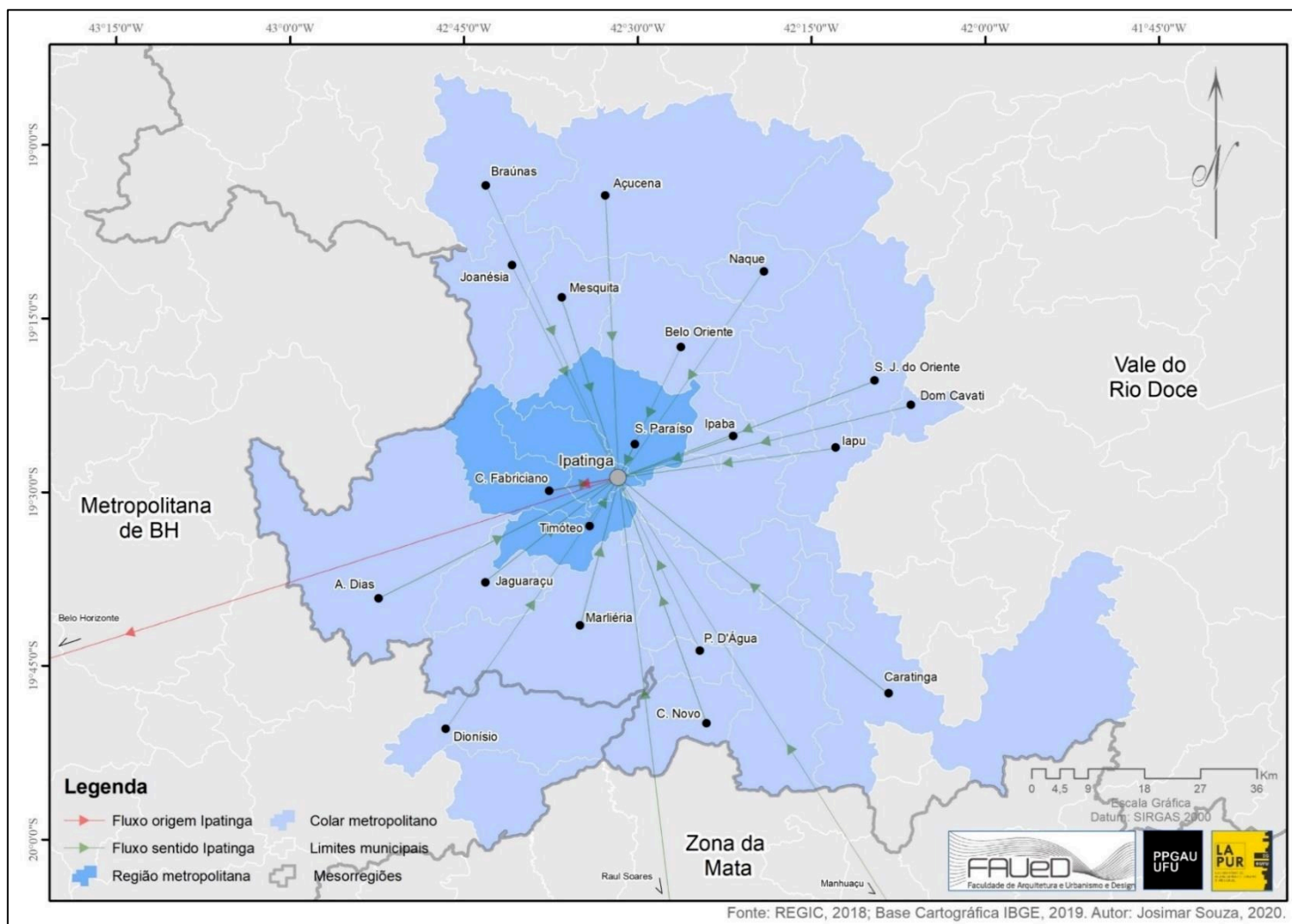
Outra relação na dinâmica territorial, cumpre analisarmos também a relação dos fluxos estabelecidos pela compra de móveis e eletrodomésticos entre Ipatinga e demais municípios de acordo com os elementos de análise do REGIC (2018). Em Ipatinga bem como nas principais cidades que compõem a RGI.

<sup>25</sup> <https://shoppingvaledoaco.com.br/loja.asp>

No que concerne ao setor primário da economia, denota-se que Ipatina bem como Coronel Fabriciano e Timóteo não possuem uma indústria agrícola desenvolvida consolidada bem como a participação da atividade econômica ligada a agropecuária é bastante incipiente neste três municípios.



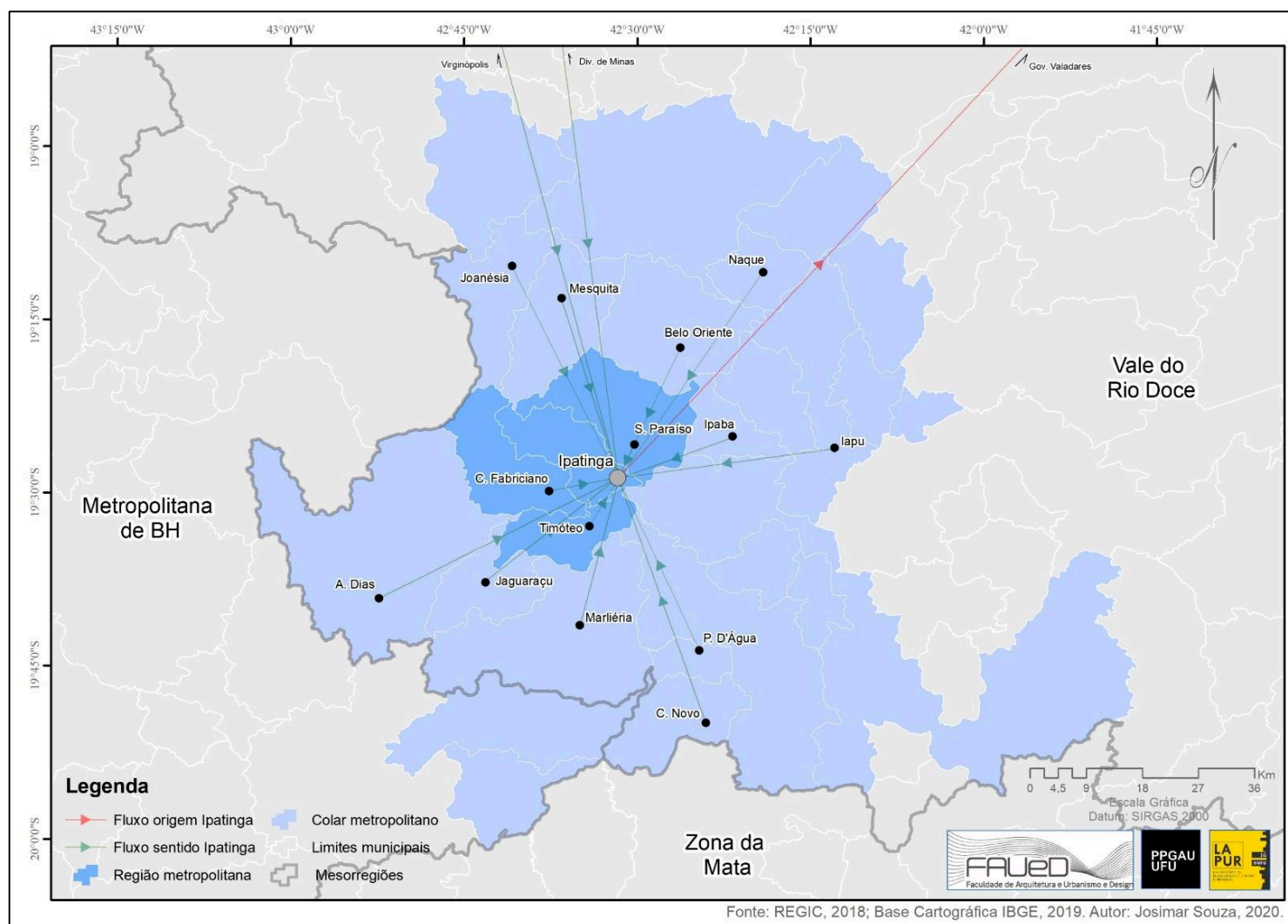
Figura 67. Relações/fluxos estabelecidos pela compra de móveis e eletrodomésticos entre Ipatinga e demais municípios



Fonte: REGIC (2018). Autor: Souza, J. R. (2020).



Figura 68. Relações/fluxos estabelecidos pela compra de produtos/serviços do agro entre Ipatinga e demais municípios.



Fonte: REGIC (2018). Autor: Souza, J. R. (2020).

Figura 69. Ipatinga - MG: Hipermercado Coelho Diniz.



Fonte: *Google Earth* (2020).

Figura 70. Ipatinga – MG: Shopping do Vale do Aço na Avenida Pedro Linhares Gomes (BR 381).



Fonte: *Google Earth* (2020).

Figura 71. Ipatinga - MG: Loja da franquia O Boticário e Agências do Banco Itaú, Banco do Brasil (fundo) na Av. Selim José de Sales, bairro Canaã.



Fonte: *Google Earth* (2020).



Figura 72. Ipatinga – MG: Farmácia Indiana na Avenida Brasil, bairro Iguaçu e Garcia Supermercado na Avenida Livramento, bairro Veneza.



Fonte: *Google Earth* (2020).

Figura 73. Ipatinga – MG: Mart Minas (Parque Caravelas – Santana do Paraíso).



Fonte: *Google Earth* (2020).

Figura 74. Ipatinga – MG: Consul - Cooperativa unidade Bairro Ideal (Rede de supermercado criada pela Usiminas).



Fonte: *Google Earth* (2020).

Figura 75. Ipatinga – MG: Avenida Brasil, bairro Iguaçu.



Fonte: *Google Earth* (2020).

A configuração do comércio e serviços apresentada demonstraram a importância que Ipatinga tem tanto para os habitantes de seu município como também para uma extensa rede urbano-regional, que inclui além dos municípios de toda a região metropolitana e seu colar metropolitano, como também cidades/municípios que extrapolam esse limite territorial. Tal fato demonstra que o processo de urbanização ocorrido nessa região seguiu a tendência nacional de centralidades urbanas, nas quais as cidades/municípios menores possuem total dependência das infraestruturas existentes em cidades maiores. Tal fenômeno é uma característica marcante da Urbanização Contemporânea que precisa ser cada vez mais dissecado, analisado, estudado e refletido. Tal tarefa não é fácil, mas necessária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos sobre o processo de urbanização, destaca-se que cada vez mais as cidades, sejam elas pequenas, médias ou grandes, estão cada vez mais complexas e dinâmicas. E nos países de economia periférica como é o caso do Brasil, o processo de urbanização ocorreu tardiamente e cabe destacar que as políticas públicas no âmbito das cidades brasileiras não conseguiram encontrar equilíbrio entre o número de habitantes e a oferta de infraestrutura.

Em Ipatinga, o processo de urbanização consolidou-se após a instalação da Usiminas em 1956, e com o planejamento urbano da Vila Operária em 1958 pelos arquitetos Raphael Hardy Filho e Marcelo Bhering, delineando o primeiro passo para consolidar as primeiras infraestruturas urbanas.

O adensamento populacional da década de 1960, contribuiu para que Ipatinga sofresse profundas alterações no seu espaço urbano, de modo que a cidade expandiu para além dos limites estabelecidos e planejado pela empresa, originando assim as primeiras das várias ocupações “espontâneas” no município. Isso fomentou o processo de ocupação desigual em que de um lado habitava os funcionários ligados a empresa Usiminas e nas ocupações espontâneas os habitantes que não possuíam ligação com a siderúrgica.

A segregação social e a diferenciação dos núcleos urbanos principalmente quanto aos aspectos construtivos ficou evidente principalmente entre os anos de 1970/1980 devido ao adensamento populacional ocasionado pela crescente migração para a região. No que tange ao Programa Cura, este contribuiu de forma significativa para amenizar as desigualdades existentes através da urbanização (ampliação da rede de infraestrutura de saneamento básico, drenagem urbana, coleta de lixo etc.), bem como as construções de vias e equipamentos públicos, entre eles o complexo do Parque Ipanema. Entretanto é importante frisar que o mesmo

não sanou todas as problemáticas existentes neste espaço urbano.

O município de Ipatinga está inserido na Região Metropolitana do Vale do Aço da qual é umas das cidades sedes, juntamente com Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo. Seu Colar Metropolitano é formado por outros 24 municípios e é a forma urbana que se desenvolveu não só em Ipatinga, mas também em outros municípios da RMVA, se tratando de uma urbanização que apresenta um caráter disperso pelo território.

Tratando-se da área de influência e dos fluxos estabelecidos pela cidade de Ipatinga e sua importância na sua região imediata, nota-se um maior protagonismo deste município em relação aos demais que compõem a sua rede de influência. A dinâmica territorial demonstrada com base nos fluxos estabelecidos pelos estudos recentes do REGIC (2018), mostrou que Ipatinga estabeleceu uma dinâmica significativa de deslocamentos por motivos de saúde, educação e comércio/serviços com os municípios da RMVA e do Colar Metropolitano. A cidade caracteriza-se como uma Capital Regional - Nível C, onde possui uma boa capacidade de gestão bem como uma influência em âmbito regional.

Contudo, pode-se dizer que os planos não levaram a dispersão urbana, mas possibilitaram para que as desigualdades socioespaciais ocorressem na dinâmica intraurbana, sendo aumentada ainda mais nos municípios do Colar Metropolitano.

Todavia, reitera-se que a pandemia do Covid-19 trouxe uma realidade muito diferente para o mundo e as restrições da quarentena trouxeram consequências que comprometeram os resultados da pesquisa. Aliar a rotina doméstica, trabalho em “home office”, juntamente com os estudos da pós-graduação e as problemáticas psíquicas emocionais foi um dos principais desafios enfrentados para concluir a pesquisa, motivando inclusive a alteração de seu objetivo e procedimentos metodológicos conforme destacado no início deste trabalho.



## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALVES, H. V. S. **Urbanização contemporânea: uma contribuição para o estudo das cidades**. 2013. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- ANJOS, F. A. OLIVEIRA, L. A. **Turismo e Dispersão Urbana no Litoral de Santa Catarina**. In: REIS, Nestor G. (Org.). Sobre a dispersão urbana. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. P. 197-211.
- ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. Coleção RG bolso, volume 4. São Paulo, Romano Guerra, 2010.
- BARBOSA & CALDEIRA JUNIOR. **Centralidades Metropolitanas Da RMVA: Identificação e Classificação**. In: 7º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS), 2016, Maceió. **Anais do VII PLURIS**. Maceió, 2016, p.1-12.
- BARBOSA, Cristina. **Segunda residência e cidade difusa**. X Colóquio Ibérico de Geografia. Évora, 2005.
- BELTRAME, G. C. R. **Cidade mercadoria: retenção imobiliária especulativa em Ipatinga-MG**. 2010. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.
- BELTRAME, G. C. R. **Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano**. Revista Interseções. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 113-138, jun., 2013.
- BOTELHO, A. A **Cidade Dispersa: uma Nova Escala da Urbanização Contemporânea**. In: REIS, Nestor G. (Org.). Sobre a dispersão urbana. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. p. 275-294.
- BRANDT MEIO AMBIENTE. Usiminas. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA**. Belo Horizonte. set, 2005. apud SANTI, Auxiliadora Maria Moura. **Análise dos impactos ambientais negativos do uso de áreas do cinturão verde da USIMINAS para expansão urbana em Ipatinga**. Parecer Técnico. Referência: Ofício nº 424/2006, 2ª Promotoria de

Justiça da Comarca de Ipatinga/MG. Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Departamento de Engenharia Civil. Ouro Preto, nov., 2005.

BRASIL. **Decreto-lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Ementa: Institui o estatuto da metrópole, altera a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, 2015.

BRASIL. IBGE. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)**. 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>>. Acesso em 15 de dez., 2020.

BRASIL. **Política nacional de desenvolvimento urbano**. Cadernos de Cidades Desenvolvimento Urbano. Ministério das Cidades, p. 85. Brasília. 2004.

BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

BRENNER, N. **Teses sobre a urbanização**. E-metropolis, Rio de Janeiro, v. 5, n. 19, p. 7-26, 2014.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades Brasileiras: seu controle ou caos**. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Stúdio Nobel, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (CRINU). Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050. 2019. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>. Acesso em: 18 out.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo, Perspectiva, 1997. 350 p.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CSABA, D.; SCHIFFER, S. R **O processo de urbanização do Brasil**. EDUSP: São Paulo, 1999.

DIAS, F. C. **O tratamento dos espaços livres em uma cidade média planejada: o caso de Ipatinga/MG**. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FARIAS, J. A. **A urbanização dispersa e a produção de vazios metropolitanos**. In: III ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo. Anais do III ENANPARQ: Universidade Presbiteriana Mackenzie, v.1, 2014.

FERNANDES, A. **Decifra-me ou te Devoro: Urbanismo Corporativo, Cidade-Fragmento e Dilemas da Prática do Urbanismo no Brasil**. In: GONZALES, S. F. N.; FRANCISCONI, J. G. et al (Ed.). Planejamento & Urbanismo na atualidade brasileira - objeto, teoria e prática. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. p.83-107.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Plano de desenvolvimento integrado do aglomerado urbano do Vale do Aço**. Belo Horizonte: FJP, 1978.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais: 2015/ Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações.** Belo Horizonte – Minas Gerais. Estatística & Informações; n. 5, 42. p, 2017.

GEIGER, P. P.; RIBEIRO, A. M.; RUA, J. **Concentração Urbana no Brasil 1940-1970.** Pesquisa e pensamento econômico, v. 02, n.02, p. 411-432, 1972.

GUERRA, M. E. A. **Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba: da concepção à atualidade.** 336f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

HARDY FILHO, R. **Ipatinga, cidade aberta.** Usiminas Revista, v. 1, n. 2, 1970.

HARVEY, R. & CLARK, W. **The Nature and Economics of Urban Sprawl.** Land Economics, v. 41, n. 1, fev, 1965, pp. 1-9, 2020. DOI: <https://doi.org/10.2307/3144884>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais de 2020: resultados preliminares.** Rio de Janeiro, 2020.

JAPIASSU, L. A. T.; LINS, R. D. B. **As diferentes formas de expansão urbana.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. Tupã (SP), v. 2, n. 13, p. 15-25, 2014. DOI: <https://doi.org/10.17271/231884722132014764>

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LIMONAD, E. **Reflexões sobre o espaço, o Urbano e a Urbanização.** Revista GEOgraphia, Niterói, n. 1, vol. 1, p.71-91, 1999.

LIMONAD, E. **Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?** Revista Formação, v.1. n. 14, p.31-45, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.11.a13364>

MENDONÇA, R. S. R. **Vila operária Usiminas: a influência da Urbanística modernista na cidade de Ipatinga.** 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

MONTE MÓR, R. L. M. **As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil.** In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Org.). Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 4, p. 61-85.

MONTE MÓR, R. L. M. **O que é o Urbano no Mundo Contemporâneo.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006b.

NASCIMENTO JÚNIOR, L. **Urbanização e cidade dispersa: implicações da produção do espaço urbano no Brasil, em Moçambique e na Austrália.** Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 550-569, ago., 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.125392>

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Conhecendo a RM do Vale do Aço: potencialidades e vulnerabilidades locais.** Revistas Científicas. 2012.

OJIMA, R. **Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras.** Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982007000200007>

- PIQUET, R. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- POSADA, Jorge. **O plano e a cidade (II)**. Diário do Aço. Ipatinga, 27 de mar. 1991.
- QUECINI, V. M. **Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial**. 2007. 336f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
- REIS FILHO, N. G. *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo. Pioneira, 1968.
- REIS, N. G. **Dispersão urbana e modernização capitalista**. Revista Cidades, nº 21, vol. 12, 2015, p. 91-108.
- REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. Via das Artes, São Paulo; 1ª edição, 2006.
- SAMPAIO, A. P. **A produção social do espaço urbano de Ipatinga (MG): da luta sindical à luta urbana**. 2008. 93f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Candido Mendes (UCAM). Campos dos Goytacazes, 2008.
- SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1993.
- SCHIFFER, S. R. **São Paulo como polo dominante no mercado unificado nacional**. In: DEÁK, C; Schiffer, S. R. O processo de urbanização no Brasil. 2ª. ed. EDUSP: São Paulo, 2009.
- SCHMIDT, A. M. e COSTA, H. S. M. **Cidadania, identidade e gestão urbana: reflexões sobre a experiência de Ipatinga**. In: Velhas e novas legitimidades na reestruturação do território. Belo Horizonte, 1999.
- SECCHI, B. **A cidade do século XX**. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates, 2015.
- SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates, 2006.
- SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS – SES (MG). **Plano Diretor de Regionalização da Saúde – PDRS**. Região de Ipatinga (MG). Belo Horizonte, 2011.
- SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS – SES (MG). **Plano Diretor de Regionalização da Saúde – PDRS**. Região de Ipatinga (MG). Belo Horizonte, 2018.
- SEM AUTOR. A modernidade chega a Ipatinga. **Diário do Aço**, Ipatinga, 18, dez., 2018. Disponível em: <<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0064389-a-modernidade-chega-a-ipatinga>>. Acesso em: 15 de dez. 2020.
- SOUZA, J. R. **Qualidade de Vida à luz do processo de Urbanização Contemporânea: análise a partir de indicadores municipais, intraurbanos e das relações estabelecidas na Região Geográfica Imediata de Araxá, MG**. 2020. 425f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- SPOSITO, Maria E. B. **Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas**. In: REIS, Nestor G. (Org.). Sobre a dispersão urbana. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. p. 38-54.
- USIMINAS. **Vila operária da Usiminas em Ipatinga**. Belo Horizonte: USIMINAS, 1958. Não publicado.

VASCONCELOS, S. V. **Geomorfologia e urbanização no Vale do Aço:** as planícies e a cidade de Ipatinga (MG). 2002. 108 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia e Análise Ambiental) – Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.